

FUNÇÕES DAS TEORIAS GEOPOLÍTICAS:
ALGUMAS REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE O CASO ARGENTINO

Norma Breda dos Santos

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
COMO REQUISITO À OBTENÇÃO DO TÍTULO
DE MESTRE EM CIÊNCIAS HUMANAS - ESPECIALIDADE DIREITO

Orientador: Prof. Dr. Christian Guy Caubet

FLORIANÓPOLIS

1 9 8 5

Para Rafael

RESUMO

O presente trabalho procura fazer uma reflexão sobre a Geopolítica, uma vez que esta tem servido como um relevante referencial de análise das relações internacionais que tem uma inscrição prática não menos importante. Na direção de dar uma maior especificidade temática, optou-se por estudar a Geopolítica argentina.

Assim, no primeiro capítulo faz uma revisão da Geopolítica clássica, com seus teóricos e conceitos mais importantes, na medida de confrontá-la com uma reflexão sobre o ser ou não ser ciência, e sobre a função social desse saber.

O segundo capítulo busca evidenciar e discutir as implicações da invocação da premissa geopolítica segundo a qual o mundo estaria dividido em dois setores fatalmente antagônicos, sobremaneira os modelos políticos idealizados e instalados na América Latina sob a inspiração da referida "fatalidade bipolar".

Finalmente, o terceiro capítulo centra-se no tema base da dissertação: a Geopolítica argentina. Ela tem se construído em oposição ao que entende como hegemonia brasileira no continente latino-americano. A política externa brasileira e a produção teórica geopolítica que se realiza no Brasil têm sido amplamente discutidas pela Geopolítica argentina. Na diversidade dos assuntos objeto de crítica dos geopolíticos ar

gentinos, elegeu-se quatro para análise por serem os que mais polêmica provocaram: o problema do aproveitamento energético da Bacia do Prata, a importância estratégica do Atlântico Sul, a visão que os geopolíticos argentinos têm sobre a forma como o Brasil tem encaminhado sua política antártica, e a conduta do Brasil nas relações com seus vizinhos latino-americanos.

Estas são as coordenadas deste trabalho. Nele buscamos, de maneira mais genérica, colocar as limitações da Geopolítica tradicional, forma de interpretação da "realidade política" à luz da "realidade geográfica". Na especificidade da Geopolítica argentina identificaremos a projeção do que reza a Geopolítica como um todo.

RÉSUMÉ

L'étude constitue une réflexion sur la géopolitique, car celle-ci a servi de référence à l'analyse des relations internationales, avec des conséquences pratiques qui ne sont pas moins importantes. Avec l'intention d'obtenir une plus grande spécificité thématique, on a retenu le cas de la géopolitique argentine.

Le premier chapitre procède ainsi à une révision de la géopolitique classique, de ses plus importants théoriciens et concepts, en vue de la confronter avec une réflexion sur sa définition comme science, ou non, et sur la fonction sociale de ce savoir.

Le deuxième chapitre cherche à mettre en évidence et à discuter les implications de l'invocation de la prémisse géopolitique selon laquelle le monde serait divisé en deux secteurs fatalement antagoniques, surtout si l'on considère les modèles politiques idéalisés et installés en Amérique latine sous l'inspiration de la notion de "fatalité bipolaire".

Le troisième chapitre est finalement centré sur le thème de base de la dissertation: la géopolitique argentine. Celle-ci s'est construite en opposition à ce qu'elle entend être une hégémonie brésilienne dans le continent latino-américain. La politique extérieure brésilienne et la production théorique géopolitique du Brésil ont été amplement discutées par la géopolitique argentine. Parmi les questions objets de critique des géopolitistes argentins, quatre ont été retenues en raison du fait qu'elles ont provoqué les polémiques les plus aigües: le problème de l'aménagement énergétique du bassin de la Plata, l'importance stratégique de l'Atlantique sud, l'analyse que font les géopolitistes argentins de la politique antarctique brésilienne et la conduite du Brésil dans ses relations avec ses voisins la

no-américains.

A l'intérieur de ce cadre on s'est efforcé, de manière générique, d'indiquer les limites de la géopolitique traditionnelle, comme interprétation de la "réalité politique" à la lumière de la "réalité géographique". Dans la spécificité de la géopolitique argentine nous trouverons la projection de ce que postule la géopolitique comme un tout.

Í N D I C E

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I	
A GEOPOLÍTICA: DISCURSO DO PODER SOBRE O ESPAÇO POR ELE PRETENDIDO.....	7
1. SOBRE OS CONCEITOS DA GEOPOLÍTICA.....	8
2. A CIENTIFICIDADE GEOPOLÍTICA.....	12
3. REPENSANDO O ESPAÇO.....	15
4. A GEOPOLÍTICA REPENSADA.....	22
5. AS ESCOLAS GEOGRÁFICAS.....	25
5.1 - A ESCOLA GEOGRÁFICA ALEMÃ.....	26
5.2 - A ESCOLA GEOGRÁFICA FRANCESA.....	30
6. RUDOLF KJELLÉN.....	34
7. HALFORD MACKINDER.....	36
8. KARL HAUSHOFER.....	39
9. A NOVA GEOGRAFIA.....	42
10. A GEOPOLÍTICA: EFICAZ INSTRUMENTO DE PODER.....	43

CAPÍTULO II

UMA NOVA REALIDADE GEOPOLÍTICA: A BIPOLARIDADE LESTE-OESTE.....	54
1. A CIRCUNSCRIÇÃO GEOPOLÍTICA LATINO AMERICANA	55
2. A DOCTRINA DA SEGURANÇA NACIONAL.....	57
3. SEGURANÇA CONTINENTAL VERSUS SEGURANÇA NACIONAL	66
3.1 - OS LITÍGIOS REGIONAIS.....	67
3.2 - SOBRE AS POSSIBILIDADES DA SOLIDARIEDADE REGIONAL.....	76
4. OS MILITARES E A GEOPOLÍTICA.....	78
5. A MISSÃO GEOPOLÍTICA BRASILEIRA, O PAPEL ESTRATÉGICO DO BRASIL.....	83
5.1 - OS PRIMÓDIOS DO PENSAMENTO GEOPOLÍTICO NACIONAL.....	84
5.2 - ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA E O PENSAMENTO DE GOLBERY DO COUTO E SILVA.....	87
5.3 - O PERÍODO PÓS-64.....	96
6. A VIOLÊNCIA DA GEOPOLÍTICA.....	98

CAPÍTULO III

A GEOPOLÍTICA ARGENTINA.....	111
1. ALGUNS NOMES DA GEOPOLÍTICA ARGENTINA.....	112
2. ALGUNS TEMAS DA GEOPOLÍTICA ARGENTINA.....	113
2.1 - A BACIA DO PRATA.....	115
2.2 - O ATLÂNTICO SUL.....	122
2.3 - A ANTÁRTIDA.....	128
2.4 - A HEGEMONIA BRASILEIRA.....	139
3. DO PRINCÍPIO DA CONTENÇÃO AO ENTENDIMENTO.....	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	155
BIBLIOGRAFIA.....	160

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A complexidade das relações internacionais impõe ao observador atento uma postura de contínua inquietude e problematização, que o levará a ver nos acontecimentos mais do que aquilo que está assimilado em forma de concepções predominantes. Neste contexto, a Geopolítica tem tido uma importância considerável, uma vez que tem servido como um relevante referencial analítico que ganha uma inscrição prática não menos importante.

É exatamente sobre a Geopolítica que refletiremos nesta dissertação. Nosso esforço neste sentido nos conduziu ao estabelecimento de uma delimitação do tema, a fim de dar o aprofundamento necessário às questões a serem tratadas. Assim, na direção de uma maior especificidade temática, optamos por estudar a Geopolítica argentina. E por que a Geopolítica argentina? Primeiramente pela relativa tradição da produção teórica geopolítica deste país. Em segundo lugar porque, deixando-nos levar pela preocupação de analisar o desempenho do Brasil nas relações latino-americanas, entendemos ser a Geopolítica argentina uma pista significativa para a compreensão da visão do "outro" sobre nós mesmos.

Embora nossa intenção tenha sido trazer à reflexão Geopolítica argentina, um longo caminho foi percorrido a partir dela que, no presente trabalho, apresenta-se, na forma inversa, em primeiro lugar. Ou seja, ao pensarmos sobre o assunto, não nos foi possível escapar a uma digressão sobre as questões epistemológicas em torno da Geopolítica como um todo.

Assim, no primeiro capítulo desta dissertação, procuraremos re-
ver a Geopolítica clássica, com seus teóricos e conceitos mais importantes, na medida de nos permitirmos a confrontá-la a uma reflexão sobre o ser ou não ser ciência, e sobre a função social desse saber. Retomaremos a Escola Geográfica Alemã (Determinista), a Escola Geográfica Francesa (Possibilista) e a Escola Geográfica Anglo-Saxônica (Pragmática), analisando suas contribuições mais marcantes e contextualizando-as com a realidade histórica da qual emergiram. Nosso objetivo será o de realizar uma leitura crítica destas escolas geográficas, relevando aspectos que permitiam visualizar a codeter-

minação entre um saber geográfico - a Geopolítica - e a realidade política que a possibilita.

Cabe ressaltar como matriz teórica fundamental de todo o questionamento proposto o pensamento de Yves Lacoste que, num movimento de renovação das formulações teóricas geográficas, apresenta uma profunda crítica à Geografia tradicional, ao investigar a constituição da Geografia, tendo em vista práticas políticas específicas. Sem dúvida, as preocupações de Lacoste com a articulação dos conhecimentos relativos ao espaço e às práticas de poder, foram determinantes ao prosseguimento e à orientação de nossa própria investigação, e à realização de uma leitura alternativa da Geografia tradicional.

Mostra-nos Lacoste a função ideológica da Geografia acadêmica, que tem como finalidade precípua não permitir que se reflita sobre a inserção espacial do cidadão e sobre a utilidade da análise espacial como instrumento de poder. Elucida ele a existência da relação entre o desconhecimento por parte do cidadão comum sobre a diversidade de suas práticas espaciais, e o conhecimento global dessas práticas por aqueles que estão no poder. Ou seja, demonstra Lacoste que o cidadão comum não consegue apreender de maneira global os deslocamentos espaciais que realiza e nem tem noção do instrumento de poder que este conhecimento representa, enquanto que a minoria que está no poder tem, e sempre teve, uma vasta consciência do que as análises espaciais significam. Esta minoria sabe fazer uso destas análises para governar, estruturando o espaço para o estabelecimento e controle das práticas políticas, militares e financeiras, em contrapartida ao fato de a massa da população estar imersa numa pluralidade espacial sem percebê-la como uma organização que serve a fins específicos.

Enfim, podemos dizer que Lacoste nos mostra a possibilidade de uma reconstrução da "cidadania espacial": saber organizar o espaço e nele se organizar, significa poder nele agir. A reapropriação do cidadão de sua funcionalidade no espaço, representa a viabilidade de uma prática social transformadora.

Estando explicitados no primeiro capítulo os pressupostos epistemológicos de nossa pesquisa, guiar-nos-emos no segundo capítulo, na direção de trabalhar com fatos e fatores mais recentes e visíveis, que dão com maior nitidez a indicação de como se materializam as elocubrações geopolíticas. Ou

seja, partindo da representação espacial segundo a qual o mundo está dividido em dois setores fatalmente antagônicos, buscaremos evidenciar e discutir as implicações da invocação desta premissa geopolítica, sobremaneira os modelos políticos idealizados e instalados na América Latina sob a inspiração da referida "fatalidade bipolar". Veremos que a maior ou menor solidariedade entre os países latino-americanos está à mercê da invocação de categorias geopolíticas.

Assim, passaremos a refletir sobre a Doutrina de Segurança Nacional que, com sua visão simplista das relações internacionais, sustenta como evidências primordiais a confrontação Leste-Oeste, o avanço do comunismo internacional e a necessidade do mundo ocidental unir-se para dele defender-se. Veremos, então, que nesta luta, os militares se tornam essenciais ao resguardo da soberania nacional de seus respectivos países, bem como à soberania política dos cidadãos. O espectro do conflito externo ou interno chama os militares à responsabilidade da manutenção da ordem e da busca dos "verdadeiros interesses nacionais".

Ainda, no segundo capítulo consideraremos o papel desempenhado pelo Brasil dentro da estratégia de segurança para o continente, valendo-nos principalmente das próprias teorizações de cunho geopolítico produzidas no país.

Finalmente, no terceiro e último capítulo, nos centraremos no tema base da dissertação: a Geopolítica argentina. A Argentina, assim como o Brasil, é um dos países latino-americanos onde mais se produziu e publicou trabalhos de natureza Geopolítica, o que deixa claro a penetração e aceitação desta forma de "compreender o mundo". A Geopolítica argentina, não obstante acompanhar a lógica da Geopolítica tradicional no privilegiamento da existência do conflito nas relações internacionais e na busca da homogeneização da opinião interna com vistas à criação de uma "vontade nacional", guarda características próprias que a torna distinta, por exemplo, daquela que se tem produzido no Brasil. Por diversos fatores, a Geopolítica argentina tem, com relação ao Brasil, uma postura defensiva. Ela tem se construído em oposição ao que entende por hegemonia brasileira no continente latino-americano. A política externa brasileira e a produção teórica geopolítica que se produz no Brasil tem sido amplamente discutidas e criticadas pela Geopolítica argentina.

Na diversidade dos assuntos objeto de crítica dos geopolíticos

argentinos, elegemos quatro para análise, por serem os que mais polêmica provocaram. Em primeiro lugar discutiremos o problema do aproveitamento energético da Bacia do Prata e, mais especificamente, a questão da construção da hidroelétrica de Itaipu, que teve um tratamento demorado pela Geopolítica argentina. Enquanto vários acordos eram feitos entre os países envolvidos (Brasil, Paraguai e Argentina), externando os esforços diplomáticos para se chegar a uma solução para os problemas surgidos, os teóricos argentinos não deixaram de proclamar estes acordos como uma consolidação da hegemonia brasileira no continente.

Em segundo lugar, trataremos dos problemas relativos à importância estratégica do Atlântico Sul, tendo em vista a relevância que é atribuída à região pelos geopolíticos argentinos. O crescente número de obras geopolíticas dedicadas a esta temática dá conta da importância que o Atlântico Sul vem adquirindo nos círculos geopolíticos. Neste sentido, cresce também o número de argumentações que visam criticar as pretensões brasileiras nesta região. Cabe aqui esclarecer que, embora fazendo parte da região, não foi incluída para discussão a questão da soberania sobre as Ilhas Malvinas, dada a complexidade da matéria, que exigiria um estudo único e aprofundado.

Em terceiro lugar, discutiremos sobre a Antártida, o tratado atualmente em vigor para o continente e a visão que os geopolíticos argentinos têm da forma como o Brasil tem encaminhado sua política antártica. Nosso quarto tema será a conduta do Brasil nas relações com seus vizinhos latino-americanos. Veremos que, ao lado da crítica que os geopolíticos fazem a estas relações, que vêm como historicamente hegemônicas, manifestam um sentimento de admiração que externa a convivência com os pressupostos criticados.

Estas são as coordenadas deste trabalho. Nele buscaremos, de maneira mais genérica, colocar as limitações da Geopolítica tradicional, forma de interpretação da "realidade política" à luz da "realidade geográfica". Na especificidade da Geopolítica argentina, identificaremos a projeção do que reza a Geopolítica como um todo.

Cumpramos por último, registrar que não foi possível consultar diretamente os originais ou mesmo, traduções de algumas das obras citadas no decorrer desta dissertação, pela incipiência de material bibliográfico disponível no país. Para compensar tal deficiência nos valem das obras consideradas mais sérias sobre a matéria, que poderiam nos dar subsídios fidedignos pa

ra o prosseguimento da pesquisa. No que diz respeito às citações de obras estrangeiras, esclarecemos que as traduções foram feitas com a supervisão de pessoas competentes no conhecimento dos respectivos idiomas, ficando-nos, no entanto, a responsabilidade sobre seu resultado.

C A P Í T U L O I

A GEOPOLÍTICA: DISCURSO DO PODER SOBRE O
ESPAÇO POR ELE PRETENDIDO.

A GEOPOLÍTICA: DISCURSO DO PODER SOBRE O
ESPAÇO POR ELE PRETENDIDO.

O que se pretende tematizar no presente capítulo exige duas advertências preliminares. A primeira diz respeito à opção epistemológica com a qual problematizar-se-ão determinadas questões em torno da geopolítica, o que implica no engajamento em um dado espaço teórico. Assim, para nos situarmos epistemologicamente, esclarecemos que o sentido desta investigação procura ser distinto daquele que, seguindo o modelo positivista, apresenta-se como superador das condições materiais do "fazer ciência", instalando-se na neutralidade objetiva.

O princípio norteador desta pesquisa não é o de demonstrar as insuficiências epistemológicas da geopolítica enquanto saber. Ao contrário, buscar-se-ão intra e extra discursivamente os pressupostos conceituais e políticos da formação desse saber, neutralizando a idéia de que a ciência seja um conhecimento em que o sujeito vence as limitações de suas condições particulares da existência. Ou seja, tentar-se-ão discutir as condições internas da produção do discurso geopolítico, como também explicitar a articulação dessa produção com o contexto histórico que a possibilita.

A segunda advertência, consequência da primeira, é relativa a alguns elementos de base a partir dos quais tentar-se-ão apreender e situar os efeitos que a geopolítica cumpre socialmente. Aqui, a inclusão do dispositivo político é ainda mais imperativa. Neste sentido, o mais importante se

ria registrar um deliberado deslocamento do binômio ciência/ideologia de seu sentido tradicional, em que um ponto de vista científico impõe uma ruptura entre os dois componentes e o questionamento em torno das condições para que se efetive. Excluído este caminho, optou-se por contrapor ciência/ideologia à prática social em que se insere. Buscando superar, num primeiro momento, a discussão em torno do papel do contexto social na construção do discurso geopolítico, a tarefa proposta estaria dirigida ao sentido inverso: colocar a geopolítica como componente organizador da sociedade.

A alusão a critérios de cientificidade só interessaria na perspectiva de confrontá-los a fins de controle social. Em outras palavras, o que parece importante é mostrar como tais critérios funcionam como supostamente neutros arregimentadores das relações sociais.

Assim, sem pretender esgotar as questões em torno da constituição da geopolítica e seus efeitos de poder, tentaremos ir além de um estudo descritivo, esboçando o problema de sua formação enquanto saber e apontando a especificidade histórica de sua emergência e desenvolvimento.

1 . SOBRE OS CONCEITOS DE GEOPOLÍTICA

A geopolítica tornou-se conhecida a partir do final da Primeira Guerra Mundial, e sobretudo na década de 1930, quando é institucionalizada como doutrina oficial da Alemanha nazista, ou seja, quando se vê afirmado seu sentido prático. No entanto, surgiu no final do século XIX. A expressão

geopolítica foi cunhada pelo jurista Rudolf Kjellén (1864 - 1922) que a utilizou pela primeira vez em 1899 na revista Ymer.¹

Será portanto, a partir de Kjellén, considerado fundador da geopolítica enquanto campo de conhecimento distinto da geografia, que arrolaremos algumas definições para posteriormente verificar seus respectivos substratos teóricos. Conforme Kjellén a geopolítica é "a ciência do Estado como organismo geográfico e, significativamente, como soberania."²

Os editores da Revista de Geopolítica, publicação do Instituto de Geopolítica de Munique, deram como sua definição oficial de geopolítica a

"ciência que trata da dependência dos fatos políticos em relação ao solo. Apoia-se sobre as mais amplas bases da geografia, em especial da geografia política, doutrina da estrutura espacial dos organismos políticos... A geopolítica aspira a proporcionar as armas para a ação política, e os princípios que sirvam de guia na vida política... A geopolítica deve converter-se na consciência geográfica do Estado."³

Para Karl Haushofer, representante mais ilustre do Instituto de Munique, a geopolítica é "a base científica da arte da atuação política na luta de vida ou morte dos organismos estatais pelo espaço vital."⁴

Hans Weigert, num esforço de delimitar o campo específico da geopolítica, definê-a como "geografia política 'aplicada' à política de poder nacional e a sua estratégia de fato na paz e na guerra."

Diz ele que

"se compararmos 'geografia política' e 'geopolítica' se vê no ato que a primeira é um ramo da geografia, enquanto a segunda pertence ao domínio da ciência política. O geógrafo que se ocupa das relações espaciais entre os estados se converte em geógrafo político; o estudioso da ciência política - e o estadista, poderíamos acrescentar - que aprende a empregar os fatores geográficos para uma melhor compreensão da política, se converte em geopolítico."⁵

Relativamente ao contexto sul-americano, Joseph Comblin, ao analisar a arquitetura da relação entre a geopolítica e a Doutrina da Segurança Nacional, acaba por definir o objetivo da primeira como o estudo da

"relação entre a geografia e os Estados, sua história, seu destino, suas rivalidades, sua luta. Difere da geografia política no sentido que procura nos dados geográficos orientações 'para' uma política: através dela, os Estados procuram em sua geografia os sinais de seu destino. Ela visa o futuro. É a ciência do projeto nacional. É o fundamento racional dos projetos políticos."⁶

Lewis Tambs, autor de várias publicações sobre geopolítica, história e assuntos militares, e um dos mais conceituados estudiosos de geopolítica brasileira, afirma que

"os estudos que investigam o elemento geográfico das relações internacionais são chamados de geopolítica. A geopolítica é uma arte, não uma ciência. Da mesma forma que

a ciência, a geopolítica prevê. Mas, posto que tantos fatores físicos incomensuráveis [...] têm de ser integrados a componentes humanos em constante transformação [...] a geopolítica, como direção dos assuntos públicos, permanece uma arte."⁷

Everardo Backheuser, considerado o precursor dos estudos geopolíticos no Brasil, já que foi quem primeiro sistematizou informações da área no país, dando corpo para que a disciplina aqui se desenvolvesse, definiu a geopolítica como "política feita em decorrência das condições geográficas."⁸ Mais tarde o general brasileiro Carlos de Meira Mattos a definirá como "aplicação da política aos espaços geográficos [...]"⁹

Afirma Golbery do Couto e Silva que

"a geopolítica nada mais é que a fundamentação geográfica de linhas de ação política, quando não, por iniciativa, a proposição de diretrizes políticas formuladas à luz dos fatores geográficos, em particular de uma análise calcada, sobretudo, nos conceitos básicos de 'espaço' e 'posição'. Um dos ramos, portanto, da política [...]"¹⁰

Na definição do general argentino Juan E. Guglielmelli a geopolítica é tida como "a ciência que estuda as relações entre os fatores geográficos e as comunidades politicamente organizadas", sendo que, "tendo em conta o atual desenvolvimento histórico da humanidade, o Estado (nacional ou multinacional), constitui a comunidade mencionada."¹¹

Depois de estudar várias definições sobre geopolítica, outro argentino, o Coronel Jorge E. Atencio, concluiu

por defini-las como

"a ciência que estuda a influência dos fatores geográficos na vida e evolução dos estados, a fim de obter conclusões de ordem política. Ela orienta o homem de Estado na condução da política interna e externa do Estado e orienta o militar no preparo da defesa nacional e na conduta estratégica; facilitando a previsão do futuro, graças à consideração da relativa permanência da realidade geográfica, ela lhes permite deduzir, a partir dessa realidade, a maneira de atingir os objetivos e, consequentemente, as medidas políticas e estratégicas convenientes."¹²

2. A CIENTIFICIDADE GEOPOLÍTICA

Dos conceitos apresentados vê-se que, sob nuances teóricas, existe da parte dos autores uma preocupação com o caráter de cientificidade da geopolítica. Nesta perspectiva, J.E. Guglielmelli chega a enumerar alguns obstáculos epistemológicos ("malas artes") a serem superados na elaboração da geopolítica: "o charlatanismo pseudocientífico; a conclusão superficial ou não devidamente comprovada; as teses vindas de fora e fortemente publicitadas [...]; por último, os 'astigmatismos geopolíticos' derivados dos interesses de grupo ou setor."¹³

No entanto, há que se questionar sobre o lugar do "científico" nestas conceitualizações. Golbery do Couto e Silva, por exemplo, dá clara demonstração sobre o sentido e a importância dos argumentos científicos. Admite explicitamente o duplo caráter da geopolítica "quase de todo indissociável,

de ciência - na conceituação e nos fundamentos - e de arte - na práxis - que a própria política admite."¹⁴

Assim, o elemento político é sempre colocado como componente teleológico da geopolítica. O próprio termo 'geopolítica' (geo-política) dá conta desta afirmação. A dubiedade de caráter - científico-político - aparece sempre, em maior ou menor grau, nos termos de uma negação do político na ciência geográfica e uma declaração da política na geopolítica.

Diríamos que o mais importante para a geopolítica não é afirmar-se como ciência propriamente dita, mas contar com um "reservatório científico" que lhe assegure uma fundamentação objetiva para suas conclusões políticas. Daí poderemos observar que, se de um lado o status de ciência não seria de todo imprescindível, as argumentações fundamentadas em fatos geográficos cientificamente conhecidos são uma exigência.

" O apelo geopolítico às categorias das ciências naturais, reveladoras, afinal, do positivismo e do romantismo inerentes à geopolítica, se justificaria [...] como tentativa de se dar talvez maior 'cientificidade' à ciência política, ao fenômeno político. Acredita-se que, ao tomar a natureza, considerada sempre como 'sábia' e 'eterna', como referência e paradigma, isto por si só garantiria credibilidade e veracidade à geopolítica."¹⁵

Ainda, na variedade de definições vemos uma reafirmação do duplo caráter - ciência e arte - da geopolítica, quando se insiste em distingui-la da geografia política tendo em vista que aquela se apresenta de forma "dinâmica, enquanto

que se esta seria "estática".

Neste aspecto, Hans Weigert afirma que a geografia política e a geopolítica se caracterizam pela forma distinta com que enfocam os temas.

"A primeira considera os Estados como organizações estáticas firmemente assentados sobre seus cimentos geográficos. [...] O domínio da geopolítica abarca o conflito e o câmbio, a evolução e a revolução, o ataque e a defesa, a dinâmica dos espaços terrestres e as forças políticas que lutam neles para sobreviver."¹⁶

De fato, implícita ou explicitamente, grande parte dos autores faz uma distinção entre geografia política e geopolítica. A esse respeito, Shiguenoli Miyamoto¹⁷ explica que, relativamente à primeira, compreende um ramo da geografia que tem um caráter estático e estuda os aspectos geográficos de um determinado território de um ponto de vista mais descritivo que analítico. Assim, teria a seu cargo descrever os fatores geográficos, satisfazendo-se com uma representação meramente estática. Por outro lado, à geopolítica caberia a aplicação desses elementos na formulação de fins estratégicos, não se satisfazendo, portanto, com a descrição física dos acidentes geográficos. Daí que a geopolítica assumiria essencialmente um caráter dinâmico, onde ela mais se diferenciaria da geografia política.

Nestes termos, onde se lê "caráter dinâmico", leia-se "caráter político-estratégico", e, onde se lê "estático", leia-se "atitude científica e natural", ficando estabe

lecida, assim, a teleologia política da geopolítica.

Há que se observar que, de uma forma ou de outra, finda-se por reiterar o objetivo político-estratégico da geopolítica, assim como seus fundamentos científicos calcados na objetividade descritiva da ciência geográfica. A geografia é a constante na formulação da política e da estratégia, onde o espaço é visto como suporte das ações humanas. Consequentemente, seria interessante ater-se à análise geográfica, já que, como foi dito, é graças ao cabedal de tecnicidade científica representado pela geografia que o geopolítico fundamenta suas teses. A história aparece como fundamentação à geopolítica, na medida em que ela é vista como um desenrolar de acontecimentos que se dão no espaço, ou seja, entra como componente de referência subordinado ao espaço - "palco das ações humanas." De fato, esta reflexão apresenta-se como imprescindível quando um discurso (a geopolítica) releva a cientificidade e a verdade (geográficas) para produzir efeitos de poder.

3 . REPENSANDO O ESPAÇO

Em um movimento de renovação do pensamento geográfico, o geógrafo francês Yves Lacoste foi quem formulou a crítica mais contundente à geografia tradicional. É basicamente a partir deste autor, preocupado com a constituição da geografia tendo em vista práticas políticas determinadas, que é possível desmistificar o saber geográfico como um saber instalado na neutralidade objetiva.

Segundo Lacoste,

"o discurso geográfico pode ser considerado, principalmente em suas formas escolares... como o instrumento de uma obra de mistificação de longo alcance cuja função é impedir o desenvolvimento de uma reflexão política sobre o espaço e de mascarar as estratégias espaciais dos detentores do poder."¹⁸

A investigação de Lacoste está colocada no sentido de ver nas preliminares epistemológicas os componentes históricos engendradores do processo de construção de um conhecimento tido como científico-a geografia- e sua inscrição como prática de poder. Daí o porque de não confrontar a geografia com o ideal positivista de ciência, mas mostrá-la como um saber estreitamente ligado a um conjunto de práticas políticas e militares. "Trata-se verdadeiramente de uma ciência? No fundo pouco importa; a questão não é essencial a partir do momento em que se toma consciência que a articulação dos conhecimentos relativos ao espaço, que é a geografia, é um saber estratégico, um poder."¹⁹

Mostra Lacoste que, sob a imposição de um discurso sistematicamente apolítico e, principalmente, sob uma aparência de "inutilidade", a geografia escolar e universitária vêm cumprindo sua função ideológica essencial - escamotear a utilidade da análise espacial como instrumento de poder.

"Deste o século XIX, primeiramente na Alemanha, depois sobretudo na França, a geografia dos professores foi vista como um discurso pedagógico do tipo enciclopédico, como discurso científico, enumeração de elementos mais ou menos ligados entre eles por diversos tipos de raciocínios

que tinham todos um ponto em comum: mascarar sua utili
dade prática na conduta da guerra ou na organização do
Estado."²⁰

Assim, a ocultação da geografia enquanto saber
político e militar, data somente do século XIX. Este processo
está ligado à época em que outro processo, chamado por Lacoste
de "espacialidade diferencial", começa a tomar uma forte dimen
são para a maior parte da massa da população.

Conforme Lacoste, antigamente, à época em que
a maioria dos homens vivia dentro de um quadro único de subsis
tência, em um só espaço relativamente limitado (o território
da vila e os territórios vizinhos), exprimiam suas práticas a
través da representação de um "espaço único" que eles conhe
ciam muito bem por experiência pessoal.

De outro lado, há muito tempo que os chefes de
guerra, os príncipes, têm necessidade de representar espaços
muito mais vastos - territórios já dominados ou a serem domi
nados -, assim como os mercadores que deveriam conhecer ter
renos longínquos onde comerciavam com outras pessoas. Foi nes
te contexto que o papel da geografia tornou-se essencial, já
que necessitava-se representar cartograficamente a experiên
cia espacial - "a lembrança e o olhar não eram mais suficien
tes."²¹

Mais recentemente, com o desenvolvimento das
trocas, da divisão do trabalho, do crescimento das cidades, o
espaço concreto do qual se pode ter conhecimento passa a cor
responder somente a uma pequena parte de práticas sociais. Ao

contrário de antigamente, quando se vivia em um espaço limitado, bem conhecido e contínuo, as práticas sociais acontecem através de distâncias cada vez mais consideráveis, sobre as quais a grande massa da população tem um conhecimento bastante parcial e impreciso. Os homens não conhecem, em sua maioria, a relação entre os múltiplos conjuntos espaciais dos quais eles dependem e a importância de sua configuração. Vive-se em uma "espacialidade diferencial" composta por uma diversidade de representações espaciais correspondentes a uma multiplicidade de prática e idéias desarticuladas.

Resultante da proliferação de deslocamentos espaciais, a diversidade de representações espaciais não será apreendida globalmente pelas pessoas. Elas não têm noção de suas relações como prática global, e muito menos da importância que esse conhecimento representa. No entanto, a minoria que está no poder tem sempre vasta consciência (e sempre a teve) do que as análises espaciais representam. Ela sabe utilizar-se delas para governar, estruturando o espaço para o mais eficaz estabelecimento e controle das práticas políticas, militares e financeiras, enquanto que a massa da população está imersa numa pluralidade espacial sem percebê-la como organização servindo a fins específicos.

Assim, a função mais antiga da geografia segue existindo hoje mais do que nunca. É o que Lacoste chama de "geografia dos estados-maiores", que corresponde às análises geográficas dos militares, na luta contra outros aparelhos de Estado como na luta interior contra quem eventualmente coloque em causa o poder estabelecido, bem como às grandes empre

sas capitalistas que se organizam espacialmente no plano regional, nacional e internacional de modo a poder agir no espaço obtendo maiores vantagens econômicas.

Atualmente, na era da "espacialidade diferencial", o planejamento territorial adquire uma importância tal que, aos olhos do cidadão comum, é dissimulada. Saber pensar geograficamente não é permitido ao cidadão comum, que tem uma visão fracionada do espaço, uma vez que a ele só é dado conhecer os lugares de sua vivência cotidiana: conhece sua rua, seu bairro, o local de trabalho, os locais de lazer, e talvez um pouco mais, porém sempre de forma parcial. De outro lado, os estados-maiores políticos, militares e financeiros têm uma visão integrada do espaço. Enquanto os indivíduos de maneira geral não têm noção dos conjuntos espaciais, e isso é essencial para a prática de poder, os estados-maiores servem-se deles para estabelecer estratégias de ação no domínio do espaço. Daí, argumenta Lacoste que é necessário ao cidadão construir uma noção integrada do espaço, socializar-se o saber geográfico, já que ele significa algo de grande valor estratégico nos embates políticos: é necessário "saber pensar o espaço, para nele se organizar, para saber nele combater."²²

Neste contexto, a geografia escolar cumpre sua função: dissimula o instrumento de poder que a apreensão da organização espacial representa.

Portanto,

"deste o fim do século XIX, pode-se considerar que existe duas geografias: - uma de origem mais antiga, a geografia dos estados-maiores [militares e econômicos], é um

conjunto de representações cartográficas e de conhecimentos variados que se referem ao espaço; esse saber é claramente percebido como eminentemente estratégico pelas minorias dirigentes que o utilizam como instrumento de poder.

A outra geografia, aquela dos professores, que apareceu há menos de um século, tornou-se um discurso ideológico que tem como uma das funções inconscientes a de mascarar a importância estratégica dos raciocínios que se referem ao espaço. Não somente esta geografia dos professores é cortada das práticas políticas e militares como pelas decisões econômicas (porque aí os professores não participam de jeito algum), mas ela dissimula também, aos olhos de um número cada vez maior de pessoas; a eficácia do instrumento de poder que são as análises espaciais. Desse fato, a minoria que está no poder está muito consciente de sua importância, e ela é a única que se utiliza desses conhecimentos geográficos, em função de seus interesses, e esse monopólio de saber é cada vez mais eficaz enquanto a maioria não dê atenção a uma disciplina que lhe parece tão perfeitamente 'inútil'.²³

Em uma palavra: a geografia acadêmica concorre para que não se dê atenção às relações entre as estruturas do poder e as formas de organização do espaço. O cidadão é parte de uma engrenagem espacial maior que sua percepção do espaço parcelar. Escapa-lhe por completo o domínio do conjunto espacial. Na realidade assume uma função no espaço sem percebê-lo - transforma-se em "cidadão soldado".²⁴ Assim alienada, a existência humana produz, reproduz e assegura as formas de dominação. Individualizada a atividade humana e fragmentado cada vez mais seu espaço, aprofunda-se a efetivação da dominação.

A diferença primordial entre a geografia dos professores e a dos estados-maiores militares e econômicos não tem a ver com os elementos de conhecimento que ambas utilizam. A diferença reside no fato de que os estados-maiores sabem ser vir-se destes elementos como fornecedores de estratégia de controle social e lucros econômicos, enquanto que os professores e alunos não têm a menor idéia disso: vêem os seus trabalhos como um "saber para o saber", não se questionando para que e para quem servem os conhecimentos que acumulam.

Configura-se, desta forma, a relação saber-poder, amparada largamente em Michel Foucault, e que tem seu lugar na démarche epistemológica de Yves Lacoste. Trabalhando sobre um campo específico do conhecimento humano, a pesquisa de Lacoste vem confirmar a teoria foucaultiana, mostrando que não há saber neutro. Todo saber é político porque tem sua gênese nas relações de poder, que lhe confere uma positividade enquanto saber em determinada época. Os critérios de verdade são totalmente relativos ao momento e à localização do dado social:

" se existe uma geografia da verdade, esta é a dos espaços onde reside, e não simplesmente a dos lugares onde nos colocamos para melhor observá-la. Sua cronologia é a das conjunções que lhe permitem se produzir como um acontecimento, e não a dos momentos que devem ser aproveitados para percebê-la [...]."²⁵

Espacializados os saberes, articulados com o momento sócio - político - econômico em que aconteceram, postas

estão suas condições de possibilidade.

Todo saber é político porque sua origem está ligada às relações políticas e vice-versa. Todo saber assegura o poder, emite uma verdade, e a verdade não existirá fora do poder ou sem ele. O saber não será compreendido se não for considerado seu valor político determinante. Seu poder social emerge dos elementos que manipula com o fim do controle da ação humana, que compreende a distribuição do homem no espaço e a manipulação de seus gestos: gera uma técnica de utilização exaustiva de sua capacidade, nos moldes de uma otimização de produtividade econômica e docilidade política.

4. . A GEOPOLÍTICA REPENSADA

Saber organizar o espaço e nele organizar-se significa apreender o processo pelo qual o poder possa produzir e reproduzir seus efeitos o mais eficazmente. A idéia de "saber para o saber" na forma da geografia acadêmica funciona para esvaziar a reflexão política sobre o espaço, escamotear o que de fato representa o saber geográfico e mascarar as escolhas de política territorial dos grupos dominantes.

A partir do que foi exposto, a relação entre geografia e geopolítica assume uma nova dimensão. Poder-se-á aceitá-la apenas quando se tem em mente que socialmente cumprem papéis distintos (a geografia funciona ideologicamente no sentido de eludir a função político-militar-econômico da geografia, que é consubstancial a seu próprio aparecimento), com uma só finalidade: assegurar o mecanismo de controle das relações sociais.

Neste sentido, diz Lacoste que, "a geopolítica hitlerista é a expressão mais exacerbada da função política e ideológica que pode ter a geografia."²⁶

Assim, não parecem de todo procedentes as críticas que se tem feito à geopolítica, uma vez que não conseguem enxergar o alcance da dinâmica que lhe é inerente, assim como a função política do caráter descritivo da ciência geográfica.

Júlio J. Chiavenato, entre outros, questionando-se sobre a importância do estudo da geopolítica responde: "De um ponto de vista estritamente científico, nenhuma. A geopolítica não é ciência: é uma deformação da geografia [...]"²⁷ Na realidade, neste aspecto, sua crítica não consegue fugir aos padrões de cientificidade positivistas, deixando de captar, por exemplo, a profundidade da pesquisa de Lacoste a qual ele próprio cita. Ainda com respeito às limitações da crítica de Chiavenato, pode-se aduzir uma provocativa afirmação de Golbery do Couto e Silva: "como se a geopolítica envergonhasse o não ser propriamente uma ciência."²⁸

O geógrafo Nelson Werneck Sodré, embora também não escape da matriz positivista de "fazer ciência", faz algumas colocações a respeito de geopolítica, chamando-a de "a geografia do fascismo". Vê Sodré a geopolítica como a passagem da "concepção desvairada de um geógrafo medíocre a instrumento teórico de destacado papel". Diz que a geopolítica,

"oriunda da geografia da etapa imperialista, e pretendendo-se geográfica, não passa de construção ideológica desprovida de sentido científico, marginal, com papel no plano político unicamente. Seu estudo não deve deixar de

ser feito, entretanto, pois encerra preciosos ensinamentos e particularmente quanto ao grau de descomedimento e de falsidade que pode atingir o conhecimento, quando a serviço das forças reacionárias, necessariamente obscurantistas. A rigor, uma reconstituição histórica da Geografia só poderia e deveria ocupar do material geográfico acumulado; não sendo a Geopolítica fonte desse material, porque estranho e marginal (SIC!), poderia legitimamente ser omitida."²⁹

Em uma obra também crítica sobre geografia, outro geógrafo, Milton Santos, faz algumas observações bastante pertinentes, discorrendo sobre as pretensões da geografia à cientificidade. Afirma ele que,

"nascida tardiamente como ciência oficial, a geografia teve dificuldades para se desligar, desde o berço, dos grandes interesses. Estes acabaram carregando-a consigo. Uma das grandes metas conceituais da geografia foi justamente, de um lado esconder o papel do Estado bem como das classes na organização da sociedade no espaço."³⁰

Finalmente, a esse respeito diz Rui Moreira:

"A geopolítica [...] não é uma 'ideologia alemã', mas a geografia oficial sem seu costumeiro disfarce. A geopolítica sob a forma axacerbada em que aparece no entre-guerras serve inclusive para esconder o fato de que a geografia é sempre uma geopolítica, ou seja, um discurso que está pondo sobre a mesa a questão do poder: dos homens sobre a natureza e dos homens sobre outros homens. Eis o que escondem as academias e seus professores."³¹

5 . AS ESCOLAS GEOGRÁFICAS

Retomando experiências teóricas e confrontando-as com experiências históricas é possível trazer à discussão a relação entre as análises geográficas e a luta pela gestão social do território. Ou seja, a referência à localização de alguns fenômenos históricos situa o discurso geopolítico a partir de condições políticas e econômicas de existência, colocando os problemas de sua constituição tendo em vista o espaço que ocupa - terreno e objeto de prática política.

O pensamento geográfico posterior ao século XVIII está marcado pelo surgimento da geografia acadêmica (universitária, "científica") e pela emergência de escolas nacionais de geografia, que se desenvolveram incorporando-se às necessidades político-econômicas de caráter nacional. De fato, a idéia da existência de escolas geográficas nacionais está ligada, sobretudo, às condições internas dos respectivos países em que nascem, bem como às suas relações com o resto do mundo - é o que dará a cada escola um "verniz particular."³²

A esse respeito o surgimento da Escola Geográfica Alemã é bastante ilustrativo, principalmente quando atentamos para suas características, conformadoras, afinal, de um novo saber: a geopolítica. Com efeito, a falta da constituição de um Estado nacional, a inexistência de um centro organizador do espaço, entre outros aspectos, conferem à discussão geográfica uma relevância especial para a Alemanha do início

do século XIX.

5.1 . A ESCOLA GEOGRÁFICA ALEMÃ

Mencionamos o sueco Rudolf Kjellén como o funda dor da Geopolítica enquanto campo de conhecimento distinto da Geografia. No entanto, é na Alemanha que se esboçarão as grandes linhas do pensamento geopolítico. O alemão Frederic Ratzel (1844 - 1904) é considerado um de seus grandes precursores, uma vez que é com ele que o conteúdo político da geografia se vê de forma mais explicitada. Há que se lembrar ainda que, não por acaso, é também na Alemanha que surge pela primeira vez no mun do a geografia universitária, método de transmissão de conheci mento de grande importância para a formação das escolas geogrã ficas nacionais.

Kant representa o iniciador dessa tradição ciên tífica, assim como de uma rigorosa reflexão filosófica sobre os conceitos de espaço, posição e região. Ele próprio lembra, no prefácio à Antropologia pragmática ter lecionado na Universida de de Königsberg, além do ensino de Filosofia Pura, "durante cerca de trinta anos, dois tipos de cursos a respeito do conhe cimento do mundo, isto é, antropologia no semestre de inver no e geografia física no semestre de verão [...]"³³

De fato, a contribuição da filosofia kantiana ao conhecimento geográfico foi fundamental. Alguns autores o consideram o pai da geografia moderna. É a partir de Kant que o caráter descritivo da geografia pode ser compreendido. Para ele

" o conhecimento é dado pelos sentidos, é portanto um conhecimento empírico. Este conhecimento empírico advém da percepção pelos sentidos, havendo um 'sentido interno' que revela o homem (antropologia pragmática), e um 'sentido externo', que revela a natureza (geografia física). A percepção orienta a experiência que para isto precisa ser sistematizada. À geografia cabe esta sistematização, no plano do espaço, cabendo-a à história no plano do tempo. Isto porque a sistematização passa por dois processos: a normativa (história) e a descritiva (geografia). Juntas, a geografia e a história abarcam o conjunto de nossas percepções (conhecimento empírico)."³⁴

A geografia tem nas figuras de Alexander von Humboldt (1769 - 1859) e Karl Ritter (1779 - 1859) os primeiros sinais de sua sistematização. "Humboldt e Ritter embora pondo pesos diferentes na natureza e no homem, vêem a geografia como a totalidade das coisas naturais e humanas; na qual os homens vivem e sobrevivem [...]. Mas Humboldt é, antes, um naturalista, e Ritter estudioso da antropologia."³⁵

Humboldt e Ritter vivenciaram o aparecimento do ideal de unificação alemã. Como explica Antonio Carlos Robert Moraes, a Alemanha de então é um aglomerado de feudos (duques, principados, reinos), cuja única ligação diz respeito a alguns traços culturais comuns, inexistindo qualquer unidade econômica ou política. A unidade econômica começa a se esboçar no decorrer do século XIX; a unidade política só se efetiva em 1870 com a unificação nacional, que tem um importante passo com a Confederação Germânica (1815), a qual congregou todos os principados alemães e os reinos da Áustria e Prússia.

Portanto, a Alemanha não conhece a monarquia ab soluta ou outro tipo de governo centralizado. O capitalismo a lemão não nasceu de uma ruptura radical em forças feudais tra dicionais, como acontece na França. O desenvolvimento econô mico da Alemanha dessa época é fruto de um compromisso entre os interesses dos latifundiários prussianos - os Junkers - e os empresários industriais do Oeste Alemão.

O capitalismo se desenvolve no quadro agrário a lemão sem alterar a estrutura fundiária. A propriedade da ter ra permanece nas mãos de elementos pré-capitalistas - proprie tários de terras - que tornam-se capitalistas pela destinação dada à produção. O latifúndio que possuía uma economia fecha da de autoconsumo ("espacialidade única", diria Lacoste) pas sa a produzir para um mercado (dando início ao fenômeno da "espacialidade diferencial").

Esta é, em linhas bastante gerais, a situação que a Alemanha vive à época em que surgem os trabalhos de Humboldt e Ritter. Dessa forma, a inexistência de um centro or ganizador do espaço engendrará a relevância das questões espa ciais.

"Termos como domínio e organização do espaço, apropria ção do Território, variação regional, entre outros, es tarão na ordem do dia na prática da sociedade alemã de então. É, sem dúvida, deles que se alimentará a siste matização geográfica. Do mesmo modo como a Sociologia aparece na França, onde a questão central era a organiza ção social [...], a Geografia surge na Alemanha, onde a questão do espaço era a primordial."³⁶

Resolvida a questão interna do espaço, Friedrich Ratzel é quem refletirá as novas preocupações que se colocam na Alemanha no último quartel do século XIX: a efetivação do estado-nacional alemão e seus desígnios expansionistas, uma vez que sua unificação tardia deixou-a fora da partilha dos territórios coloniais.

Nas escolas geográficas, Ratzel surge como o que Nelson Werneck Sodré denomina de "a ponta inicial do longo fio do determinismo."³⁷ Em 1882 publica o primeiro volume da Antropogeografia³⁸ que tem como subtítulo Fundamentos da aplicação da geografia à história, em que procurava mostrar que a distribuição do homem na superfície terrestre havia sido mais ou menos determinada por forças naturais. Assentou seu sistema de antropogeografia sobre os princípios da evolução e da ciência natural: considera o homem como produto final de uma evolução realizada através da seleção natural dos tipos de acordo com sua capacidade de se ajustar ao meio natural. O homem seria, portanto, produto de seu meio, moldando-o na medida de sua adaptação a esse meio.

Explica Hans Weigert que em sua antropogeografia

"Ratzel estava longe de considerar como inorgânicos os fatores espaciais. Os vê sempre em sua relação geradora de vida com as forças de crescimento e expansão da humanidade, convertendo-se assim em parte de seu organismo vital. Semelhante concepção biológica não era notável em seu tempo, quando nada podia livrar-se por completo da influência de Darwin [...]. A influência de Darwin é claramente discernível nas idéias de Ratzel. Em 1901 escreveu um ensaio que intitulou: 'Espaço Vital, estudo

biogeográfico!. Nele traduz o darwinismo à linguagem de sua geografia humana: a luta pela existência é de fato a luta pelo espaço, porque a superfície da terra é limitada."³⁹

Em 1896 Ratzel escreveu um ensaio com o título Sobre as leis do crescimento espacial dos Estados. Nele expressou sistematicamente sua concepção acerca das "leis do crescimento espacial do Estado" ou "teoria de espaço vital" (Lebensraum).⁴⁰

Em 1897 surge sua Geografia política, reeditada em 1902 (?) com o título Geografia dos Estados, do comércio e da guerra.⁴¹ Nesta obra Ratzel se propunha a estudar os fundamentos que governam a relação entre os Estados e a terra.

"Professores de ciência política, sociólogos e historiadores, acreditava, não haviam logrado ver o Estado como um organismo, um negócio de humanidade e um negócio de terra organizada. Era missão da geografia destruir uma concepção segundo a qual o estado não era mais que uma extensa parcela de propriedade imutável, segundo Ratzel o expressou em certa ocasião. Os continuadores de Ratzel, em especial Kjellén, destacaram cada vez mais a parte política da ciência da terra e estado, submetendo a política às leis biológicas, que estão além do bem e do mal."⁴²

5.2 . A ESCOLA GEOGRÁFICA FRANCESA

Em contraposição à geografia alemã, com fortes conotações deterministas, surge uma outra grande escola geográ

fica que será eminentemente francesa e que terá na figura de Vidal de La Blache seu maior expoente. Do mesmo modo que as colocações de Ratzel estavam estreitamente ligadas à situação concreta de sua época e de sua sociedade, a geografia de La Blache é compreensível a partir principalmente da conjuntura do desenvolvimento capitalista francês e do antagonismo franco-prussiano.

Ao contrário da Alemanha, a França conheceu uma unificação precoce: a centralização do poder estava assegurada há séculos pela prática da monarquia absoluta. A formação de uma burguesia sólida, com aspirações bem sedimentadas, formulou e comandou uma transformação radical da ordem existente, implantando largamente o domínio das relações capitalistas, bem como intensificando e estruturando as espaciais.

Por outro lado, na segunda metade do século XIX, a França e a Alemanha, ainda Prússia, disputam o controle continental da Europa. Tal situação culminou com a guerra franco-prussiana em 1870, da qual a Prússia saiu vencedora. A França perde os territórios de Alsácia e Lorena, vitais para sua industrialização, uma vez que neles se localizam suas principais reservas de carvão.

A geografia de Ratzel pode ser vista como uma tentativa de legitimação da ação imperialista do Estado alemão (prussiano). O pensamento geográfico francês tem como tarefa combatê-lo. La Blache foi a principal figura a partir da qual foram tecidas as críticas da Escola Francesa às formulações de Ratzel.

Assim, resumidamente, La Blache critica o caráter

ter naturalista da obra ratzeliana, onde o elemento humano aparecia como passivo frente às imposições do meio. Ao "determinismo geográfico" é contraposto o "possibilismo geográfico", teoria que demonstrará a reciprocidade de influências entre o homem e o meio, no interior do qual a vontade humana dota o homem de ampla "possibilidade" de dominar o meio. Combatendo a tese determinista, La Blache dá um papel maior à história para levar em conta as maneiras pelas quais o homem se relaciona com os fatores físicos. No entanto, em suas descrições, La Blache destaca o que é permanente, tudo que existe na paisagem há muito tempo. Ou seja, dá destaque à herança durável de fenômenos naturais ou de evoluções históricas antigas.

Outra crítica de La Blache relativamente a Ratzel dizia respeito à politização explícita de seu discurso. Ou seja, condenava o fato de as teses ratzelianas tratarem abertamente de questões políticas.

Com relação a essa crítica, a seguinte citação dá bem o sentido apolítico (?) do possibilismo lablachiano:

"Devemos nos congratular porque a tarefa da colonização que constitui a glória de nossa época, seria apenas uma vergonha se a natureza pudesse ter estabelecido limites rígidos, em vez de deixar margem para o trabalho de transformação ou de reconstrução cuja realização está dentro do poder do homem."⁴³

Até que ponto, portanto, o principal representante da escola francesa realmente recusava as teses de Ratzel? Seria uma recusa às teses ou ao "espaço" onde elas seriam uti

lizadas: Como explicar, por exemplo, que um mesmo autor, em um espaço de menos de 12 anos, tenha escrito duas obras totalmente opostas? Uma Tableau géographique de la France (1905), que, além de ser um notório ataque à Escola Alemã, é também considerada um modelo de "descrição" e de "racionalidade" geográfica, e a outra, La France de L'Est (1916) que além de, não por acaso, ser ignorada pela quase totalidade dos geógrafos franceses (até hoje!), contém a análise de todas as questões que La Blache sistematicamente escamoteou em suas descrições no Tableau géographique de La France? As diferenças de concepções, de raciocínio, bem como o modo como são colocadas as questões são tão grandes que poder-se-ia dizer que estas duas obras pertencem a dois geógrafos com radicais posicionamentos ideológicos.

O autor de Géographie de la France é aquele que nega a existência de questões político-militares como constitutivas do discurso e da prática da geografia. Daí porque não interessar as questões relativas às cidades e o consequente papel das burguesias urbanas, as diversas estratégias de industrialização e a origem e o desenvolvimento do capitalismo. Suprime de suas descrições tudo o que advém da evolução econômica e social, aquilo que tem menos de um século e que traduziria os efeitos da revolução industrial.

O outro La Blache, autor de La France de L'Est, é aquele que assume a diversidade dos fenômenos econômicos, sociais e políticos como constitutivos da realidade espacial. Este La Blache não está preocupado, como bem diz Lacoste, em descrever e explicar os fenômenos julgados dignos das tradições da corporação geográfica, as suas relações com as outras disciplinas ou com os cânones de cientificidade, mas sim em demons

trar que a Alsácia e a Lorena - objeto dessa obra - anexadas pelo império alemão em 1871, deveriam ser reanexadas à França. Sua argumentação para tal afirmativa parte do fato de que a língua (a Alsácia e parte da Lorena são de cultura germânica) não é o único aspecto que deve ser considerado na incorporação territorial. As características econômicas, sociais e políticas dos homens do território cobiçado, assim como suas relações com um centro político devem também ser levadas em consideração. Obviamente as características das citadas regiões são mostradas por La Blache como estreitamente ligadas à França.

Apesar de ter realizado uma das mais completas análises geográficas (geopolíticas), por que os geógrafos franceses, mesmo cultuando La Blache, ignoram ou fingem desconhecer La France de l'Est? Talvez porque com isso ruiria a neutralidade da Escola Francesa. O expurgo de Elisée Reclus teria sido motivado pelo mesmo fato?⁴⁴

Enfim, a instituição da geografia escolar nasce quando o processo da "espacialidade diferencial" começa a tomar uma forte dimensão. No fundo, não cumpre à Escola Francesa papel distinto da Escola Alemã, não obstante as diversidades do desenvolvimento do Estado-nacional francês e do alemão. A função da geografia segue sendo a mesma: conferir unidade ao diferencial (do). Ou seja, escamotear a diversidade de relações sociais complexas para dar lugar a uma identificação nacional.

6. . RUDOLF KJELLÉN

O principal desdobramento da obra de Ratzel ma

nisfesta-se em Rudolf Kjellén (1864 - 1922) com a constituição da geopolítica enquanto campo de conhecimento distinto da geografia tradicional, acadêmica.

Kjellén adotou as idéias ratzelianas e radicalizou a identificação do Estado com um organismo vivo.⁴⁵ Autor da "teoria organicista do Estado", afirma em seu livro o espaço como forma de vida (1916) que

"a essência do estado como organismo se compõe de elementos jurídicos e elementos de força: como toda vida individual existente sobre a terra, consiste não só em moralidade, senão também em desejos orgânicos ... os estados tal como [podemos] seguir seu curso na história e tal como nos movemos entre eles no mundo das realidades são seres materiais-rationais, exatamente como os seres humanos... o estado se nos apresenta agora, não como uma forma casual de simbiose humana, artificialmente envolta em noções jurídicas, senão como um fenômeno orgânico profundamente arraigado em realidades históricas e de fato, como o ser humano individual. Em uma palavra: o estado emerge como manifestação biológica ou forma de vida."⁴⁶

Com efeito, o Estado para Kjellén é visto como um organismo sujeito às leis do crescimento (tomadas de Ratzel). Subordina, assim, todos os aspectos políticos às leis biológicas. Os Estados nascem, crescem, envelhecem e morrem como os demais organismos. Estados vitalmente fortes tendem a dilatar seu território, seja pela colonização, união com outros Estados ou conquista: é uma tendência natural e necessária como meio de autoconservação, já que Estados-organismos, como seres

vivos supra-individuais, lutam entre si perpetuamente pela so brevivência e angrandecimento.

Em As grandes potências de nossos dias (edição a lemã de 1914), disserta sobre a necessidade de expansão do Es tado, afirmando que: "Nessa situação, a Alemanha surge como o líder mais natural, quer do ponto de vista geográfico, quer do cultural. Isto significaria para a Alemanha, como administradora do direito de primogenitura, aceitar a posição de dirigen te do mundo e, com esse fim, usar essa imensa fonte de poder que lhe parece faltar no momento, a fé em tal missão."⁴⁷ Não é de surpreender que as idéias de Kjellén tenham sido tão bem recebidas entre os geógrafos germânicos. Humilhado com a der rota na I Guerra Mundial, com Kjellén o pangermanismo ganha ria novo fôlego.

7 . HALFORD MACKINDER

Outro teórico importante para a definição dos traços fundamentais da geopolítica é o geógrafo (?) inglês Halford Mackinder (1861 - 1947).⁴⁸ Em 1904 apresentou em Londres perante a Royal Geographical Society, sua teoria do Coração do Mundo (Heartland) em uma conferência intitulada O eixo geográfico de história (The geographical pivot of history). Em 1919 publica o livro Democratic ideals and reality, onde não modificará essencialmente os traços de sua visão geográfica do sistema político mundial já delinea dos em 1904.⁴⁹

Segundo Mackinder, a história da civilização eu

ropêia seria fruto da contínua luta contra a invasão asiática, ou seja, produto da reação da Europa às pressões exercidas des de as estepes asiáticas: como as chuvas são mais abundantes nas regiões próximas à costa marítima, estaria explicado o fato de 2/3 da população mundial se encontrar em áreas relativamente pe quenas ao largo das regiões litorâneas dos continentes. Ao con trário, o centro do continente asiático, cujo clima é relativamente seco devido à escassez de chuvas, seria pouco povoado. No entanto, essa região, onde a estrutura climática e geográfica criou uma terra estépica, terá todas as condições para a exis tência de uma população nômade escassa, porém, considerável em seu conjunto.

A terra ocupada por esses nômades, Mackinder chama de Coração do Mundo (Heartland). Estrategicamente situada, dela teriam desencadeado os ataques à Europa:

"O Coração do Mundo para os propósitos do pensamento estratégico inclui o Mar Báltico, o Médio e o Baixo Danúbio na vegável, o Mar Negro, Ásia Menor, Armênia, Tibete e Mon gólia. Em seu interior, portanto, estava a Prússia Bran denburgo e Áustria-Hungria, assim como a Rússia - uma vasta base tripla e poder humano (...)"⁵⁰ (Figura 1).

O Coração do Mundo (Heartland) faria parte da Ilha Mundial (World - Island), composta pelos continentes eu ropeu, africano e asiático e dividida em dois hemiciclos: um he miciclo interior (onde estaria o inexpugnável Heartland), e um he miciclo exterior (corresponde às regiões marginais, com papel secundário no controle do poder mundial). Os demais continen

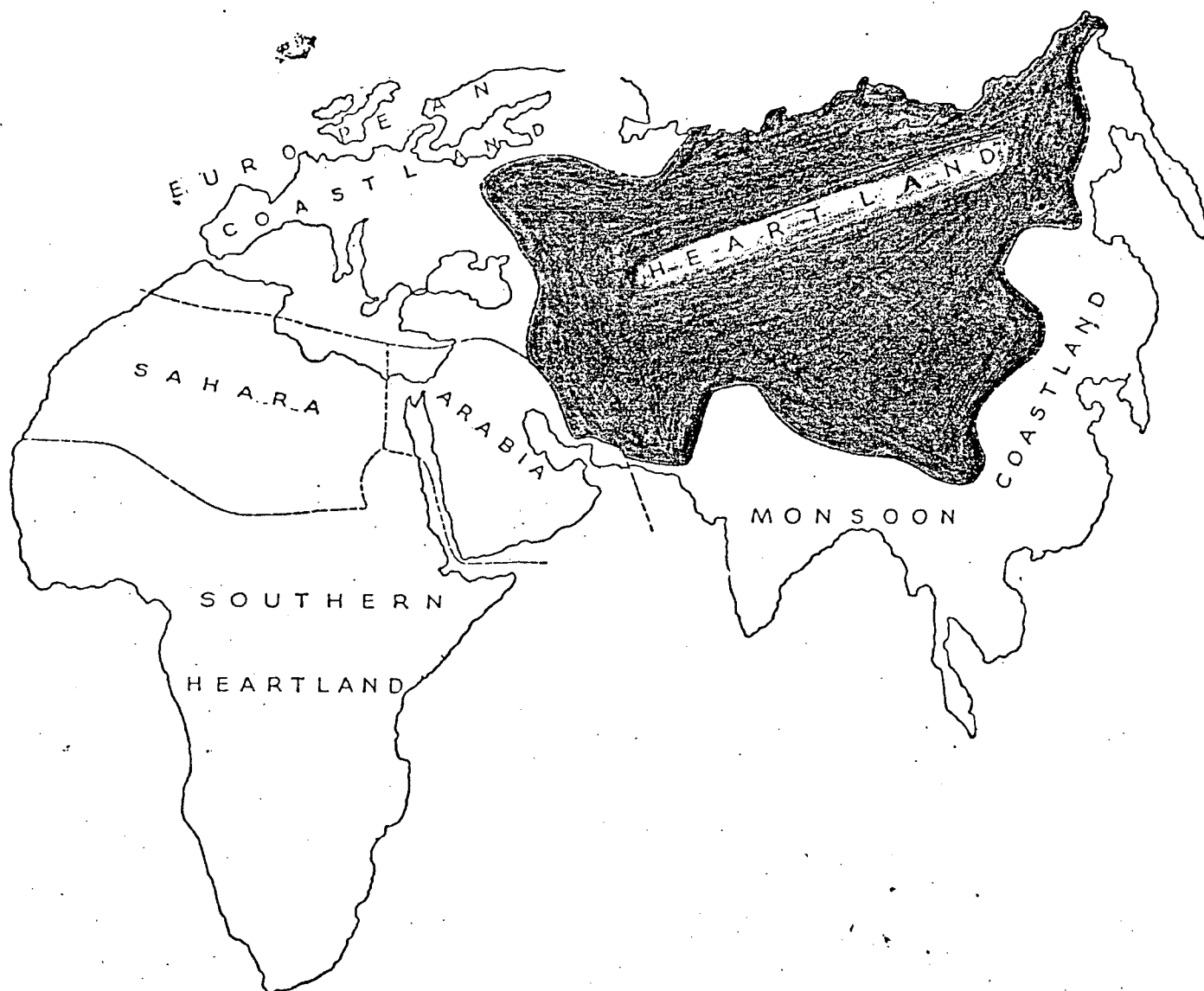


FIG. 16.—The World Island, divided into six natural regions. (Equal areas projection.)

Figura 1. **Heartland** (MACKINDER, Halford., op. cit., p. 78 - 9).

tes (americano e oceânico) são considerados "meros satélites" da Ilha Mundial (World - Island) (figura 2).⁵¹

Mackinder sintetiza a importância estratégica do Coração do Mundo através do seguinte princípio: "Quem domina a Europa Oriental controla o coração do mundo. Quem domina o coração do mundo controla a Ilha Mundial. Quem domina a Ilha Mundial controla o mundo."⁵²

8 . KARL HAUSHOFER

Herdeiro intelectual de Kjellén, admirador de Ratzel e Mackinder, Karl Haushofer (1869 - 1946) será outra figura importante na geopolítica. Diretor do Instituto de Geopolítica de Munique e fundador da Revista de Geopolítica, unirá basicamente os elementos das teorias dos três autores mencionados, transformando-os numa política germânica de poder nacional.

Com Kjellén chega a trocar idéias, tomando muito de seus conceitos e terminologia. De Ratzel adota a lei dos espaços crescentes, dando-lhes um sentido prático. Falando da situação da Alemanha nazista, afirma Haushofer:

"Uma grande nação tem de romper de um espaço singularmente estreito, amontado de gente, sem ar fresco, um espaço vital acanhado e mutilado há um milênio ... a menos que toda a terra se abra à livre imigração dos povos melhores e mais capazes ou que os espaços vitais ainda não ocupados sejam redistribuídos segundo as realizações anteriores e a capacidade de criar."⁵³

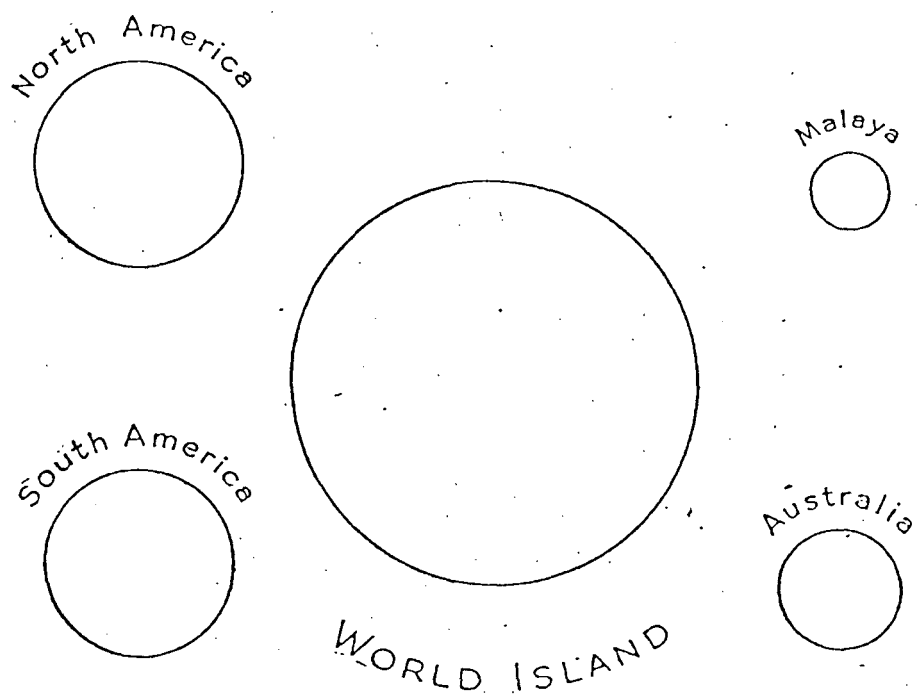


FIG. 12.—These circles represent the relative areas of the World Island and its satellites.

Figura 2. Áreas relativas da Ilha Mundial e seus satélites (MACKINDER, Halford., op. cit., p. 67).

A Mackinder referir-se-á com frequência, como em 1937, por exemplo, quando escreveu que devia sua própria concepção sobre o domínio dos espaços "à maior de todas as concepções geográficas, a O Eixo Geográfico da História." Dizia Haushofer que nunca havia visto "nada maior que estas poucas páginas de uma obra mestra geopolítica."⁵⁴ Explica Hans Weigert que a Haushofer não interessava tanto descrever sistematicamente as manifestações em suas formas típicas, mas sim tirar conclusões práticas que serviriam de guia para a estratégia do estadista. Mackinder havia analisado a situação mundial, enquanto que Haushofer se preocupava em adaptá-la à estratégia alemã.

Ainda, segundo Weigert, muito Haushofer fez para levar Hitler a agir dentro de suas diretrizes geopolíticas. O pacto de não agressão germano - russo, de 23 de agosto de 1939 (Acordo Ribbentrop - Molotov) teria sido uma vitória pessoal de Haushofer, que sacara das lições de Mackinder que "nunca mais [deveriam] Alemanha e Rússia colocar em perigo suas relações geopolíticas por conflitos ideológicos."⁵⁵ Fracassou Haushofer quando Hitler ordenou o ataque à Rússia.

Muito se tem discutido sobre a relação entre as idéias de Haushofer e Adolf Hitler. Mein Kampf, de Hitler, é considerado em grande parte diretamente influenciado por Haushofer. De toda forma, é sintomático que a importância maior da geopolítica aconteça na Alemanha nazista, como diz Júlio Chiavenato.

"Foram as idéias de Haushofer que forneceram o material ideológico para a geopolítica nazista. Alguns geopolíticos, na tentativa de absolver a geopolítica dos desvios que ela

própria escolheu quando se auto-declarou 'ciência', afirmam que Haushofer foi 'absorvido' e 'traído' pelos nazistas. Há uma tendência destes geopolíticos [...] em desvincular os crimes políticos do III Reich da geopolítica que os justificou. Interessa porém [...] o que a geopolítica é ou foi - não o que deveria ter sido."⁵⁶

9 . A NOVA GEOGRAFIA

É interessante notar que, confundindo-se com o final da Segunda Guerra Mundial, surge uma nova escola geográfica que terá como berço os Estados Unidos: a Escola Anglo-Saxônica.

Essa nova escola pode ser vista como uma reafirmação da neutralidade das análises geográficas e uma demonstração de que a geografia "nada tem a ver com a geopolítica haushoferiana". Sua rápida e ampla mundialização (já nos anos 60) revela seu caráter mais preciso - o imperialismo norte-americano. De fato, a extensão mundial dos interesses americanos, fez com que a pesquisa geográfica fosse considerada um instrumento de controle indispensável. A nova orientação da pesquisa geográfica gera um conhecimento diretamente operacionalizável que permite a intervenção deliberada sobre a organização do espaço.

A "nova geografia", "geografia quantitativa", "geografia pragmática", caracterizar-se-á principalmente pela renovação de sua linguagem. Da antiga matriz positivista, a geografia salta para o neopositivismo que representará uma sofisticação técnica com a utilização da linguagem matemática.

Pode-se dizer que à nova corrente geográfica cum

pre dois papéis essenciais. Se, de um lado, seu aspecto utili
tário deixa transparecer mais explicitamente seus objetivos eco
nômicos e militares (de descritiva, a geografia passa a ser
prospectiva), de outro, seu acervo técnico, visando evitar a in
terferência de qualquer subjetividade, dissimula seu componen
te ideológico e sua eficácia política. Ou seja, em contrapar
tida à sua nova retórica cientificista, que a faz afirmar-se
como racional e puramente objetiva, a geografia aparece mais
claramente como apoio dos centros decisórios na programação ter
ritorial. A geografia atinge o clímax da cientificidade e da
utilidade, tornando-se uma arma mais sofisticada de controle do
espaço. Neste sentido, diz Yves Lacoste que "Para os geógrafos
até então fechados em sua função ideológica professoral, a pesquisa
aplicada [seria] a possibilidade de se sentirem úteis de algum
modo, sentimento profundo em muitos dentre eles."⁵⁷

10 . A GEOPOLÍTICA: EFICAZ INSTRUMENTO DE PODER

A partir do que foi exposto é possível visuali
zar a importância do controle político sobre o espaço e o papel
que tem a geopolítica como instrumento de controle. Viu-se que,
como discurso e como prática, a geopolítica emerge e funciona como
um elemento estratégico de organização espacial, estruturador
e integrante de relações de dominação.

O que se tentou realizar no presente capítulo
teve tão somente o objetivo de esboçar linhas referenciais para
a compreensão da geopolítica enquanto um saber que tem sua ins
crição como prática política. Os recortes históricos e teóri

cos foram feitos com o objetivo de privilegiar questões consideradas essenciais ao objetivo da investigação. Não se pretendeu, portanto, atribuir à história um tratamento puramente linear, mas sim articular fatos e fatores que tornassem compreensíveis a codeterminação ou correspondência entre um saber sobre o espaço, a geopolítica, e as realidades políticas. Ou seja, em última instância, mostrar a geopolítica como um discurso do poder sobre o espaço por ele pretendido, espaço este que é, na realidade, produto e produtor de relações sociais, e não o "espaço congelado"⁵⁸ pela tradição geográfica.

Nascida e positivada como um saber ligado a mecanismos de dominação, resta questionar-se sobre a materialização mais recente da geopolítica como prática de poder. É o que se fará no próximo capítulo.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Relativamente à data do primeiro uso da expressão "geopolítica" por Kjellén não há unanimidade entre os autores. CHIAVENATO, Júlio J. Geopolítica, arma do fascismo. São Paulo, Global, 1981. p.9. afirma que "a palavra GEOPOLÍTICA surge pela primeira vez [...] em 1916. SODRÉ, Nelson Wernerck. Introdução à geografia; geografia e ideologia. 3.ed. Petrópolis, Vozes, 1982. p.59-60 apresenta a mesma data, assim como GUGLIALMELLI, Juan Enrique. Geopolítica del cono sur. Buenos Aires, El Cid Editor, 1979. p.17 e COMBLIN, Joseph. A ideologia da segurança nacional. 3.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980. p.25. Segundo MIYAMOTO, Shiguenoli. O pensamento geopolítico brasileiro (1920-1980). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da U.S.P., 1981, f. 17/Dissertação de Mestrado da área de Ciência Política/ o termo foi utilizado pela primeira vez por Kjellén em 1899. Optou-se pela data mais antiga.
2. KJELLÉN, Rudolf., apud., MIYAMOTO, Shiguenoli. O pensamento geopolítico brasileiro (1920-1980)., op. cit., f.18.
3. REVISTA DE GEOPOLÍTICA. (Editores)., apud., WEIGERT, Hans. Geopolítica; generales y geógrafos. México, Fondo de Cultura Económica, 1943. p.24.
4. HAUSHOFER, Karl., apud., WEIGERT, Hans. Geopolítica; generales y geógrafos., op. cit., p. 24-5.
5. WEIGERT, Hans. Geopolítica; generales y geógrafos. México, Fondo de Cultura Económica, 1943. p.23-5.
6. COMBLIN, Joseph. A ideologia da segurança nacional. 3.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980. p.24-5.

7. TAMBS, Lewis A. A influência da geopolítica na formação da política internacional e da estratégia das grandes potências. Política e Estratégia, São Paulo, 1(1):73, out./dez. 1983.
8. BACKHEUSER, Everardo., apud., SILVA, Golbery do Couto e. Conjuntura política nacional: o poder executivo & Geopolítica do Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1981. p.64.
9. MATTOS, Carlos de Meira. A geopolítica e as projeções do poder. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1977. p.15.
10. SILVA, Golbery do Couto e. Conjuntura política nacional: o poder executivo & Geopolítica do Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1981. p.64.
11. GUGLIALMELLI, Juan Enrique. Geopolítica del cono sur. Buenos Aires, El Cid. Editor, 1979. p.24.
12. ATENCIO, Jorge E. Que es la geopolítica. Buenos Aires, Pleamar, 1965, p.41., apud., COMBLIN, Joseph. Pe. A ideologia da segurança nacional., op. cit., p.25.
13. GUGLIALMELLI, Juan Enrique. Geopolítica del cono sur. op. cit., p.23-4.
14. SILVA, Golbery do Couto e. Conjuntura política nacional: o poder executivo & Geopolítica do Brasil., op. cit., p.64.
15. MEDEIROS, Jarbas. Avaliação do poder mundial. Política e Estratégia, São Paulo, 1(1):20, out./dez. 1983.
16. WEIGERT, Hans. Geopolítica; generales y geógrafos., op.cit p.24.

17. MIYAMOTO, Shiguenoli. Os estudos geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação. Revista Perspectivas, São Paulo, 4:76. 1981.
18. LACOSTE, Yves. La géographie. In: CHATELET, F. La philosophie des sciences sociales. Paris, s.ed., 1973, p. 251-94., apud., QUAINI, Massimo. Marxismo e geografia. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. p.12.
19. LACOSTE, Yves. La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre. Paris, Maspero, 1982. p.7.
20. Ibid. p.20.
21. Ibid. p.
22. Ibid. p.163.
23. Ibid. p. 19.
24. FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 2.ed. Rio de Janeiro, Graal, 1981. p.161. Entrevista da revista Hérodote a Michel Foucault.
25. Ibid. p. 296.
26. LACOSTE, Yves. La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre., op. cit., p.9.
27. CHIAVENATO, Júlio J. Geopolítica, arma do fascismo. São Paulo, Global, 1981. p.9.
28. SILVA, Golbery do Couto e. Conjuntura política nacional: o poder executivo & Geopolítica do Brasil., op.cit., 65.
29. SODRÊ, Nelson Werneck. Introdução à geografia; geografia e ideologia. 3.ed. Petrópolis, Vozes, 1982. p.54.

30. SANTOS, Milton. Por uma geografia nova. 2.ed. São Paulo, HUCITEC, 1980. p.14.
31. MOREIRA, Rui. O que é geografia. São Paulo, Brasiliense, 1981. p.41.
32. SANTOS, Milton. Por uma geografia nova., op. cit., p.99.
33. KANT, I. Antropologia pragmática. Bari, 1969. p.6, apud., GUAINI, Massimo. Marxismo e geografia. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. p.27.
34. MOREIRA, Rui. O que é geografia., op. cit., p. 23-4.
35. *Ibid.* p.41.
36. MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia; pequena história crítica. 2.ed. São Paulo, HUCITEC, 1983. p.46-7.
37. No entanto, como explica o referido autor, "há quem faça recuar essa ponta inicial a Karl Ritter, acusado também de fundador da geopolítica". SODRÉ, Nelson Werneck., op. cit., p. 48. De fato, no tocante ao determinismo geográfico, não se pode deixar de lembrar de Ritter, uma vez que sua obra é anterior à de Ratzel e, sem dúvida, irá influenciá-lo. "Renovando o estudo da geografia, que até então tinha tido um caráter substancialmente descritivo, K. Ritter, inspirando-se na filosofia de Schelling, considerava as diversas partes do mundo como organismos vivos, que determinavam a vida e a história de seus habitantes e julgava que os grandes acontecimentos históricos fossem condicionados essencialmente por seus fatores geográficos [...]. cf. CORNU, A. Marx e Engels, dal liberalismo al comunismo. Milano, Feltrinelli, 1962, p. 150., apud., GUAINI, Massimo. Geografia e marxismo., op. cit., p.30.

38. RATZEL, Friedrich. Anthropogeographie. Grundzüge der Anwendung der Erdkund auf die Geschichte. Stuttgart, Biblioteca de manuais geográficos de Engelhorn. 1882/1891. 2 v., apud., SODRÉ, Nelson Werneck. Introdução à geografia; geografia e ideologia., op. cit., p.48.
39. WEIGERT, Hans. Geopolítica; generales y geógrafos., op. cit., p.114-5.
40. "Heinrich von Treitschke, expondo suas malévolas doutrinas sobre expansão pela guerra, julgava que a aquisição de território pela guerra era o elixir para nações desvitalizadas, e ele foi o primeiro a utilizar o termo Lebensraum, espaço-vital. 'O estado é poder', ele disse e ele extraiu de Maquiavel a idéia de que o estado não é limitado por restrições de moralidade como são os indivíduos." CARLSON, Lucile. Geography and world politics. N.J., Prentice-Hall, 1958. p.14.
41. RATZEL, Friedrich. Politische geographie. Geographie der Staaten, des Verkehrs und Krieges. 2 ed. Munich., apud., SODRÉ, Nelson Werneck. Introdução à geografia; geografia e ideologia., op. cit., p.48.
42. WEIGERT, Hans. Geopolítica; generales y geógrafos., op. cit., p.103.
43. LA BLACHE, Vidal. Principes de géographie humaine., apud., SANTOS, Milton. Por uma geografia nova. p.15.
44. Elisée Reclus (1830-1905), militante anarquista da I Internacional e um dos organizadores da Comuna de Paris. Um dos mais conhecidos geógrafos franceses à época de Vidal de La Blache, não será aceito pelas academias sob a argumentação de que personificava a geografia utilitária que a geografia lablachiana estava superando. Atualmente tem-

se proposto uma reavaliação de sua obra em forma de crítica à tradição geográfica acadêmica francesa, como o faz Yves Lacoste. Para Lacoste o silêncio da corporação geográfica francesa em torno da obra de Reclus é fruto, principalmente, da recusa de incluir na discussão geográfica o fato político, como o papel dos aparelhos do Estado." Para o grande pensador anarquista, a geografia não somente não pode ignorar os problemas políticos, mas ela permite melhor situá-los, quando não, revelar sua importância."

LACOSTE, Yves. La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre., op. cit., p.85.

45. Embora ressaltemos os aspectos da obra ratzeliana que mais diretamente influenciaram Kjellén e a Geopolítica de modo geral, este não foi seu único desdobramento. Como explica Robert Moraes, além de influenciar a Geografia como um todo, Ratzel é considerado o principal precursor da escola geográfica ambientalista, onde "a natureza não é vista mais como determinação, mas como suporte da vida humana. Mantém-se a concepção naturalista, porém, sem a causalidade de mecanicista." cf. MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia; pequena história crítica., op. cit., p.60. Ainda, analisando organicismo ratzeliano, bem como sua relação com Kjellén, SILVA, Golbery do Couto e. Conjuntura política nacional: o poder executivo E Geopolítica do Brasil., op. cit., p. 28. esclarece que o próprio Ratzel não deixou de fazer reservas àquela concepção. Neste sentido, vide também WEIGERT, Hans. Geopolítica; generales y geógrafos., op. cit., p.99.

46. KJELLÉN, Rudolf. El Estado como forma de vida. Berlim, 1924. p. 203., apud., WEIGERT, Hans. Geopolítica; generales y geógrafos., op. cit., p. 119.

47. KJELLÉN, Rudolf. As grandes potências de nossos dias. 1914., apud., SODRÉ, Nelson Werneck. Introdução à geografia; geografia e ideologia., op. cit., p. 60-1.
48. Segundo SODRÉ, Nelson Werneck. Introdução à geografia; geografia e ideologia., op. cit., p.58. "a passagem da Geografia à Geopolítica se deve ao caracterizado teórico da expansão imperialista inglesa Halford Mackinder [...]."
49. A visão geográfica de Mackinder é considerada "global". Ele mesmo explica que "cada século tem tido sua própria perspectiva [...]. A perspectiva geográfica do século XX difere [...] de todas as dos séculos anteriores em mais do que mera extensão. Nos contornos nosso conhecimento geográfico está agora completo." MACKINDER, Halford. Democratic ideals and reality. New York, H. Holt, c 1942 . p.29.
50. MACKINDER, Halford. Democratic ideals and reality., op.cit., p.110.
51. "[...] em 1943 Mackinder achou necessário revisar em parte sua organização original de estados e a interpretação da mesma. Naquele ano, como tanto a União Soviética como os Estados Unidos continuavam a provar seu crescente poder de força, ele [...] reconheceu que o sustentáculo do poder mundial apoiava-se não somente na Ilha Mundo, mas também na potência industrial dos Estados Unidos [...]."CARLSON, Lucile. Geographi and world politics., op. cit. p. 20.
52. MACKINDER, Halford. Democratic ideals and reality., op.cit., p.150.
53. HAUSHOFER, Karl. Zeitschrift für geopolitik. Munich, 1934. v. 2, apud., SODRÉ, Nelson Werneck. Introdução à geografia; geografia e ideologia., op. cit., p.63.

54. HAUSHOFER, Karl. Potencias conquistadoras de spacio. 1937. p.76., apud., WEIGERT, Hans. Geopolítica; generales y geógrafos., op. cit., p. 129.
55. HAUSHOFER, Karl. citado por WEIGERT, Hans. Geopolítica: generales y geógrafos., op. cit., p. 197.
56. CHIAVENATO, Júlio J. Geopolítica, arma do fascismo., op. cit., p.19. Vide WEIGERT, Hans. Geopolítica; generales y geógrafos., op. cit. que analisa demoradamente a relação entre haushoferismo e hitlerismo. A esse respeito ver também CASTRO, Terezinha de. A influência da geopolítica na formação da política internacional e da estratégia das grandes potências. Política e Estratégia, São Paulo, 1(1): 106-7; CARLSON, Lucile. Geography and world politics., op. cit., p.17-8; SODRÉ, Nelson Wernerck. Introdução à geografia; geografia e ideologia., op. cit., p. 61-71.
57. LACOSTE, Yves. La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre., op. cit., p.112
58. Expressão utilizada por FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder., op. cit. p. , numa alusão à falácia do binômio antinômico: homem/meio, sacralizado tanto pelo determinismo quanto pelo possibilismo geográfico. "Descongelar" o espaço significaria dar-lhe um conteúdo social e temporal, compreender seu conteúdo histórico. Enfim, encará-lo em sua relação dialética com o homem, através da qual desempenha um papel fundamental no processo de produção social e do mecanismo de controle da sociedade.

C A P Í T U L O I I

UMA NOVA REALIDADE GEOPOLÍTICA:

A BIPOLARIDADE LESTE-OESTE

UMA NOVA REALIDADE GEOPOLÍTICA:
A BIPOLARIDADE LESTE-OESTE

O período pós Segunda Guerra Mundial está fortemente marcado pela vigência de uma nova representação espacial do mundo, que tem como dado indiscutível e explicativo sua divisão geográfica em Leste-Oeste: uma nova configuração geopolítica do mundo. A aceitação desta referência como base de análise da realidade política, interna e internacional, terá, como pretende-se mostrar neste capítulo, consequências consideráveis. O lugar que este referencial vem merecendo no desenvolvimento da política internacional e nacional lhe assegura um contínuo processo de invocação com o fim de materializar e/ou justificar determinadas condutas políticas que têm sido alvo de intenso questionamento. De modo geral, as críticas que se colocam são fruto, de uma parte, da própria falência dos modelos políticos instalados a partir da recorrência à referida fatalidade bipolar, e, de outra, da crescente complexidade das relações internacionais que, certamente, não comportam esquemas analíticos simplistas.

Estes são alguns indicadores do tema objeto do presente capítulo. Faz-se mister aduzir-se a eles outros esclarecimentos como o fato de colocar-se em primeiro plano a forma como se projeta a bipolaridade nos países do continente americano, e, mais especificamente, com relação à América Latina.

Os países latino-americanos sofreram de modo drástico a aplicação dos mecanismos de contenção ao "avanço comunista", consubstanciados na Doutrina da Segurança Nacional. A forma como se efetiva a Doutrina da Segurança Nacional deve ser, portanto, observada, sobremaneira no que diz respeito às noções geopolíticas a que ela apela. Em continuidade, estarão inseridas algumas reflexões sobre a instituição militar, haja vista sua ostensiva presença na concretização das metas da segurança nacional, para, finalmente, considerar-se os papéis de sempenhados pelo Brasil no interior das mesmas metas, já que, segundo os raciocínios geopolíticos de equilíbrio de poder, este país tem uma condição privilegiada.

1 . A CIRCUNSCRIÇÃO GEOPOLÍTICA LATINO-AMERICANA

Embora Mackinder pensasse principalmente na ri validade entre Inglaterra e Alemanha quando elaborava suas te ses, a bipolaridade Leste-Oeste já recebia um significado especial, que será aprofundado após a Segunda Grande Guerra. Es se é o momento em que os Estados Unidos tiveram acesso à época imperial, enunciando as bases da nova titularidade imperialis ta. Ou seja, é a ocasião em que se delinearão os pressupostos da racionalização da nova política imperialista. Neste contexto, a União Soviética aparece como uma rival inconciliável, sendo sua política externa caracterizada como uma política que visa a revolução universal, isto é, a sujeição do mundo livre ao soviétismo.

No que toca à América Latina, não há o que discutir. Em consequência da grande tese geopolítica da divisão do mundo em dois poderes irremediavelmente antagônicos, os países latino-americanos integrarão o bloco comandado pelos Estados Unidos. A proximidade geográfica é colocada como determinante da proximidade político-ideológica.

Algumas das idéias fundamentais da integração latino-americana sob a liderança dos Estados Unidos foram expostas pelo teórico geopolítico norte-americano Nicholas John Spykman (1893-1943). Falecido anteriormente ao final da Segunda Guerra Mundial, Spykman foi um dos geopolíticos mais influentes de seu país, podendo ser considerado um precursor na formulação de programas de seguridade tendo por base estudos geográficos. Seus primeiros trabalhos apareceram em 1938 e 1939.

Segundo Spykman,

"tudo que não seja forjar uma Grossraumwirtschaft -- um grande espaço vital - que incorpore todo o continente americano com base em uma economia planificada, com produção controlada e direção centralizada do comércio internacional, não poderá sobreviver [...]. Nenhum dos estados aceitará de bom grado as modificações imprescindíveis para criar esta economia regional [...]. Somente a conquista do hemisfério pelos Estados Unidos e a implacável destruição das economias nacionais ora existentes, poderia realizar a integração necessária."¹

Ainda, discutindo sobre o papel dos Estados Unidos no mundo, afirmava que os esforços no sentido da conquista e preservação

do poder não tinham por finalidade a realização de valores morais; mas, ao contrário, os valores morais é que eram feitos para a conquista e preservação do poder.

Relevando a importância do domínio marítimo, Spykman criou a teoria das fímbrias marítimas, através da qual preconizava que os Estados Unidos substituiriam a Inglaterra no lugar em que esta ocupara até então na estratégia mundial. Assim, a nova liderança mundial caberia aos Estados Unidos, menos vulneráveis a ataques econômicos e militares, e mais versáteis em manobras rápidas para o equilíbrio de poder. Para o melhor exercício desta missão, recomendava a instalação de bases de proteção ao redor de todo o continente americano.²

Há que se dizer, no entanto, que Spykman não foi o único geopolítico norte-americano cuja obra adquiriu importância nesta época. Coincidindo com o final da Segunda Guerra Mundial, aparecem nos Estados Unidos eminentes geógrafos que abririam caminho para uma escola geopolítica genuinamente americana. Entre eles estão: Isaiah Bowman, Derwent Whittlesey, Edward Mead Earle e Harold Sprout.

2 . A DOCTRINA DA SEGURANÇA NACIONAL

Conforme Joseph Comblin a nova

"visão do mundo baseada na geopolítica é a de uma rivalidade entre Nações que são vontades de poder e de pode

rio. Essas Nações estão reagrupadas em duas alianças opostas. Uma representa o bem outra o mal. A primeira se chama Ocidente e a outra Comunismo. As Nações do mundo não tem salvação se não se aliarem a uma das duas potências mundiais". [Está-se no auge da guerra fria.] "Quanto ao que se relaciona à América Latina, ela faz parte do Ocidente. Não há que hesitar: é preciso seguir a grande potência que dirige o Ocidente quanto ao anticomunismo, os Estados Unidos. Dependendo do maior ou menor culto à geopolítica, serão encontrados maior ou menor número de argumentos 'científicos' para reforçar este destino."³

Ainda, como explica Comblin, a resposta à guerra fria⁴ é a segurança nacional. A onipresença da ameaça comunista engendra a existência de uma guerra permanente que, por sua vez, cria o perigo permanente para a segurança norte-americana. Mesmo que a União Soviética não ameace diretamente o território norte-americano, coloca-se como irrefutável a existência de uma ameaça longínqua que afetaria sua segurança a longo prazo. A contrapartida a esta situação será a segurança nacional.

A partir daí ver-se-ão traçadas as características e o sentido da Doutrina da Segurança Nacional que, como bem diz Comblin, pode ser teoricamente imprecisa, porém bastante concreta na prática. É a doutrina que justificará (?) os golpes de Estado e a instalação de regimes militares que acontecerão em cadeia na América Latina a partir da década de 1960⁵, estando fortemente assentada em categorias geopolíticas de equilíbrio de poder.

Para Comblin, a história do segundo pós-guerra

no continente americano pode ser dividida esquematicamente em duas fases distintas, que compõem, na realidade, a própria história da Doutrina da Segurança Nacional. A primeira fase abrange o período 1945 - 1961, na qual a estratégia americana consiste num programa de defesa continental contra uma possível invasão soviética vinda do Atlântico. Neste período os exércitos latino-americanos são equipados com armamentos de tipo convencional e treinados tendo em vista a provável guerra contra a iminente invasão comunista.⁶

A estratégia anticomunista a partir de 1961 muda de orientação. A principal ameaça passa a ser o "inimigo interno". O governo do Presidente John F. Kennedy inaugura a adoção em peso de programas de segurança, segundo os quais passam a ser enviados aos exércitos latino-americanos materiais leves, destinados à guerra de guerrilha: a guerra, portanto, permanece, deslocando-se tão somente o alvo, que passa a estar localizado no interior do continente. Segundo Comblin, o governo Kennedy estava convencido de que o comunismo encontrava-se mais ameaçador do que nunca, aproveitando do movimento de descolonização que acontece por volta deste período e do aprofundamento dos problemas econômicos-sociais do Terceiro Mundo.

Este segundo período (a partir de 1961) terá, por sua vez, duas fases distintas: uma de 1961 a 1968, outra, de 1969 em diante. Durante a primeira fase (1961-1968) a estratégia da guerra anti-revolucionária teria domínio completo. No entanto, aos poucos, o simplismo da doutrina da segurança daria lugar a um sistema mais sofisticado, no qual introduzir-se-ia o tema do desenvolvimento.⁷ O desenvolvimento aparece

como um elemento que deve harmonizar-se com a segurança, sendo que o maior ou menor peso que se dê a este novo elemento indicará a maior ou menor flexibilidade dos regimes que implementarão a Doutrina da Segurança Nacional. No caso do prevalecimento do item segurança, a guerra comandada pelo Estado em forma de repressão será a resposta a tudo. Por outro lado, dando-se maior atenção ao item desenvolvimento, estar-se-á diante de regimes também autoritários, porém de tendência nacionalista, onde maior importância terão as estratégias que visem o equacionamento dos problemas de ordem social.

É neste contexto que surge o Relatório Rockfeller (1969), produto das observações colhidas por Nelson Rockfeller em viagem pela América Latina. Conforme Frederico G. Gil, a necessidade de mudanças na relação entre os Estados Unidos e a América Latina havia se tornado óbvia no final da década de 1960.⁸ Em abril de 1969 uma série de estudos feitos por especialistas das Nações Unidas sobre o desenvolvimento latino-americano mostravam que a América Latina enfrentava ainda os mesmos problemas cruciais à época do lançamento da Aliança para o Progresso, em 1961 (Governo Kennedy). Ao tomar posse, o Presidente Nixon designou uma missão para verificar os desejos e necessidades da região, chefiada por Nelson Rockfeller, Governador de Nova York. Rockfeller, com uma equipe de especialistas, fez quatro viagens à América Latina nos meses de maio, junho e julho de 1969. Houve demonstração de hostilidade à missão em toda América Latina, sendo que suas visitas ao Perú,

Venezuela e Chile tiveram que ser indefinidamente proteladas a pedido dos respectivos governos. No final de agosto de 1969 Rockefeller entregou seu relatório ao Presidente Nixon. Contendo 83 recomendações, o relatório previa que a região latino-americana continuaria a ser confrontada com o caos iminente caso não fossem tomadas medidas urgentes por parte dos Estados Unidos. Assim, concluiu que as "crescentes frustraões" levariam um "crescente número de pessoas a tomar os Estados Unidos como bode expiatório e procurar soluções marxistas para seus problemas sócio-econômicos."⁹

Ao insistir sobre a segurança, o Relatório pretendeu combater os militares latino-americanos nacionalistas. Sua originalidade, portanto, não está no fato de promover governos militares ditatoriais - isso já fazia parte de uma doutrina clássica e uma prática habitual -, mas sim na distinção que estabelece entre militares "garantidos" e militares "nacionalistas":¹⁰ São, fundamentalmente, três as sugestões por ele formuladas. A primeira delas é o aumento de ajuda militar para o combate à subversão através da resposta positiva dos Estados Unidos aos pedidos de equipamento militar de outros governos para prover o fortalecimento da luta contra "forças subversivas". Além disso, o Relatório sugere maiores facilidades para as inversões de capital privado dos Estados Unidos no estrangeiro, assim como a abertura do mercado norte-americano às exportações de produtos manufaturados ou semi-industrializados de procedência latino-americana.¹¹

Na referida seqüência de golpes de Estado mili

tar que aconteceu na América Latina a partir da década de 60, sob inspiração da Doutrina da Segurança Nacional, o Brasil ocupa cronologicamente o primeiro lugar com o golpe de 1964, radicalizado em 1968 pelo Ato Institucional nº 5. Embora não exista nenhum caso concreto que possa ser considerado como o modelo ideal da aplicação da Doutrina, o Brasil é tido como representante eminente da ideologia da segurança nacional, já que a preparação para o novo regime foi feita de modo sistemático durante quinze anos na Escola Superior de Guerra, fundada em 1949.¹²

Após o Brasil vem a Argentina, com o golpe de Estado militar de 1966, seguido pelo golpe de 1976, que radicalizará o regime da segurança nacional. Ao contrário do Brasil, onde aconteceu um razoável grau de harmonia entre a teoria e a prática doutrinária, na Argentina não foi tão bem sucedida a concretização da segurança nacional, persistindo mais como um projeto que não logrou alcançar uma estratégia única de implementação. Certamente este fato, ligado ao alto grau de ativação política do setor popular, contribuiu para que a implantação da ordem segundo os ditames da segurança acontecesse de forma bem mais drástica.

Outro golpe de Estado militar acontecerá no Peru em 1968. De tendência nacionalista, o governo militar instalado sofrerá uma virada de 1976, quando um novo governo seguirá em direção ao Estado de segurança nacional clássico.

No mesmo mês e ano que ocorre o golpe militar de caráter nacionalista no Peru - outubro de 1968 -, no Panamá

é dado também um golpe militar, igualmente nacionalista. Um ano mais tarde, na Bolívia - 1969 - acontece outro golpe, tomando o poder um militar nacionalista, seguido, em 1970, pela tomada do poder por outro militar nacionalista. Em 1971, instala-se neste país o Estado de segurança nacional, que será radicalizado em 1974 por decretos editados pelo governo.

Em 1972 é a vez do Equador ser contemplado por um golpe de Estado, realizado por militares de tendência nacionalista. Em 1976 ocorre novo golpe militar que instala um governo com orientação mais confiável às metas da segurança nacional.

O Uruguai e o Chile, em 1973, completarão a rede de Estados de segurança nacional na América Latina. No Uruguai um presidente civil dissolve o Congresso, exercendo todos os poderes. Encobre, de fato, um Estado militar de segurança nacional. No Chile, a transformação radical do país, onde vigia uma democracia de tendência socialista, em um reduto da Doutrina da Segurança Nacional, ocorrerá através de um violento golpe de Estado.

Já foi mencionado o grau de especificidade que haveria na implementação da Doutrina da Segurança Nacional de país para país, visível, por exemplo, a partir das posturas governamentais com respeito ao binômio segurança/desenvolvimento. A relativa particularidade no caráter prático da Doutrina seria resultado das respectivas histórias nacionais e, em grande medida, da história da instituição militar de cada país. Isto não implica, obviamente, na descaracterização da identi

dade fundamental da Doutrina que, com sua rigidez sistemática, acaba por prevalecer sobre qualquer tentativa de processo político diferenciado.

Como exemplo do que foi exposto está o caso do Peru. Neste país, embora os militares tenham assimilado a mesma Doutrina difundida em todo o continente, realizaram sensíveis alterações que afetariam seu alcance. A guerra fria e a guerra contra a subversão perderam sua característica, já que a bipolaridade Leste-Oeste havia sido considerada como algo ultrapassado. Desta forma, o confronto dominante foi colocado em termos de Norte-Sul, ou seja, a questão ideológica cedeu lugar à questão sócio-econômica. O Peru, inclusive, participou como importante liderança dos Países Não Alinhados em várias conferências internacionais desde 1969.

Vê-se, assim que as conseqüências da bipolaridade de Leste-Oeste e do anti-comunismo exacerbado mingüaram no caso peruano, possibilitando a existência de uma estratégia de cunho mais social. Segundo Edgardo Mercado Jarrín, Ministro das Relações Exteriores do Peru no período 1969 - 1975, fundador e diretor do Instituto Peruano de Estudos Geopolíticos, e considerado uma das mais fortes expressões do pensamento e da doutrina militar peruana responsável pela revolução de 1968, a Doutrina da Segurança Nacional de seu país estabelece que o Estado deve atender a duas finalidades, quais sejam, o bem-estar geral e a segurança nacional:

"Nós estabelecemos que o bem-estar é a finalidade primordial e que a segurança é uma finalidade apenas consequente, de tal maneira que deve estar a serviço do bem-estar. Essa é a primeira diferença que a distingue das demais doutrinas, e é de caráter filosófico. É essa diferença que faz com que a doutrina peruana tenha um sentido profundamente humanista. E no seu desenvolvimento, ela vai se diferenciar também por partir de uma nova visão geopolítica. [...] Do nosso ponto de vista, o mundo está dividido em dois hemisférios. [...] É o trópico de Câncer que divide o planeta em mundos desenvolvidos ao norte e subdesenvolvidos ao sul. Assim nós concluimos que o mundo não somente vive uma confrontação Leste-Oeste, mas também uma confrontação Norte-Sul, de ordem estrutural. [...] Para nós não era o comunismo o inimigo principal e sim (a) situação de injustiça a nível mundial contra a qual deveríamos lutar."¹³

No entanto, o golpe militar nacionalista não vingou no Peru. Deu lugar, em 1976, a um governo militar mais confiável relativamente à política norte-americana de segurança continental, o que vem a demonstrar, como faz notar Comblin, que a geopolítica norte-americana, tendo como principal referência a bipolaridade Leste-Oeste, exerce uma influência tão grande que comanda mesmo aqueles que tentam desprezá-la. A conivência entre grandes bancos e grupos americanos, e a oligarquia peruana poriam fim às tentativas da revolução de promover um novo sistema social, revelando a inferioridade da invocação à relação Norte-Sul frente à Leste-Oeste, uma vez que não existe, por exemplo, Norte nem Sul formando unidades políticas, sociais e econômicas semelhantes às do Leste ou Oeste. Realmen

te, o caso peruano evidencia o fato de que "a geopolítica americana manipula até mesmo os que pensam estarem se emancipando ao se desligarem dela".¹⁴

3 . SEGURANÇA CONTINENTAL VERSUS SEGURANÇA NACIONAL

Seria interessante observar, ainda, o funcionamento da Doutrina de Segurança Nacional como um todo. Sua concepção demasiadamente simplista do desenvolvimento das relações internacionais que, como já foi visto, não a torna menos implacável, sustenta como evidência primeira a confrontação Leste-Oeste. Os conflitos entre os países comungadores de uma única ideologia adquirem pouca ou relativa representatividade no interior de uma visão em que o objetivo último é a preservação e continuidade da cruzada democrática contra a eterna ofensiva comunista. A perspectiva geopolítica inspiradora da Doutrina da Segurança Nacional exige o alinhamento de todos os países do bloco em torno da potência continental, subestimando o quadro de instabilidade do continente, fruto de conflitos territoriais e da crescente tensão social, política e econômica vigente em vários países. Contraditoriamente, no que toca à questão das disputas fronteiriças, das quais muitas remontam ao século passado, a multiplicação de regimes militares nas décadas de 60 e 70, acrescida da progressiva corrida armamentista, tem contribuído para que estas sejam retomadas de forma significativa.

3.1 . OS LITÍGIOS REGIONAIS

Entre os litígios territoriais mais agudos no continente americano havia a disputa entre Chile e Argentina com relação à soberania sobre três ilhas localizadas no canal de Beagle (Picton, Lennox e Nueva). A preocupação dos militares argentinos não tem sido tão grande quanto às ilhas em si, ocupadas pelo Chile, mas sim quanto às águas territoriais e plataformas continentais, opondo-se decididamente a qualquer extensão da soberania chilena no Atlântico Sul. Em 1977, um Tribunal arbitral, nomeado pela Coroa Britânica com o fim de resolver a disputa, concedeu as ilhas ao Chile, não se pronunciando sobre a extensão da soberania marítima dos reivindicantes (Laudo Arbitral, de 2 de maio de 1977). O então governo argentino negou-se a aceitar o Laudo da Corte, e no ano seguinte declara-o nulo (25 de janeiro de 1978). Neste ano, 1978, Argentina e Chile chegam à beira da guerra. À época informava-se que a Argentina tinha unidades aéreas preparadas para atacar ao longo da fronteira com o Chile e que os "planos de contingência" previam, inclusive, o bombardeio de Santiago a partir de bases em Mendoza. A data das operações de invasão ao Chile estaria marcada para 22 de dezembro de 1978, às 10 horas da noite.¹⁵ Tendo em vista a gravidade da situação, um mediador papal é nomeado (Tratado de Montevideo, de 8 de janeiro de 1979, abre a instância mediadora), e entrega sua proposta em

12 de janeiro de 1980. Os dois países tiveram até janeiro de 1982 para responder. O silêncio argentino equivaleu à recusa. Os militares no poder não só deixaram de dar uma resposta à proposta papal, como estimularam reações que a rotulavam de pró-Chile.

É importante lembrar que 1978 corresponde ao ano da primeira etapa do atual endividamento contraído pelas Forças Armadas argentinas com equipamento militar. Neste ano, a hipotética guerra contra o Chile levou a Junta, presidida pelo general Jorge Rafael Videla, a reforçar sua capacidade militar. O período imediatamente posterior à derrota argentina na guerra das Malvinas marca a segunda etapa do rearmamento. Entre agosto de 1982 e fevereiro de 1983, a Argentina gastou mais de 4 bilhões de dólares em equipamento militar, especialmente aviões e mísseis ar-ar e terra-ar.¹⁶

Outra questão que causou tensão nas relações entre países do Cone Sul diz respeito ao aproveitamento energético da Bacia do Prata, da qual fazem parte Uruguai, Argentina, Brasil, Bolívia e Paraguai, principalmente com relação à construção da barragem de Itaipú, empreendimento binacional entre Brasil e Paraguai. Discussões em torno do aproveitamento hidroelétrico do Paraná Medio têm constado das rela es diplomáticas entre os países ribeirinhos por mais de vinte anos.¹⁷ No entanto, quando o governo brasileiro decidiu construir Itaip  e obteve a adesão paraguaia (Tratado de Itaip , 26 de abril de 1973) as rela es entre Argentina e Brasil tornaram-se tensas, dando-se continuidade, todavia, às negocia es diplom ti

cas em torno da questão. A Argentina pleiteava o reconhecimento do direito de consulta prévia, segundo o qual nenhuma obra poderia ser construída sem consultar-se o país ribeirinho que eventualmente pudesse ser prejudicado no uso principal que fazia das águas (no caso a navegação). Em contrapartida, o Brasil afirmava que

"é um direito da soberania do Estado o livre aproveitamento dos recursos naturais em seu território. Tal direito não pode aceitar restrições. No caso de recursos de natureza não estática e que fluam pelo território de mais de um país, tal direito continua inalterável, devendo ser aceitas apenas aquelas restrições que resultam da obrigação de não causar a outros países danos sensíveis ou permanentes."¹⁸ (tese do prejuízo sensível)

Resolvida a questão, através de um acordo tripartite entre Argentina, Brasil e Paraguai (19 de outubro de 1979), visando a compatibilização das obras de Itaipú com a hidroelétrica de Corpus (Argentina-Paraguai), continua ainda objeto de vários estudos geopolíticos feitos por militares argentinos, nos quais manifestam sua não aceitação sobre a solução acordada entre os três países.

O Chile encontra-se em oposição a seus vizinhos ao norte, Peru e Bolívia, a propósito de territórios por ele adquiridos na Guerra do Pacífico (1879-1884). Esta guerra teve origem nos conflitos pela utilização do deserto de Atacama, uma faixa da costa do Pacífico rica em sais minerais, que se estende desde o norte do vale central do Chile até Arica no Peru.

Após tornarem-se independentes da Coroa espanhola, as províncias de Tacna, Arica e Tarapacá, no deserto de Atacama, passaram a fazer parte do Peru. A região central Antofagasta, foi reclamada pela Bolívia, ficando a fronteira entre a Bolívia e o Chile indeterminada. Nos fins dos anos de 1860, a descoberta do grande valor comercial dos nitratos na fabricação de fertilizantes e explosivos fez com que Atacama se tornasse uma região muito cobiçada. Em 1866, a Bolívia assinou um acordo com o Chile no qual assentia que disputava com este país um território na região do nitrato, concordando em dividir igualmente os produtos de uma parte desta região. Em 1874 outro acordo permitiu que as companhias de mineração chilenas continuassem suas operações em território boliviano por uma taxa que não poderia ser aumentada por 25 anos sem o consentimento chileno.

Em 1875 o Peru nacionalizou os campos do nitrato chilenos e, em 1878, a Bolívia violou o acordo de 1874 ao aumentar as taxas de exportação sobre os produtos das companhias chilenas. Em janeiro de 1879, tropas chilenas se apossaram de Antofagasta. A Bolívia declara guerra ao Chile e, logo após, o Peru decide entrar na guerra, cumprindo uma aliança secreta feita anos antes com a Bolívia tendo em vista a possibilidade do Chile querer estender seu controle sobre depósitos de nitrato.

Em 1883, pelo tratado de Ancón, entre Peru e Chile, o último garantiu sua posse sobre Tacna e Arica por 10 anos, com o entendimento de que após este período, os habi

tantes destas províncias determinariam seu futuro por um plebiscito. Mais tarde, em 1929, foi acordado, finalmente, que o Chile devolveria Tacna ao Peru por 6 milhões de dólares e que Arica se manteria sob jurisdição chilena. Tarapacá foi cedida pelo Peru ao Chile incondicionalmente. Por outro lado, através de um acordo firmado em 1884, a Bolívia deu o título legal sobre a província de Antofagasta aos chilenos, perdendo qualquer acesso para o pacífico.¹⁹

Em 1975, o Chile e a Bolívia concordaram em restabelecer relações diplomáticas e, em 1976, o Chile propõe à Bolívia a cessão de um corredor ao norte de Arica, via fronteira peruana. Em troca, a Bolívia lhe daria um território com a mesma superfície. O governo boliviano aceitou, mas o Peru, ao ser consultado, rejeitou a proposta, sugerindo a criação de um território com soberania compartilhada pelos três países. Esta proposta, por sua vez, não foi acatada pela Bolívia e pelo Chile, levando-os a uma nova ruptura de relações diplomáticas em 1978.²⁰

Entre Peru e Equador subsiste igualmente um de sacordo com relação à delimitação de uma parte da fronteira amazonense. Este conflito subsistiu ao final de uma guerra entre os dois países ocorrida em 1941, quando o Equador concedeu aos peruanos o território em disputa, correspondente a quase 40% de seu território. Em 29 de janeiro de 1942, foi assinado no Rio de Janeiro o "Protocolo de Paz, Amizade e Limites" entre o Equador e o Peru, e, logo após, os congressos nacionais dos respectivos países o ratificaram em todos os seus termos. Sua

execução ficou sob a garantia dos quatro países que o subscreveram juntamente com o Peru e o Equador: Brasil, Estados Unidos, Argentina e Chile. Em 1960, o presidente equatoriano, José María Velasco Ibarra denunciou unilateralmente o protocolo, alegando que este havia sido assinado sob pressão, com o território equatoriano ocupado por forças peruanas. O Peru, no entanto, não aceitou as alterações exigidas pelo Equador, argumentando que o Protocolo do Rio de Janeiro dizia claramente que as condições aceitas em 1942 não poderiam ser modificadas.

No final de janeiro de 1981, as tropas do Peru e do Equador entraram em choque na Cordilheira do Condor, em razão dos desentendimentos fronteiriços pendentes. Foi a chamada "Guerra dos Cinco Dias". No dia 4 de fevereiro do mesmo ano, depois do acordo de cessar-fogo, o Peru e o Equador comprometeram-se, na Reunião de Consulta dos Estados americanos (OEA), a manter a paz. Em janeiro de 1984, as patrulhas peruanas e equatorianas responsáveis pelo policiamento na fronteira entre os dois países entraram em estado de alerta por causa de um incidente: uma troca de tiros, cujas razões não foram totalmente esclarecidas, terminou com a morte de um soldado equatoriano e o ferimento de outro.²¹

Há cinquenta anos, Paraguai e Bolívia se enfrentaram na Guerra do Chaco (1932-1935). O Grande Chaco, região ao norte do Paraguai e da Bolívia, foi disputado por várias gerações. No entanto, considera-se que esta guerra foi também consequência de dois conflitos anteriores: a guerra do Paraguai (envolvendo o Uruguai, a Argentina e o Brasil contra o

Paraguai - 1864 - 1870) e a Guerra do Pacífico (1879-1884). De um lado, o Paraguai tentava apagar sua derrota de 1870, e, de outro, a Bolívia queria assegurar um ponto no rio Paraguai que proveria sua saída para o Atlântico. Além disso, pensava-se que o Chaco fosse rico em petróleo.

Em 1927, a política expansionista boliviana provocou uma série de problemas e choques, e, em 1928, um ataque paraguaio a um forte boliviano levou à guerra, que só foi formalmente declarada em 1933. De 1932 até 1935 as tropas paraguaias avançaram para o plateau boliviano após alcançarem a maior parte do território em disputa.

Finalmente, em 1938, foi assinado um tratado de paz na cidade de Buenos Aires, onde ficou acordado que o Paraguai ficaria com a maior parte do Chaco, enquanto que a Bolívia ganharia um porto fluvial.²²

Entre a Venezuela e a Guiana existem desentendimentos em torno do território de Essequibo. A Venezuela reclama a região a oeste do rio Essequibo, equivalente a 2/3 do território da Guiana. Em 1982, por ocasião da Guerra das Malvinas, o Governo guianense denunciou a existência de planos venezuelanos para a ocupação militar da área, e, em 21 de fevereiro de 1984, o embaixador da Venezuela na Guiana foi baleado, o que levou o governo da Venezuela a manifestar protestos, bem como a reacender os temores de um conflito armado na região. Por outro lado, a Guiana tem também problemas com Suriname sobre os limites territoriais entre os dois países.

Em sua fronteira ocidental, a Venezuela conti

nua em conflito com a Colômbia a propósito da delimitação das águas territoriais do Golfo da Venezuela. A zona objeto da disputa é rica em petróleo. Em 1980, os dois países firmaram um compromisso segundo o qual o Golfo seria considerado um mar interior e explorado conjuntamente. O recuo por parte do governo venezuelano, pressionado por fortes críticas internas contra a solução encontrada provocou nova tensão entre Venezuela e Colômbia, sendo que, em março de 1982, uma guerra entre estes países chegou a ser considerada como inevitável.

Por sua vez, a Colômbia disputa com a Nicarágua o arquipélago de San André e Providência, nas Caraíbas. Com a decisão do governo sandinista de estender as águas territoriais nicaraguenses a 200 milhas, as ilhas passaram a fazer parte do território da Nicarágua. A Colômbia continua a administrá-las, alegando seu direito histórico sobre as ilhas, reconhecido em 1803 pelo rei da Espanha. A disputa persiste, desejando a Nicarágua, que esta seja resolvida pela Corte Internacional de Justiça ou outra instância internacional competente.

Belize tornou-se independente em 21 de setembro de 1981, depois de 200 anos de colonização britânica. Acrescido às dificuldades econômicas por que passa, o país ainda enfrenta um conflito fronteiriço com a Guatemala, que reivindica 23 mil quilômetros quadrados do território belizenho. Esta antiga reivindicação da Guatemala foi um dos principais obstáculos à independência da ex-Honduras Britânicas, baseada na alegação de que Belize, que fizera parte da Capitania Geral da

Guatemala, fora anexada ilegalmente à Coroa Britânica. A autonomia belizenha foi concedida após inúmeras negociações entre Grã-Bretanha e Guatemala. Em janeiro de 1983, por ocasião de novas tentativas de conversações entre Grã-Bretanha e Guatemala, em Nova Iorque, a Guatemala voltou a reclamar soberania sobre todo o território de Belize.²³

Na América Central existem outras reclamações territoriais, como a do México com relação a territórios perdidos para os Estados Unidos no século passado. Como resultado da Guerra do México (1846 - 1848), provocada em grande parte pelo ressentimento mexicano com relação à perda do Texas para os Estados Unidos e pela determinação norte-americana de adquirir a Califórnia, o México perdeu aproximadamente metade de seu território. Esta guerra endureceu a relação entre os Estados Unidos e o México por muitos anos.²⁴ Por outro lado, Cuba considera ilegal a ocupação norte-americana do território de Guantânamo.

Envolvendo os Estados Unidos há ainda a questão da soberania sobre o canal do Panamá. Em 10 de agosto de 1977 o governo Carter, com sua nova estratégia para a região, assinou com Omar Torrijos Herrera dois acordos, ratificados pelo Congresso norte-americano e pelo povo panamenho através de plebiscito. Entre outras coisas, foi acordada a reintegração da Zona do Canal ao território do Panamá para o final de 1999 e a retirada gradual das forças militares norte-americanas. Em cumprimento aos referidos acordos, em 1984, a Escola das Américas (United States Army's School of the Americas, USARCA), um

importante centro de treinamento militar e um dos símbolos da influência norte-americana na América Latina, deixou de funcionar no local. A "escola dos golpistas", como era conhecida, foi criada em 1946, e em seus 38 anos de existência foi responsável pela formação de 44.000 oficiais latino-americanos. Seus edifícios voltaram à Guarda Nacional do Panamá.²⁵

3.2 . SOBRE AS POSSIBILIDADES DA SOLIDARIEDADE REGIONAL

Estes são apenas alguns exemplos dos desacordos sobre questões territoriais do continente. Não interessa aqui fazer uma enumeração exaustiva dos mesmos, mas dar-lhes a suficiente relevância a fim de compreendê-los, entre outras coisas, como fragmentos de uma dinâmica relação entre os países que compõem o continente americano, que adquire corpo com a Doutrina da Segurança Nacional, e que tem dois momentos fundamentais. Num primeiro momento, segundo critérios de segurança continental estabelecidos pela potência maior, o continente deve ser visto como um todo homogêneo, que luta por uma causa única: o aniquilamento do comunismo internacional. Aqui as óbvias diversidades políticas, econômicas, culturais e sociais dos países do continente são subestimadas ou simplesmente negadas para que se estabeleça a desejada integração às metas da segurança continental. Ou seja, a visão da América Latina como um todo compacto atende diretamente à visão geopolítica do mundo submerso no confronto Leste-Oeste. Neste sentido, a política

norte-americana segue o princípio de integrar para explorar melhor, mais racionalmente, como lembra Paulo Schilling.²⁶

Por outro lado, numa lógica aparentemente inversa, uma vez que atinge o mesmo fim, qual seja, a continuidade da vigência de um sistema político-econômico sustentado como única possibilidade de organização social, as diferenciações e os conflitos existentes no interior do continente são alimentados, funcionando como elemento de limitação da solidariedade latino-americana para levar adiante interesses que lhe são próprios, muitas vezes contrários aos desígnios estabelecidos pelos Estados Unidos.

Assim, à maior densidade política que se atribua aos conflitos fronteiriços, contrapõe-se o distanciamento da união latino-americana a fim de modificar as condições que fazem com que cada país seja cada vez mais dependente. O apelo às questões territoriais têm uma íntima ligação com a exacerbação do nacionalismo, já que o território funciona como um elemento importante na constituição da identidade nacional. Por sua vez, a intensificação do espírito nacional funciona como mecanismo de desvio da atenção das dificuldades econômico-sociais e políticas enfrentadas, no caso, por regimes autoritários.

Seria de se esperar que estas questões fossem encaminhadas pelos países envolvidos, de modo a encontrar-se soluções diplomáticas e a evitar a capitalização política dos conflitos por parte das superpotências. Isto é, a recorrência aos princípios jurídicos para dirimir conflitos no interior do

continente possivelmente serviria de freio à "realpolitik" das superpotências. O que ocorre, no entanto, é que os países latino-americanos seguem sendo, dentro da política externa dos Estados Unidos, concebida como um jogo de xadrez geopolítico, microestados peões no equilíbrio estratégico mundial. Além disso, resolvidas ou não diplomaticamente, as questões territoriais têm sido motivo para a presença marcante dos militares na gestão política de seus países. Os militares, arrogando a si a missão de resguardar a soberania territorial do país, assim como a soberania política dos cidadãos, tornam-se essenciais à execução da política da segurança nacional.

4 . OS MILITARES E A GEOPOLÍTICA

No primeiro capítulo da presente dissertação houve a preocupação de demonstrar-se a importância da reflexão sobre o espaço como uma instância do fazer político, assim como a vinculação entre o saber geográfico (com o nome de Geopolítica ou não) com a instituição militar. Verificou-se, com apoio no pensamento de Yves Lacoste, que a geografia é um saber que esteve e está intimamente ligado às práticas militares. Por outro lado, neste capítulo, ao analisar-se como vêm se materializando determinadas concepções geopolíticas no continente americano, tem-se deparado constantemente com a atuação militar, sem esquecer o fato de que grande parte dos teóricos geopolíticos pertencem aos quadros castrenses.²⁷ É, portanto,

esta relação, militares e Geopolítica, o tema deste ítem.

Sem dúvida, a compreensão do papel dos militares deve ser perseguida, considerando-se o contexto social onde se cristaliza, o que implica em considerar, entre outros fatores, aspectos culturais do país, a natureza do regime político, as relações entre os vários segmentos da sociedade, etc. Portanto, convém esclarecer que explorar o tema militares/Geopolítica não significa desconhecer a relativa especificidade que tem a atuação das Forças Armadas em países diferentes em consequência da peculiaridade da formação da corporação militar e dos laços que estabelece com outros setores da sociedade. O que se pretende é apenas indicar algumas aproximações entre o pensamento militar e a geopolítica.

Segundo Guillermo O'Donnell, se existe uma concepção da sociedade incorporada pelas Forças Armadas, esta é a organicista:

"a sociedade como um corpo, onde cada parte tem funções bem delimitadas e hierarquicamente ordenadas. A cabeça, dotada da racionalidade que falta às outras partes, deve orientar o conjunto para o bem comum. Quando o corpo adoece, pode ser necessário aplicar um duro remédio na parte afetada. Esta, por sua racionalidade inferior e pelo próprio fato de estar doente, não sabe, mas a cabeça não tem só o direito de proceder assim: tem o dever de fazê-lo porque lhe corresponde cuidar da saúde de todo o corpo.

Esta imagem autoritária, hierárquica-estamental e ultraelitista não casualmente é tão difundida nas Forças Armadas. Em primeiro lugar, é um espelho da imagem que os

membros das Forças Armadas fazem de sua própria organização. [...] Nos tempos de relativa normalidade, esta visão da sociedade pode funcionar como uma autoridade paternal bondosamente exercida. Mas, em tempos de crise, a imagem do corpo conduz à da doença e esta, por sua vez, implica na da cirurgia efetuada em boa consciência."²⁸

Com efeito, sem desconhecer a complexidade da estrutura organizacional das Forças Armadas, o modo como atua politicamente junto à sociedade civil pode ser, em parte, compreendido a partir da visão organicista, segundo a qual aos militares seria outorgada preferencialmente a responsabilidade de zelar pelo destino nacional. As Forças Armadas seriam as verdadeiras guardiãs dos interesses nacionais.

Esta concepção não está distante da que a Geopolítica tradicional confere ao Estado. Frederic Ratzel, já mencionado como uma importante figura da Geopolítica, sendo considerado o divulgador da concepção biológica do Estado, marcada mente presente entre seus sucessores, justificava a avidez de espaço como consequência inevitável do fato biológico de que o Estado é um organismo vivo. A falta de espaço, de território, significaria uma falta de órgãos do corpo político, implicando na necessidade de adquirí-lo.

Ainda, Rudolf Kjellén considerava o Estado como um organismo vivo que em sua existência apresenta diversas fases, como: crescimento, desenvolvimento e senilidade. Isto é, o Estado, para Kjellén, seria um organismo supra-individual, su

jeito às leis do crescimento, devendo, portanto, ampliar seu território, seja pela colonização, amalgamação ou conquista de áreas fronteiriças. Daí, o Estado deveria assumir, conforme as leis orgânicas, uma política de crescimento, de expansão territorial.

Enfim, o que há de mais significativo: os geopolíticos não fazem uma distinção real entre Estado e Nação. A Nação se exprime, necessariamente, através do Estado, donde, concluí-se, deva haver uma total identidade entre ambos. A Nação é vista como um todo homogêneo, com uma única vontade, que se confunde com a vontade do Estado. Desta forma, os desígnios organicistas do Estado projetam os interesses da Nação, e esta acompanha os movimentos vitais do território.

Em última análise, importa ressaltar a forma autoritária com que militares e geopolíticos vêem a sociedade, atribuindo a si a competência e o dever de interpretar e promover os anseios da Nação/Estado. A característica comum a militares e geopolíticos pode ser vista em termos de uma perspectiva que intenta dar unidade orgânica à sociedade, negando a existência de interesses em conflito a serem conciliados no âmbito do Estado. Neste sentido, o exercício e o controle da identidade nacional não derivam fundamentalmente do passado, da história, mas da coesão da sociedade alojada no Estado. O território compartilhado por um conjunto de indivíduos unidos por laços naturais é a consagração da existência de um "ser nacional".

A partir do que foi exposto é importante assina

lar algumas derivações significativas, como a presença marcante da idéia da guerra, tanto no pensamento militar como no pensamento geopolítico, e, principalmente, como funciona o projeto belicista.

Se, como reza a geopolítica, o desenvolvimento da vida dos Estados está subordinado a leis inevitáveis, segundo as quais a dinâmica dos espaços terrestres e as forças políticas lutam para sobreviver, como não ter uma visão fatalista do conflito? Como bem explica Shiguenoli Miyamoto

"o estudo da geopolítica não se restringe unicamente à análise do território como parte de poder. O poder de um Estado, pensando em termos de uma guerra - é este o objetivo da geopolítica - [grifo nosso] - está apoiado na terra, no ar e no mar. [...] Por isso as teorias que surgiram foram sempre desenvolvidas no sentido de propiciar o máximo de segurança ao Estado."²⁹

O conflito é, portanto, um ingrediente importantíssimo na forma como a geopolítica concebe as relações entre os Estados. No jogo das relações internacionais, a Geopolítica tende a aprofundar a oposição de interesses existentes entre Estados soberanos. Assim o faz apelando principalmente para o fator espaço, encarado como fonte de poderes antagônicos.

Os militares, por sua vez, responsáveis preferenciais pela segurança nacional, têm na hipótese do conflito territorial uma boa justificativa para assumirem uma posição de destaque no plano político. A imagem do inimigo dá sentido às idéias e às práticas militares. O combate conclama as For

ças Armadas a atuarem decisivamente.

Há que se dizer, ainda, que o espectro da guerra é bastante funcional em termos de controle social e de reafirmação dos mecanismos disciplinadores e ordenadores sustentados como essenciais à efetivação do destino nacional. Ou seja, a iminência do confronto armado é um eixo em torno do qual gira a homogeneização da sociedade e, conseqüentemente, a eliminação da possibilidade de se reivindicar formas alternativas de organização social. Além disso, a hipótese de guerra é fator reafirmador da transferência das normas e valores da hierarquia castrense à toda sociedade, que deve obedecer ao comando sem esboçar divergências, sob pena de comprometer a eficácia da estratégia a ser perseguida.

5 . A MISSÃO GEOPOLÍTICA BRASILEIRA, O PAPEL ESTRATÉGICO DO BRASIL

Muito se tem teorizado sobre a posição de país chave que o Brasil desempenharia no continente americano. O estabelecimento desta condição teria o sentido de manter a ordem e assegurar os interesses dos Estados Unidos na América Latina, em troca de um tratamento diferenciado que garantiria ao Brasil vínculos mais vantajosos com a potência maior e a prerrogativa de influente centro de poder regional. O Brasil, graças às suas peculiaridades, como seu imenso território, sua grande população, sua capacidade de projeção internacional e

sua situação social e econômica, teria uma missão especial a cumprir, missão esta consolidada pela própria história das relações entre o Brasil e os Estados Unidos.³⁰

5.1 - OS PRIMÓRDIOS DO PENSAMENTO GEOPOLÍTICO NACIONAL

Quando se fala dos termos especiais das relações entre o Brasil e os Estados Unidos há que se remeter às atividades da diplomacia brasileira realizadas sob a égide do Barão do Rio Branco. Segundo o famoso chanceler brasileiro, a hegemonia norte-americana era uma fatalidade histórica, ou seja, o Brasil deveria estar consciente de que não poderia escapar à influência que aquele país exerce sobre os destinos da América do Sul.³¹ Nestas condições, portanto, o Brasil deveria deslocar esforços para sedimentar melhores relações com os Estados Unidos. Assim, em 1906 o Brasil dá alguns passos importantes nesta direção: consegue que o Rio de Janeiro seja escolhido como sede da III Conferência Panamericana e que a representação norte-americana no Brasil passe à categoria de embaixada.³²

A imagem do Barão do Rio Branco e seus atos se constituem em fatores que permitem, de alguma forma, compreender-se a maneira como se concebe a política externa brasileira ao longo dos anos. Considerado bem sucedido em sua gestão diplomática, seu nome é invocado com o fim de inspirar a conti

nuidade histórica da projeção brasileira. Além dos feitos já mencionados, o Barão é tido como o responsável pela consolidação das fronteiras brasileiras, ou seja, pela posição do Brasil como um país "geopoliticamente satisfeito"³³, e é também considerado um dos pioneiros do pensamento geopolítico no plano das incursões práticas.³⁴

Embora as décadas de 20 e 30 correspondam ao surgimento dos primeiros estudos nacionais sobre Geopolítica, nos quais destacam-se as figuras de Elyseo de Carvalho, Everardo Backheuser, Delgado de Carvalho e Francisco de Paula Cidade³⁵, é com Mário Travassos que apareceu uma sólida análise geopolítica sobre o papel a ser exercido pelo Brasil em termos internacionais. Como explica Shiguenoli Miyamoto, os trabalhos de Mário Travassos constituem um divisor de águas nos estudos sobre a geopolítica brasileira. Tendo sua análise por base as potencialidades que o território brasileiro apresenta, suas preocupações estavam voltadas para o desempenho do país na América Latina.

Para Travassos, o complexo geopolítico sul-americano só poderia ser compreendido admitindo-se dois antagonismos existentes em seu extenso e variado território:

"-um, abrangendo o continente, em suas causas como em seus efeitos - traduz-se pela oposição das duas vertentes continentais, a do Atlântico e a do Pacífico; - outro, interessando diretamente a vertente Atlântica - é a oposição das duas grandes bacias que se encravam nela, a do Amazonas e a do Prata, e podem ser facilmente constatados ao mais breve relance sobre uma carta geográfica da América do Sul."³⁶

Quanto ao primeiro dos antagonismos, os Andes constituiriam seu ponto central, pois dividem águas para dois oceanos com características bem diversas. Com relação ao segundo, o curso das águas dos dois rios opõe-se sistematicamente : o maior volume de águas de um corre na direção norte, e a do outro na direção sul. Este segundo antagonismo teria predominância sobre o primeiro pelo fato de Buenos Aires encontrar-se em posição privilegiada na rede de comunicações da Bacia do Prata. Ligada diretamente por estrada de ferro com as capitais de três países limítrofes (Santiago, Assunção, La paz), a capital argentina estaria favorecida no equilíbrio regional.

Daí Travassos viu no triângulo formado pelas cidades bolivianas de Cochabamba-Santa Cruz de La Sierra-Sucre, considerando seu potencial econômico e estratégico, e, principalmente, por localizar-se ao lado do estado do Mato Grosso (região central do continente), uma forma de neutralizar as vantagens viárias da Bacia do Prata. O controle deste triângulo pela região amazônica asseguraria a neutralização da influência da bacia platina, favorecendo o Brasil. Assim, a política externa brasileira deveria dar uma atenção especial à Bolívia.

Em um nível mais amplo, Travassos estudou a projeção continental do Brasil, nos seguintes termos: por um lado, a região platina brasileira deveria exercer uma ação neutralizadora sobre a Bacia do Prata sob influência argentina, através da exploração de vias fluviais e rodo-ferroviárias; de outro, sua região amazônica se projetaria como um centro de influências sobre a Bolívia e a Colômbia.

5.2 : A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA E O PENSAMENTO DE GOLBERY DO COUTO E SILVA

Segundo Shiguenoli Miyamoto, o término da Segunda Guerra Mundial e a criação da Escola Superior de Guerra, em 1949, darão uma nova direção aos estudos geopolíticos no Brasil. Por sua vez, o clima de guerra fria marcará indelévelmente os trabalhos daquela instituição.

A Escola Superior de Guerra é responsável pela elaboração da Doutrina da Segurança Nacional brasileira, na qual a Geopolítica será incluída como uma componente. O conteúdo da segurança nacional com respeito às relações do Brasil com o exterior considerará-se vinculado à segurança norte-americana:

"Esta foi sempre uma das características dos estudos realizados pela ESG, e que permearam a doutrina [esguiana], em qualquer momento, em qualquer conjuntura", diz Miyamoto. E continua: "Dentro desta perspectiva, de interligação com os Estados Unidos, vai ser encontrada toda a produção de trabalhos sobre a segurança nacional e também aqueles que se referem especificamente às condições geopolíticas brasileiras."³⁷

As obras de Golbery do Couto e Silva são, em larga medida representativas do pensamento geopolítico nacional. Nelas estão também os traços fundamentais da doutrina esguiana.³⁸ Criadas na década de 1950 e 1960, refletem o clima

vivido pelo auge da guerra fria e a preocupação com a segurança do Brasil, identificada com a segurança do mundo ocidental, mais precisamente, a norte-americana.

Com efeito, para Golbery do Couto e Silva, o antagonismo entre o "Ocidente cristão e democrata e o Oriente comunizado e materialista" domina a política mundial, criando uma situação de guerra contínua e onipresente. A guerra fria mostrou que não há diferença entre a paz e a guerra. A guerra, portanto, passa a ser uma realidade que impregna todos os aspectos da vida: "a guerra invade a paz, afigurando-se nos hoje condição humana de caráter permanente e normal."³⁹

Dessa situação, Couto e Silva infere que o destino geopolítico do Brasil está alinhado direta e privilegiadamente aos Estados Unidos, e deve ser exercido fundamentalmente através da segurança e proteção do Nordeste, do estuário amazônico e do Atlântico Sul.⁴⁰

Couto e Silva descreve o território brasileiro como

"um triângulo fisicamente compacto de terras com o vértice apontado para o sul, assentado sobre um vasto planalto que descamba insensivelmente a noroeste para uma não menos imensa planície recente onde os rios contam mais que a terra, que se debruça a oeste, em grande hemicíclo, sobre uma região anfíbia que ora é água, ora é terra, e mais a sudoeste se prolonga, por sobre caudais irrequeitos que menos separam que unem, a regiões indistintas da circunvizinhança política."⁴¹

Com relação à compartimentação do território brasileiro, Couto e Silva distingue cinco áreas geopolíticas:

1. área geopolítica geral ou de manobra central, estruturada sobre o triângulo formado por Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, abarcando quase todo o estado de São Paulo, grande parte de Minas Gerais e do Espírito Santo, todo o estado do Rio de Janeiro e o Distrito Federal. Este seria o coração do Brasil, graças ao fato de concentrar a maior massa de população e de riquezas do país, e de ter um sistema de comunicações bastante dinâmico. Área de importância fundamental pela sua vulnerabilidade frente a operações provenientes do mar e a perturbações internas instigadas a partir do exterior.
2. Área geopolítica da ala norte, formada por todos os estados do nordeste, configurando a zona de vulnerabilidade máxima no caso de ações extracontinentais. Segundo Couto e Silva, esta área não pode ter sua importância estratégica desmerecida, sobretudo quando se pensa na segurança de "nossos irmãos do norte"; já que estes

"se engajaram a fundo na defesa da Europa, como plataforma de ataque ou simplesmente de salto por sobre o oceano ao continente africano onde desde já se situa, ao norte, o cinturão de importantes bases aéreas das quais se espera deter qualquer avanço comunista para oeste e martelar o coração industrial da Rússia. Além do mais, nosso Nordeste é um amplo e inigualável porta-aviões que permitirá aos comboios-norte-americanos que demandem a África e a Europa, a segurança da travessia oceânica, na parte mais estreita e, portanto, menos vulnerável do Atlântico."⁴²

[linha ligando Natal a Dakar - 3.500 km]. 3. Área geopolítica

da ala sul, composta pelo Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em se tratando de América do Sul, para Couto e Silva esta é a área na qual se localiza a "linha de tensão máxima" , que advm de Las Misiones, avançando para o "gargalo de Santa Catarina",

"reforçada como é pela proximidade maior dos centros de força potencialmente antagônicos, seu dinamismo e potencial superiores, a tradição de choques e conflitos que vêm desde o passado colonial e, por fim, se bem não me nos importante, uma aspiração hegemônica alimentada além do Prata por uma propaganda tenaz e incansável desde os dias já longquos de Rosas."⁴³

4. rea geopolítica da ala oeste, formada por Mato Grosso e Rondônia. Região bem individualizada, sua peculiaridade estaria marcada pelo fato de participar das duas grandes bacias hidrográficas do Amazonas e do Prata. 5. rea geopolítica da Amazônia, da qual fazem parte o Amazonas, Pará, Acre, Amapá e Roraima. Esta rea tem como base Manaus.

"O tamponamento efetivo dos caminhos naturais de penetração, que de além fronteiras, conduzem à Amazônia,  medida que se impõe, e se impõe com urgência, para que [...] possamos levar a cabo, quando oportuno, tranquila e metodicamente, um plano de integração e valorização daquele imenso mundo ainda perdido."⁴⁴ (Figura 3)

No que diz respeito  conformação geopolítica da América do Sul, Couto e Silva divide-a também em cinco áreas, tendo o Brasil participação em todas elas, com porções

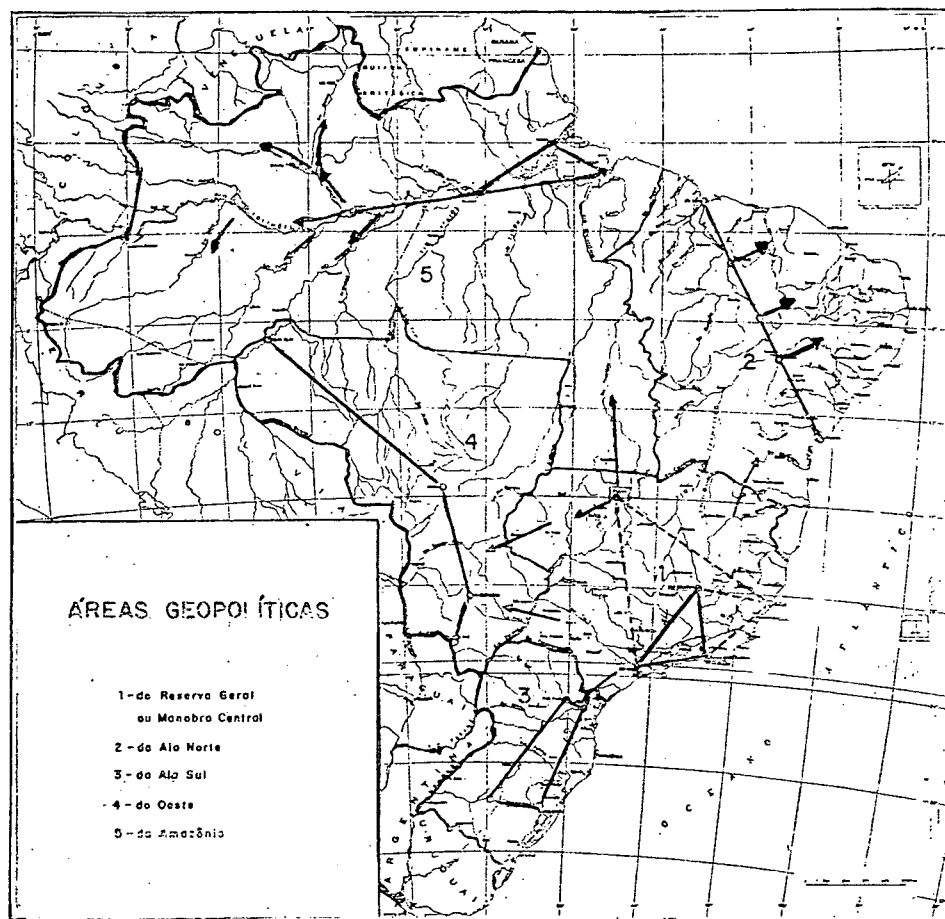


FIGURA 3. - (SILVA, Golbery do Couto e. Conjuntura política nacional: o poder executivo & Geopolítica do Brasil., op. cit., p. 125)

territoriais consideráveis: 1. zona de reserva geral ou planta forma central de manobra, composta por São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e sul de Goiás; 2. área geopolítica continental da Amazônia americana, formada por Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, mais o Amazonas, o Pará, Acre, Amapá, Roraima e o norte de Goiás; 3. área geopolítica continental platino-patagônica, formada por Argentina, Chile, Uruguai e o Brasil platino, integrado por Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina; 4. área geopolítica continental de soldadura, da qual fazem parte o Paraguai, a Bolívia e, no território brasileiro, o Mato Grosso e Rondônia; 5. área geopolítica do Nordeste brasileiro, que inclui todos os estados do nordeste brasileiro, de São Luís a Salvador, e que serve de "Soldadura entre as duas grandes áreas geopolíticas ou estratégicas do Atlântico Sul e do Atlântico Norte".⁴⁵ (Figura 4)

Tendo como referência básica a bipolaridade Leste-Oeste e por finalidade a preservação da segurança ocidental, Golbery do Couto e Silva criou a teoria dos hemiciclos. Esta teoria concebe o mundo dividido em dois hemiciclos, um interior e um exterior, centrados na América do Sul e que se projetam para o Atlântico e para hemisfério Leste, tendo em vista o fato da América do Sul estar "bem protegida a oeste pelo inigualável fosso do Pacífico imenso, e, ademais, pela muralha ciclópica dos Andes".⁴⁶ O hemiciclo interior, num raio médio de 10.000 km, abrange a América do Norte, a África e a Antártida. Deste hemiciclo não haveria qualquer ameaça direta num prazo

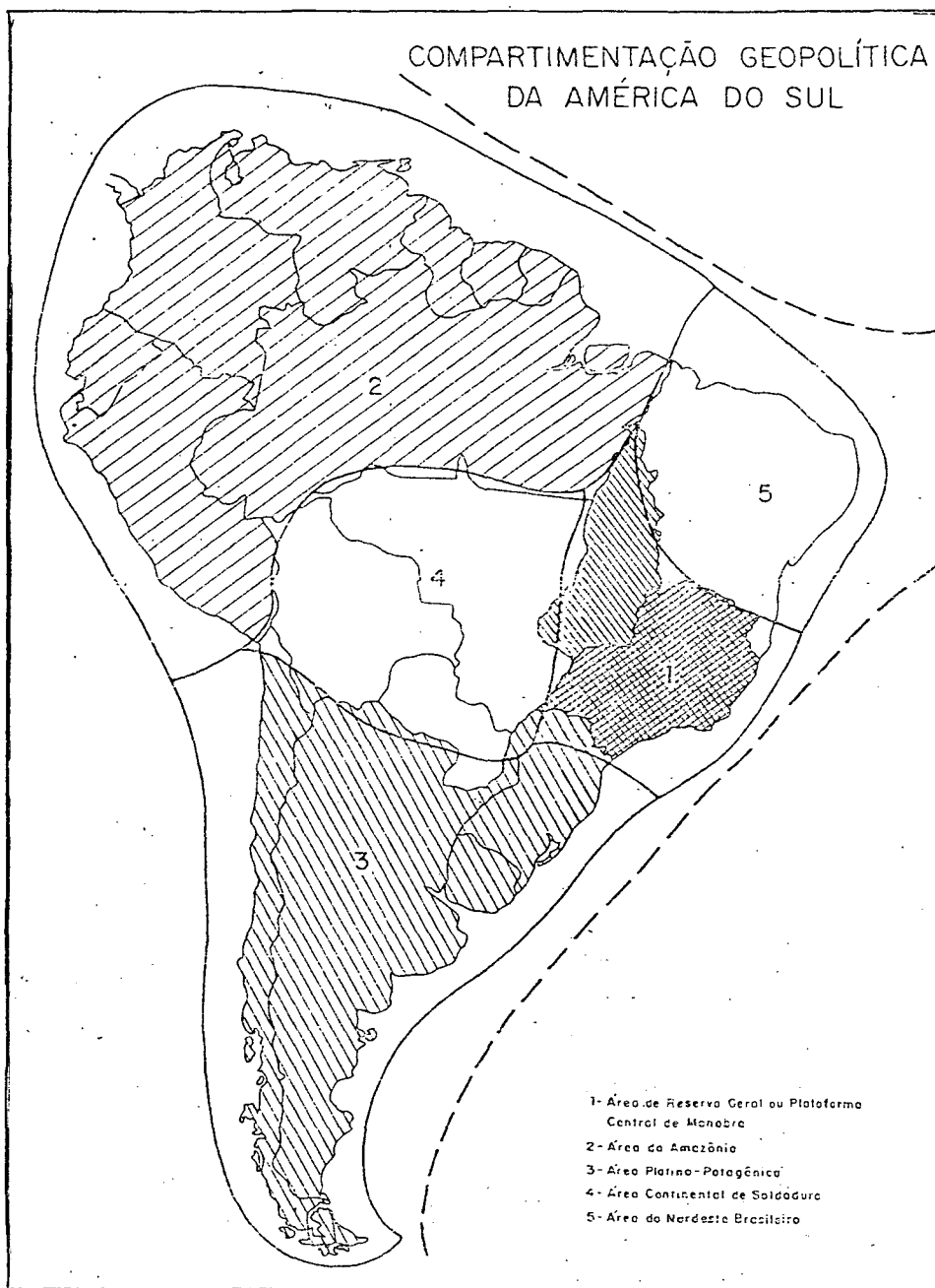


FIGURA 4 - (Ibid. p. 88)

previsível, à segurança da América do Sul. Em contrapartida, desde o hemisfério exterior, formado para além do hemisfério interior, à uma distância média de 15.000 km, ameaças contra a América do Sul poderão surgir a qualquer tempo. Este é, portanto, o hemisfério perigoso, contra o qual o território sul-americano estará seguro enquanto o hemisfério interior não estiver em mãos de um agressor potencial.⁴⁷ (Figura 5)

Sinteticamente, esta é a forma como Couto e Silva compreende a geopolítica brasileira tendo em conta os campos interno, continental e mundial, caracterizando-a como:

" - geopolítica de integração e valorização espaciais; - geopolítica de expansionismo para o interior e, também, de projeção pacífica no exterior; - geopolítica de contenção, ao longo das linhas fronteiriças; - geopolítica de participação na defesa da Civilização Ocidental que também é a nossa; - geopolítica de colaboração continental, - geopolítica de colaboração com o mundo subdesenvolvido de aquém e além-mar; geopolítica de segurança ou geoestratégia nacional, em face da dinâmica própria dos grandes centros externos de poder."⁴⁸

A década de 1960 está marcada pelo surgimento de novos estudos geopolíticos, como os de Carlos de Meira Mattos que "de passagem pedia licença a Mário Travassos, que sonhou com um Brasil Potência continental, para sonhar [...] com um Brasil Potência Mundial"⁴⁹, idéia que amadurecerá na década seguinte. É também na década de 1960 que a doutrina esguiana é colocada em prática, com o golpe de Estado militar em 1964.

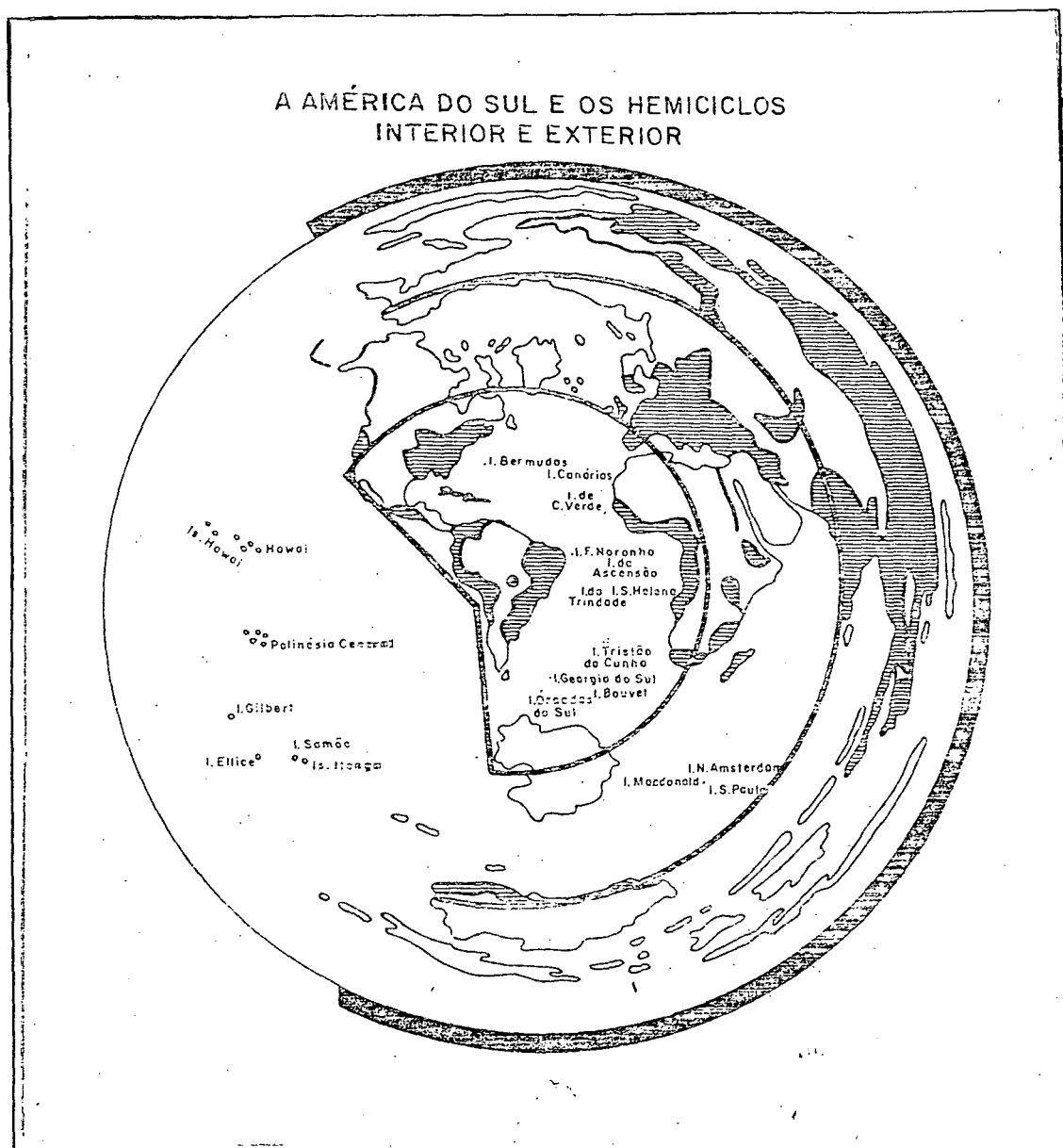


FIGURA 5 - (Ibid. p. 81)

5.3 . O PERÍODO PÓS-64

Observa Miyamoto que o período que se inicia com o golpe militar de 1964 caracteriza-se por uma sensível redução na quantidade geral de estudos sobre geopolítica e por um relativo aumento do número de trabalhos que falam da projeção internacional brasileira com referências ao "Brasil Potência". Enquanto no Brasil acontece este fenômeno, por volta desta época há uma extensa produção de estudos geopolíticos na Argentina, nos quais trata-se, principalmente, do papel imperialista que o Brasil estaria exercendo com relação à América Latina.

A influência da Escola Superior de Guerra fez-se sentir profundamente no Governo de Humberto de Alencar Castello Branco, ele próprio egresso da instituição. Neste período, portanto, a confrontação bipolar esteve em primeiro plano e, conseqüentemente, o alinhamento automático brasileiro à política norte-americana. É no governo de Castello Branco, por exemplo, que o Brasil envia tropas à Força Interamericana de Paz em favor dos interesses norte-americanos na República Dominicana.

Já nos períodos de Arthur da Costa e Silva (1967-1969) e Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) a influência esguiana declinou, sendo que várias obras realizadas por estes governos foram contrárias aos princípios estabelecidos na Escola. Aponta-se como uma das causas do declínio de sua influência o fato de ambos os presidentes não a terem frequentado.

Sob o governo de Ernesto Geisel, a Escola Supe

rior de Guerra recuperou em parte seu prestígio. No entanto, mesmo com o presidente proveniente de seus quadros, a Escola não reassumiu o papel que havia tido no período de Castello Branco. De fato, o período da administração Geisel inaugura a consolidação de mudanças na política externa brasileira, adaptando-a à nova realidade internacional. Ou seja, a crise do petróleo, somada à falência do modelo econômico implantado pelo governo militar, promoverá as mudanças nas linhas de conduta da política externa do país.

Assim, a nova política externa brasileira, designada oficialmente "pragmatismo responsável", deu lugar neste período a uma maior audácia no comércio exterior. As exportações brasileiras a países da África Negra são incrementadas via antigas colônias portuguesas, e a grave dependência do petróleo faz com que o Brasil se aproxime dos países árabes, afastando-se de Israel. Outros sintomas das mudanças na política externa brasileira são o reconhecimento dos governos socialistas de Angola e Moçambique, assim como o acordo nuclear firmado com a Alemanha Ocidental, realizados sob a oposição norte-americana.

O que se pode ver é que o governo de João Baptista de Oliveira Figueiredo dá seguimento ao "pragmatismo responsável" e afirma formalmente a condição do Brasil como um país terceiro-mundista. Não ignora o confronto Leste-Oeste, mas condena aceitação isolada da confrontação bipolar, uma vez que esta impede a consideração adequada dos problemas globais. Reitera os vínculos do Brasil com os países ocidentais indus

trializados e procura aprofundar as ligações brasileiras às nações em desenvolvimento. São neste sentido, as palavras do Chanceler Saraiva Guerreiro em palestra realizada na Escola Superior de Guerra em 1982. Na ocasião afirmou que "Embora fundamental, a dimensão Norte-Sul das relações internacionais não é a única a interessar o Brasil e os países em desenvolvimento em geral. Com efeito, as relações entre os próprios países do Sul constituem o segmento relativamente mais dinâmico do quadro atual tanto do ponto de vista estritamente econômico, quanto pela dimensão política nova e importante que aportam ao cenário mundial. Partindo de relações praticamente inexistentes há poucas décadas devido à verticalidade dos vínculos, que prevalecia globalmente, nossos países vêm construindo uma rede cada vez mais diversificada de contatos em variados níveis!"⁵⁰

Assim, ainda segundo Saraiva Guerreiro, as principais questões da política externa do governo brasileiro estão colocadas em termos de um incremento das relações do Brasil com os países latino-americanos, da exploração das recentes relações com os países da África, da proteção da área do Atlântico Sul com o fim de mantê-lo a salvo das confrontações internacionais e preservá-lo como um instrumento pacífico de desenvolvimento, e da busca permanente do estreitamento das relações com os países industrializados.

6 . A VIOLÊNCIA DA GEOPOLÍTICA

Na medida em que se estabelece alguns vínculos

entre o saber sobre o espaço, que é a geopolítica, e uma realidade política bastante próxima, essa própria realidade adquire voz para adjetivar os pressupostos e componentes teóricos da quele saber. Ou seja: a realidade fala por si só.

Esse foi o fio condutor do presente capítulo: fazer falar acontecimentos próximos que, assim, agiriam como critérios qualificadores da geopolítica. O braço de ferro norte-americano junto a seus "aliados menores" latino-americanos; a proclamação dos "valores ocidentais" que não inclui entre os povos latino-americanos o direito à vida em condições mínimas de decência; o barbarismo militar que não hesita em sacrificar inúmeras vidas na confrontação ao "inimigo onipresente"; o aproveitamento de uma condição de grandeza, produto da "fatalidade geográfica", com o fim de perpetuar relações injustas. Este é o quadro pintado sob inspiração das noções geopolíticas, e é ele que, privilegiadamente, permite visualizar os limites da geopolítica enquanto saber democrático e engendrador de relações democráticas.

O próximo capítulo estará voltado à caracterização da geopolítica argentina, tida como uma Geopolítica defensiva, face às pretensões hegemônicas brasileiras. Ainda que possuindo uma identidade própria, ver-se-á que a Geopolítica argentina guarda o que há de essencial na Geopolítica tradicional.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. SPYKMAN, Nicholas John. Estados Unidos frente ao mundo, apud., SCHILLING, Paulo. O expansionismo brasileiro ; a geopolítica do general Golbery e a diplomacia do Itamarati. São Paulo, Global, 1981. p.21.
02. Além da obra já citada, Spykman escreveu outra de igual importância, intitulada The geography of the peace. New York, Harcourt, Brace & Company Inc., 1944.
03. COMBLIN, Joseph. A ideologia da segurança nacional. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, p.31.
04. Considera-se "guerra fria" uma guerra permanente, travada em todos os planos - militar, político, econômico, psicológico - evitando, porém, o confronto armado entre as grandes potências.
05. Brasil, 1964; Argentina, 1966 e 1976; Peru, 1968 e 1976; Panamá, 1968; Bolívia, 1969, 1970, 1971 e 1974; Equador, 1972; Chile e Uruguai, 1973.
06. Os estados Unidos atuavam, no plano militar, junto à América Latina de três formas: por meio de reuniões periódicas dos chefes militares, de programas de ajuda militar e venda de armas, e através do treinamento de oficiais e outros especialistas em suas escolas militares.
07. Segundo COMBLIN, Joseph. A ideologia da segurança nacional., op. cit., p. 145, o primeiro sinal desta mudança teria sido dado num discurso que Robert McNamara, Secretário de Estado dos governos de John F. Kennedy e Lyndon Johnson, fez em Montreal em 1966.

08. GIL, Federico G. Latin American - United States relations. New York, Harcourt Brace Jovanovich, Inc., 1971. p.267.
09. The Rockefeller Report on the Americas, the Official Report of a United States Presidential Mission for the Western Hemisphere (Chicago: Quadrangle Books, 1969 . p.38, apud., GIL, Federico G. Latin American - United States relations. op. cit., p. 271.
10. COMBLIN, Joseph. A ideologia da segurança nacional, op. cit., p.146.
11. SCHILLING, Paulo R: O expansionismo brasileiro; a geopolítica do general Golbery e a diplomacia do Itamarati. São Paulo, Global, 1981. p.33-4.
12. Neste sentido, afirma Shiguenoli Miyamoto que, "na verdade (a ESG) foi conscientemente preparada e dotada com uma doutrina de segurança nacional, para exercer efetivamente a posse do aparelho do Estado, conseguindo seu objetivo em 1964, quando atinge seu período máximo de influência". MIYAMOTO, Shiguenoli. O pensamento geopolítico Brasileiro (1920 - 1980) . . , op. cit., p.131.
13. JARRÍN, Edgardo Mercado. entrevistado por CANABRAVA FILHO, Paulo. A doutrina da segurança coletiva. Cadernos do Terceiro Mundo, Rio de Janeiro, (64): 91, Mar. 1984.
14. COMBLIN, Joseph. A ideologia da segurança nacional., op. cit., p.178.

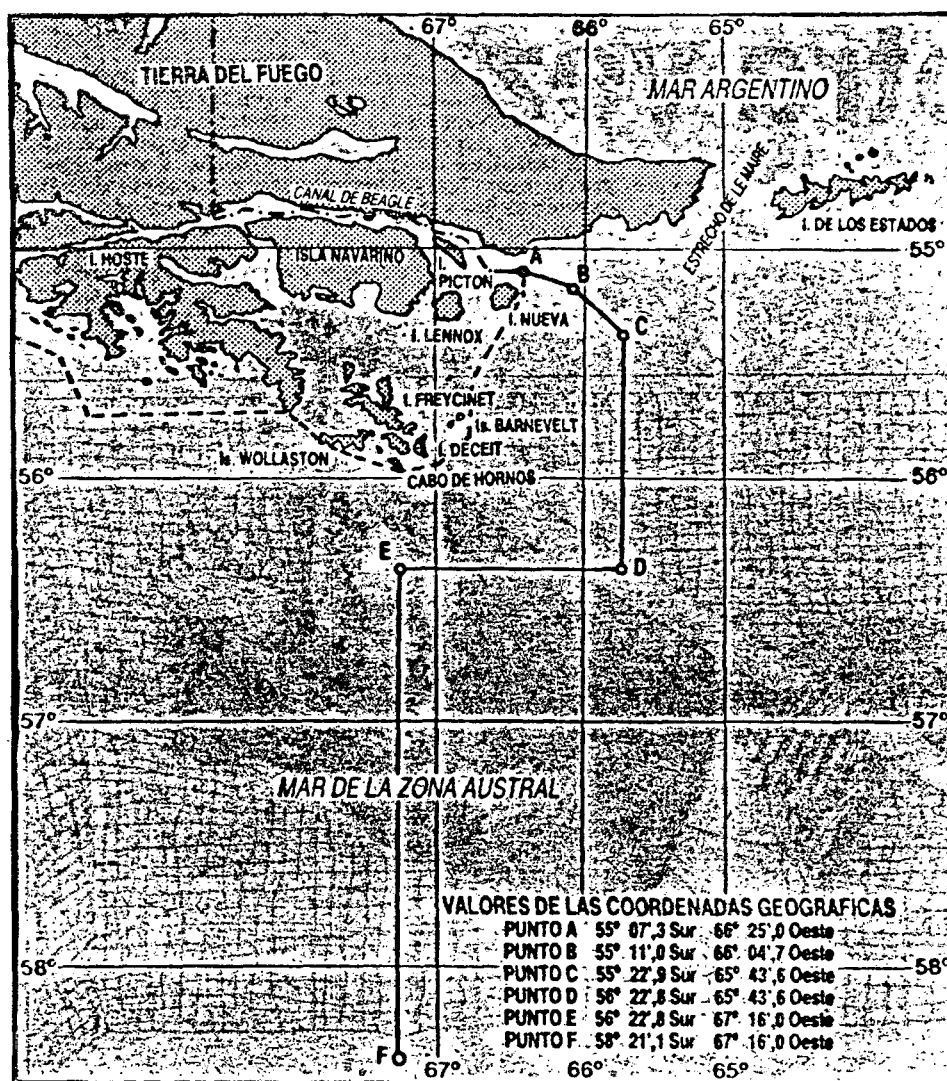
15. CARLOS, Newton. *Argentina quer solução para Beagle.* Folha de São Paulo. São Paulo, 15 jan. 1984. Exterior. p. 17. e TAVARES, Flávio. *Os militares argentinos e o acordo sobre Beagle.* Folha de São Paulo. São Paulo, 7 out. 1984. Exterior. p.19.

16. TAVARES, Flávio. *Os militares argentinos e o acordo sobre Beagle.* Folha de São Paulo, São Paulo, 7 out. 1984. Exterior. p. 19. Em janeiro de 1984, Chile e Argentina, já sob governo civil, celebraram acordo para garantir a paz, e em outubro de 1984 firmaram o acordo mais recente, sob mediação papal, denominado "Tratado de Paz e Amizade".

Os limites territoriais segundo o último tratado argentino-chileno são indicados por uma linha geométrica irregular que une pontos indicados por coordenadas de latitude e longitude precisas, ao invés de acidentes naturais (ver figura a seguir). A oriente e ocidente desta linha se estendem as jurisdições da Argentina e do Chile. Para o Chile ficam todas as ilhas em questão, um mar territorial de 3 milhas e uma zona econômica exclusiva. À Argentina fica garantido mar territorial e zona econômica exclusiva, assim como a aplicação do princípio bioceânico (Atlântico para a Argentina, Pacífico para o Chile) ao comprimir com o mar argentino a projeção marítima chilena e ao eleger o meridiano do cabo de Hornos como limite dos oceanos. Além disso, o Tratado dispõe sobre formas de solução pacífica para possíveis desentendimentos, que constam de negociações diretas, conciliação e, por fim, arbitragem. Também estabelece relações de cooperação econômica e integração física.

O acordo entre Argentina e Chile sobre o canal de Beagle remove mais um motivo que os militares argentinos utilizavam para manter sua influência no processo político. Na Argentina, a hipótese da guerra com o

Chile, deu margem à manutenção da influência das Forças Armadas no poder, mesmo após a redemocratização do país. Este fato é ilustrativo, na medida em que através dele é possível ver como os militares tendem a aprofundar as relações conflitivas com os países vizinhos de maneira a permanecer como ator privilegiado da cena política.



17. "As primeiras iniciativas brasileiras para estudar o potencial hidroelétrico de Sete Quedas datam dos decretos nº 36.649, de 26 de janeiro de 1956, nº 42.957, de 31 de dezembro de 1957 e nº 47.087, de 22 de outubro de 1959. O engenheiro Otávio Marcondes Ferraz entregou um primeiro projeto em 14 de dezembro de 1962. O governo paraguaio manifestou reservas já em 12 de março de 1962". CAUBET, Christian Guy. *Diplomacia, Geopolítica e Direito na Bacia do Prata. Política e Estratégia*. São Paulo, 2 (2):345, abr./jun. 1984.
18. SILVEIRA, Azeredo da. Na Assembléia Geral da O.N.U., de 23.09.84, citado por *Jornal da Tarde*, de 06.05.1976 ; apud.; CAUBET, Christian Guy. "Argentina, Brasil e Paraguai 1980: tudo azul na Bacia do Prata?". s.l.p., s.c.p., 1981. Documento datilografado: p. 7 e 8.
19. GIL, Federico G. *Latin-american - United States relations*, op. cit., p. 39-40.
20. BUHRER, Jean-Claude. Le fiasco des Malouines. *Le Monde Diplomatique*. Paris, jun. 1982. p.1.
21. GALVÃO, Flávio de A.P. O litígio entre Peru e Equador. Um tratado inexecutável - O Protocolo do Rio de Janeiro. *O Estado*. São Paulo, 4 maio, 1958; ALERTA na fronteira do Peru e Equador. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 18 jan. 1984.
22. GIL, Federico G. *Latin American - United States relations*, op. cit., p.41.
23. Atualmente, Belize enfrenta ainda o problema de ocupar uma posição estratégica nos planos de Reagan de intervenção na América Central.

24. GIL, Federico G. Latin American - United States relations. *op. cit.*, p. 32.
25. A Escola foi fundada, em 1946, com o nome de Centro de Adestramento Latino-Americano. A partir de 1959 estabeleceu-se oficialmente o idioma espanhol para seus cursos. Na década de 60, após a revolução cubana e o aparecimento de vários movimentos de guerrilha na América Latina, a Escola das Américas passou a dar ênfase aos planos de contra-insurreição.
- Na lista de conhecidos graduados encontram-se o próprio Omar Torrijos; Anastasio Somóza Debayle e seu filho Anastasio Somoza Portocarrero, membros da dinastia que dominou a Nicaraguá de 1936 até 1979; Policarpo Paz Garcia e Gustavo Alvarez Martínez, respectivamente ex-presidente e ex-comandante das Forças Armadas hondurenhas; Alfredo Stroessner que, em agosto de 1984, completou 30 anos de governo do Paraguai. Entre os bolivianos que frequentaram a Escola, destaca-se René Barrientos, presidente da Bolívia no período de 1966/1969, sob cuja gestão, portanto, o líder guerrilheiro Ernesto "Che" Guevara foi executado por tropas do exército boliviano no interior do país (1967); assim como ex-presidente Hugo Banzer. Também fazem parte da lista Augusto Pinochet, que preside o Chile desde 1973, bem como Jorge Rafael Videla, Roberto Viola e Leopoldo Fortunato Galtieri, ex-presidentes da Argentina. *Novo endereço. Revista VEJA. São Paulo, (): 38, 3 out. 1984 e Adeus às armas? Cadernos do terceiro mundo, Rio de Janeiro, (74): 49-50, jan. 1985.*
26. SCHILLING, Paulo. O expansionismo brasileiro; a geopolítica do general Golbery e a diplomacia do Itamarati.; *op. cit.*, p.26.

27. Alguns nomes ligados tanto à área militar como aos estudos geopolíticos, cujas obras foram ou serão citadas nesta dissertação: Halford Mackinder, Karl Haushofer, Edgardo Mercado Jarrín, Mário Travassos, Everardo Backheuser, Carlos de Meira Mattos, Isaac Francisco Rojas, Juan Enrique Guglielmelli.
28. O'DONNELL, Guillermo. *As Forças Armadas e o Estado autoritário no Cone Sul da América Latina*. Dados - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 24 (3): 286, 1981.
29. MIYAMOTO, Shiguënoh. *Geopolítica do Brasil: uma leitura introdutória*. Revista Marco, São Paulo, (4): 13, 2 sem. 1985.
30. KENNAN, George. "The sources of Soviet Conduct", em Foreign Affairs, julho de 1947., apud., SCHILLING, Paulo. O expansionismo brasileiro; a geopolítica do general Golbery e a diplomacia do Itamarati, p.206-7. que, ao lado de N. J. Spykman, é considerado um dos destacados ideólogos dos planos de segurança americanos, assim como da instituição dos países-chave.
31. SCHILLING, Paulo. O expansionismo brasileiro; a geopolítica do general Golbery e a diplomacia do Itamarati, op. cit., p.204.
32. *Ibid.* Com relação a estes fatos, Paulo Schilling lembra ainda que a representação norte-americana na Argentina manteve-se ao nível de encarregado de negócios até 1916.
33. Expressão criada por Genaro Arriagada, autor que sugeriu que, de um ponto de vista histórico, seria possível classificar os países como "geopoliticamente favorecidos" e como "geopoliticamente desfavorecidos". O critério utilizado para a caracterização do favorecimento ou não, seria a quantidade de território adquirido ou perdido ao longo da história de cada país. Segundo es

tes conceitos o Brasil desfrutaria da condição de país muito favorecido do ponto de vista geopolítico, porque alterou seu território para o Oeste da Linha de Tordesilhas, aumentando sua superfície em mais de 200%. BARRROS, Alexandre de Souza Costa. *Política exterior brasileira y el mito del baron. Foro Internacional, México* 24 (1): 7 jul/setem 1973.

34. MIYAMOTO, Shiguenoli. O pensamento geopolítico brasileiro (1920-1980); op. cit., f.150.
35. Algumas obras dos autores: CARVALHO, Elyseo. O factor geográfico na política brasileira. Rio de Janeiro, S.A. Monitor Mercantil, 1921; BACKHEUSER, Everardo Problemas do Brasil - estrutura geopolítica. São Paulo, Livraria Francisco Alves, 1929; CARVALHO, Carlos Delgado de. Geografia humana: política econômica. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1933; CIDADE, Francisco de Paula. Notas de Geografia Militar sul-americana. 2.ed. Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, 1940.
36. TRAVASSOS, Mário. Projeção Continental do Brasil. 3.ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938, p.5.
37. MIYAMOTO, Shiguenoli. O pensamento geopolítico brasileiro (1920-1980)., op. cit., f. 114-5.
38. *Ibid.* f. 115. No entanto, como lembra o próprio Miyamoto, várias teses de Couto e Sulva não foram implementadas integralmente. A prática governamental veio a demonstrar o não seguimento de muito do que foi por ele escrito. *Ibid.* f.116.

39. SILVA, Golbery do Couto e. Conjuntura política nacional: o poder executivo & Geopolítica do Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1981. p.144. Em nota introdutória ao referido livro, Afonso Arinos de Melo Franco faz uma menção crítica à visão do autor sobre o mundo ocidental, uma vez que omite os problemas vividos em seu interior para dar lugar "a [uma] visão quase mística de um 'Ocidente ideal, Ocidente propósito, Ocidente programa', [parecendo] que se distancia um pouco do quadro objetivo e inter-relacional, o que não facilita propriamente o enfoque dos problemas concretos do Ocidente"., op. cit., p. xiv.
40. *Ibid.* p.52.
41. *Ibid.* p. 38-9.
42. *Ibid.* p. 51-2.
43. *Ibid.* p. 58.
44. *Ibid.* p. 55.
45. *Ibid.* p. 129.
46. *Ibid.* p. 80.
47. *Ibid.* p. 82.
48. *Ibid.* p. 137-8.
49. MIYAMOTO, Shiguenoli. O pensamento geopolítico brasileiro (1920-1980)., op. cit., f.123. A esse respeito, o título da obra que Carlos de Meira Mattos publicou nesta época é bastante expressivo: Projeção mundial do Brasil. São Paulo, Gráfica Leal Ltda., 1960. Seus trabalhos na década de 70 seguirão a mesma tônica: Brasil:

geopolítica e destino. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1975; A Geopolítica e as projeções do poder. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1977.

50. GUERREIRO, Ramiro Saraiva. Política externa do Brasil. Segurança e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, (190): 42, 1982.

C A P I T U L O I I I

A G E O P O L Í T I C A A R G E N T I N A

A GEOPOLÍTICA ARGENTINA

A Argentina, ao lado do Brasil, é um dos países onde mais se publicaram trabalhos sobre geopolítica na América Latina. No entanto, a análise da geopolítica argentina não pode ser feita nos mesmos termos da geopolítica brasileira. No Brasil, ainda que se considere a não uniformidade do pensamento geopolítico nacional e a impossibilidade de defini-lo com precisão, fatos observados por Shiguenoli Miyamoto, a criação da Escola Superior de Guerra, em 1949, tornou possível a existência de um centro aglutinador das produções sobre a matéria. Além disso, como já foi visto, a geopolítica brasileira não permaneceu ao nível das teóricas, mas avançou para o campo da ação. Isto não ocorreu na Argentina. Neste país, o Instituto Argentino de Estudios Estratégicos y de las Relaciones Internacionales (INSAR), considerado a mais importante instituição dedicada à elaboração do pensamento geopolítico argentino, só foi criado em 1969.¹ Acrescente-se a isto, o fato de que as formulações deste instituto não foram utilizadas no delineamento da política externa deste país, como aconteceu no Brasil. O que houve foi a eventual coincidência entre alguns atos do governo argentino e as estratégias elaboradas no referido instituto.

O tema a ser desenvolvido no presente capítulo tem como imprescindível a atenção às considerações feitas acima. As delimitações temáticas estabelecidas são resultantes das condições acima citadas. Além disso, deverá ser compreendida

a partir da confrontação fixada pelo próprio pensamento geopolítico argentino, que tem se preocupado acentuadamente com a crítica à geopolítica brasileira.

1. ALGUNS NOMES DA GEOPOLÍTICA ARGENTINA

Afirma Alfredo H. Rizzo Romano que "na República Argentina [não se pode] falar de uma Escola Geopolítica."² Segundo o tratadista de Direito Internacional, entre os precursores do pensamento geopolítico argentino está Sarmiento que, no século passado, escreveu entre outras coisas, sobre as articulações do Rio da Prata, e propôs a mudança da capital argentina. Outro precursor seria Alberdi, que opôs-se à participação da Argentina, ao lado do Brasil e do Uruguai, na Guerra contra o Paraguai (Guerra do Paraguai, 1865-1870). Entendia Alberdi que haveria de defender-se o Paraguai de modo a impedir os avanços da influência brasileira.

Ainda segundo Alfredo H. Rizzo Romano, no fim do século XIX e início do atual, Estanislao Zeballos realizou estudos geopolíticos com relação à zona de Missiones e ao Rio da Prata, sustentando a tese de que a Argentina teria domínio completo sobre todo este rio (teoria da costa seca para o Uruguai). Rizzo Romano menciona também o vice-almirante Segundo R. Storni, autor de Interesses argentinos en el mar, (1952), obra em que defendeu a vocação marítima argentina e seu destino "tassocrático". Storni foi um dos primeiros estudiosos a pôr acento na importância do Canal de Beagle, escrevendo, inclusive Trabalhos hidrográficos y límites argentinos en el Canal de

Beagle (1905).

Outro nome lembrado por Rizzo Romano é o do tenente-general Julio A. Roca, Este militar argentino teve uma grande visão geopolítica ao efetivar a anexação da Patagonia à Argentina no momento da Guerra do Pacífico (1879), quando o Chile enfrentava o Paraguai e a Bolívia.

Além dos nomes já citados, é dado destaque para os militares Perlinger e Jasson, que publicaram Manual de geopolítica há quase quarenta anos. Outros militares: Juan E. Guaglianelli, Atencio, Briano, Juan D. Péron, Osiris G. Villegas, Rodríguez Zía, Isaac F. Rojas, Gomes Rueda, Auel, Kessler e Ballesteros.

Entre os juristas que se dedicaram à Geopolítica, tendo em vista o Direito Internacional, estão incluídos o próprio Rizzo Romano, Lucio Moreno Quintana e Luis M. de Pablo Pardo. Rizzo Romano é autor de Bases para uma geopolítica argentina; Moreno Quintana escreveu Direito Internacional Público, onde dedicou-se à matéria, e Pablo Pardo publicou na Revista de la Facultad de Derecho (1948-50) um estudo sobre a Posición geopolítica argentina.

Cita ainda Rizzo Romano: Pablo Sanz (El espacio argentino), Alberto Assef (Proyección continental de la Argentina), Mario Fuschini Mejía e Nicolás Boscovich.³

2 . ALGUNS TEMAS DA GEOPOLÍTICA ARGENTINA

Falando-se da geopolítica brasileira foi lembra

do que, por volta da década de 1960, surgem trabalhos que preconizam a projeção internacional que o Brasil estaria apto a exercer, e, em contrapartida, aparece, principalmente na Argentina, um número considerável de trabalhos que visam criticar esta pretensão brasileira. Ou seja, em um determinado momento a Geopolítica argentina passou a preocupar-se com a formulação de projetos defensivos para fazer frente à Geopolítica ofensiva do Brasil. Neste sentido, afirma Christin Guy Caubet que existem dois tipos de geopolítica: uma de agregação e uma de oposição.

"A geopolítica argentina, pelo menos na sua fase atual, constrói-se em oposição. Ela teve uma inegável obsessão pela atuação do Brasil, especificamente no âmbito do continente sul-americano. [...] Outra é a tradição geopolítica brasileira. Na verdade, se de um lado ela cumpre seu papel de homogeneização da consciência nacional(ista), por outro ela encara o papel internacional do país como uma projeção natural além-fronteiras, e não como uma necessidade de defesa."⁴

No entanto, como lembra o próprio autor, a utilização da expressão "de oposição" para qualificar a geopolítica argentina torna-se discutível quando se tem em mente os pressupostos sobre os quais ela é elaborada. Ou seja, a geopolítica argentina, mesmo tendo características que garantem sua especificidade, não foge aos pressupostos da geopolítica tradicional, que "[privilegia] a análise das relações internacionais em termos de tensão e agressividade."⁵

Alguns dos temas mais apreciados pelos estudos argentinos, nos quais evidenciam sua oposição não só às teses geopo

líticas elaboradas no Brasil, como também a política externa brasileira, são: a Bacia do Prata, o Atlântico Sul, Antártida e a hegemonia brasileira.

2.1 . A BACIA DO PRATA

A Bacia do Prata está formada pelos países que participam do sistema hídrico constituído pelo Rio da Prata e seus afluentes principais: os rios Paraná, Paraguai e Uruguai. Dela, portanto, fazem parte: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Os documentos que institucionalizaram originariamente o sistema da Bacia do Prata foram: a Declaração Conjunta de Buenos Aires, de 1967, e a de Santa Cruz de La Sierra, de 1968. A Declaração Conjunta de Buenos Aires criou o Comitê Intergovernamental Coordenador (CIC), fixando seus objetivos mais importantes, dentre os quais, a coordenação da ação conjunta dos governos que se tenha como necessária. A Ata de Santa Cruz de la Sierra dá continuidade ao processo de institucionalização da Bacia do Prata, reconhecendo a reunião de Ministros das Relações Exteriores da área como "autoridade superior", com as atribuições de elaborar a política a ser seguida na região, dirigir a ação do CIC e decidir sobre a consecução dos objetivos acordados, estabelecendo também a periodicidade das reuniões (ordinariamente, uma vez ao ano, e, em caráter extraordinário, a pedido de três ou mais países), assim como o procedimento da tomada de decisões (unanimidade).

Em 23 de abril de 1969 foi assinado, em Brasília -

lia, o Tratado da Bacia do Prata, dando a forma definitiva ao sistema: incorpora ao quadro dos organismos a reunião de Ministros das Relações Exteriores (artigo II), reconhece o CIC como órgão permanente (artigo III) e as Comissões ou Secretarias Nacionais como órgãos de cooperação e assessoramento dos Governos. O Tratado estabelece como meta principal o relacionamento cooperativo entre seus integrantes visando a harmonização do aproveitamento dos recursos da Bacia do Prata.

Como já foi lembrado, a Bacia do Prata tem sido um dos temas mais estudados pela Geopolítica argentina. Em poucas palavras Alfredo Rizzo Romano dá a dimensão da importância geopolítica que se atribui à região:

"Esta bacia constitui a zona chefe ou Heartland da América do Sul. Aplicando os conceitos Mackinderianos, podemos afirmar que quem domine na rica região de 3,5 a 4,5 milhões de km² dominará na ilha sul americana, e quem domine neste subcontinente tem probabilidade máxima de dominar na África e em todo o hemisfério Sul."⁶

Pelas amplas possibilidades que oferece para o aproveitamento hidro-elétrico, a parte do rio Paraná que a Argentina comparte com o Paraguai, que se situa a jusante do rio Iguazú até a foz dos rios Paraná e Paraguai, destaca-se como uma região da Bacia do Prata que tem merecido muita atenção por parte dos geopolíticos argentinos. De maneira geral, seus estudos sustentam a tese de uma interdependência funcional entre os afluentes de todo o Alto Paraná, o que significa que qualquer

modificação em um de seus trechos acarretará alterações em seu funcionamento como um todo. Daí concluem pela exigência de uma utilização planejada de sua potencialidade hidroelétrica, a fim de que se atinja um nível ótimo de aproveitamento e se mantenha um equilíbrio de influências no subsistema.

O Tratado de Itaipu, firmado entre o Brasil e o Paraguai, em 26 de abril de 1973, visando a construção da represa de Itaipu⁷, acentuou o número de teses de ordem geopolítica para a região do Alto Paraná. Dentro os argumentos mais considerados por tais teses está o comprometimento do projeto hidroelétrico argentino de Corpus, com a participação paraguaia, e a navegação do Paraná. Acrescentam-se a estas questões outras, como as relativas à articulação viária, proteção ambiental, segurança etc.

Isaac Francisco Rojas, Maria del Carmen Llaver e Juan Enrique Giglialmelli insistem sobre a existência de uma singularidade geográfica no Alto Paraná, que diz respeito aos vínculos funcionais no interior de uma parte da região. A citada expressão foi criada pelo engenheiro Mário Fuschini Mejía, sendo seus estudos técnicos utilizados pelos autores mencionados.

Descrevendo as características da Bacia do Prata, Fuschini Mejía voltou sua atenção para a singularidade geográfica,

"trecho que inclui o canhão que começa abaixo das cataratas de Guaíra, o canhão que começa abaixo das cataratas do Iguazu e se estende até o oeste, circulando por um

leito com um coeficiente de condição restrito até Corpus, onde o rio se expande, [constituindo] um subsistema[...]"⁸

Dado as peculiaridades desse trecho, concluiu Fuschini Mejía que qualquer projeto brasileiro-paraguaio para a região não poderia prescindir da realização de consulta prévia ao governo argentino (Figura 6).

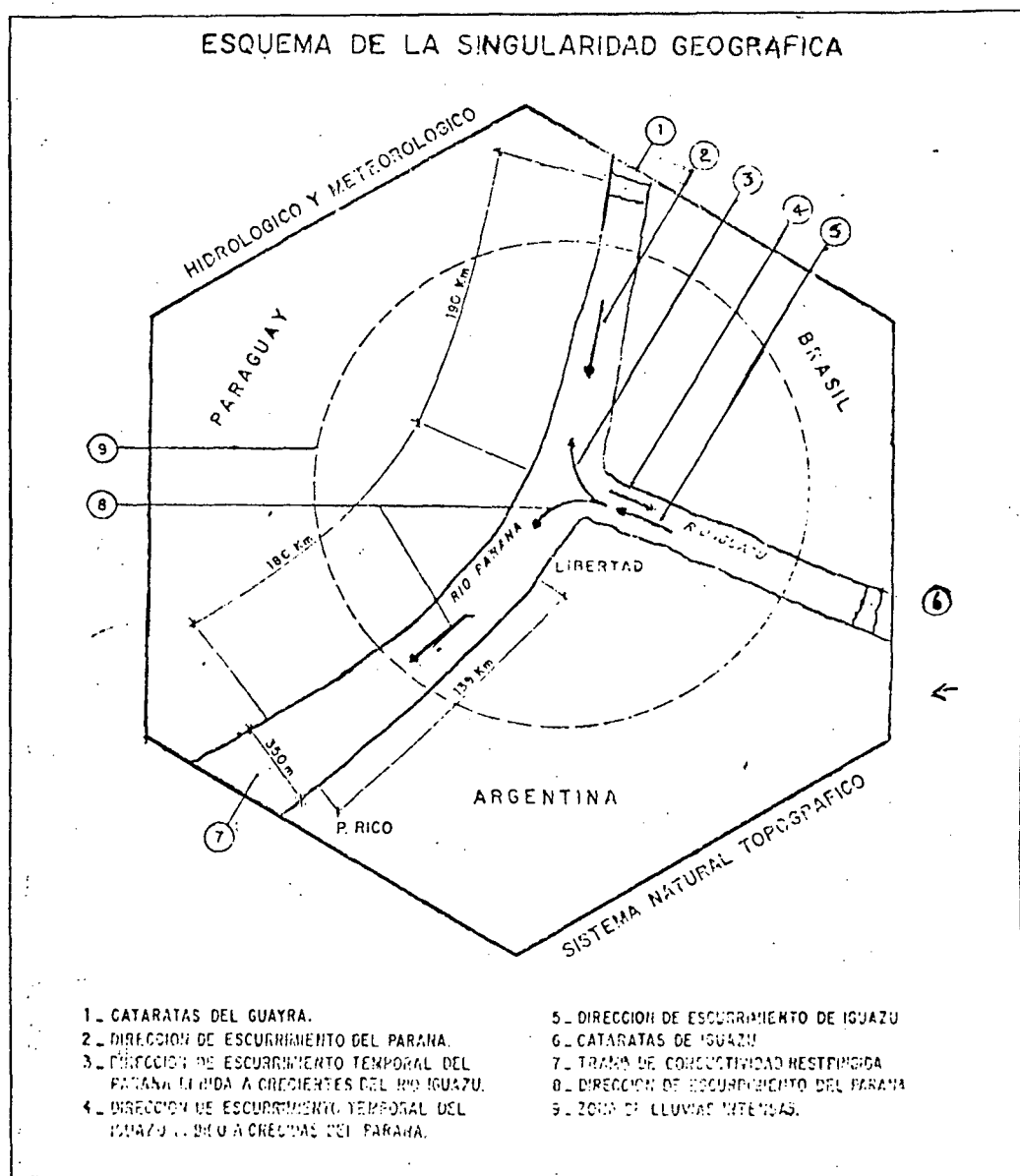


Figura 6. (Rojas, Isaac Francisco. Intereses argentinos en la Cuenca del Plata, op. cit., p. 311)

Em 19 de outubro de 1979, foi firmado o acordo tripartite entre Argentina, Brasil e Paraguai, sobre a compatibilização das obras de Itaipu e Corpus. Resumidamente, o tratado estabelece três pontos fundamentais: a cota de 105 metros para Corpus; flexibilidade operativa de Itaipu, e a proibição de apreciação e qualificação unilaterais de prejuízo sensível.

Isaac F. Rojas que, dentre os geopolíticos acima citados é quem mais se utiliza das conclusões técnicas de Fuschini Mejía, ainda anteriormente ao tratado de 1979, afirmava que

"se se construísse a represa brasileiro-paraguaia em Itaipu, ou seja 17 km águas acima da desembocadura do Iguaçu, com um nível de restituição baixo (105 m sobre o nível do mar), as águas impedidas de não elevarem-se em Iguaçu circularão pelo canhão até Corpus com grande pendente, e haverão consumido, necessariamente, a energia potencial de que dispunham em Iguazú, não ficando um desnível para utilizar em Corpus, que, portanto, não poderia construir-se. Em consequência, essa solução parcial que se intenta dar entre Paraguai e Brasil ao problema da singularidade geográfica não é conveniente."⁹

No mesmo sentido, observou Juan Enrique Gugliamelli que no trecho da singularidade geográfica o

"Brasil levantará, associado com o Paraguai, a represa de Itaipu, com uma cota de descarga de 105 metros, não obstante que esta altura afetará o rendimento ótimo

de Corpus."

Desta forma, a posição brasileira frente a Itaipu haveria que ser entendida como

"um projeto eminentemente político, tendente a consolidar em sua esfera de influência Assunção e a impedir ou perturbar o aproveitamento hidroelétrico do rio Paraná pela Argentina no trecho da 'singularidade geográfica'. Dentro desta ordem de idéias, nosso país deve entender com toda claridade que, se desde um ponto de vista energético o propósito brasileiro pode consistir em obter seu predomínio nesse setor, a superioridade em uma área chave do desenvolvimento, de uma perspectiva geral, não se pode desvincular de sua política na Bacia do Prata, alimentada por uma histórica vocação hegemônica [...]"¹⁰

Realizado o tratado, Maria del Carmen Llaver assegurou que "não podemos chamar a este documento de compatibilização ou otimização de ambas as represas [Corpuse Itaipu], senão somente de entendimento para que ambas funcionem separadamente."¹¹

Quanto à navegabilidade, Isaac F. Rojas e Juan E. Guglielmelli assinalam que o Brasil, dentro de uma política firme e coerente com seu passado hegemônista, estaria intendendo desviar a Bacia do Prata desta função, que é a sua primordial. Assim o faria ao prejudicar a navegabilidade do rio Paraná com a construção de Itaipu e ao integrar a Bacia do Prata ao sistema viário ligado aos portos brasileiros. Diz Isaac F. Rojas que, sendo a navegação para a Argentina o uso predominante do rio

Paraná¹², o projeto de Itaipu estaria o prejudicando ao fazer com que o sistema de transportes paraguaio e argentino ficasse sob o controle do transporte terrestre brasileiro, encarecendo-se muito.¹³ Da mesma forma entende Juan E. Guglielmelli, segundo o qual a construção de Itaipu visaria, entre outras coisas, perturbar a navegação do Alto Paraná através da penetração ao interior do Brasil.¹⁴

Sobre a mesma questão, Maria del Carmem Llaver diz que a construção de Itaipu pode inutilizar a navegação do alto Paraná águas abaixo, reiterando assim as pretensões hegemônicas brasileiras na região, que se consolidam com suas obras de comunicação,

"amplamente desenvolvidas para romper a natural geografia dos rios da Bacia norte-sul por novas conexões leste-oeste, que favorecem a saída da produção até o Atlântico [através dos portos de Santos, Paranaguá e Rio Grande] e busca a saída do Pacífico para lograr o objetivo de potência bi-ocênica."¹⁵

A propósito do sistema do Prata, faz-se mister uma nova remissão ao pensamento de Juan E. Guglielmelli. O autor propôs a criação de uma nova entidade geopolítica, o Cone Sul, a fim de substituir a Bacia do Prata. Diz ele que

"a verdadeira entidade geográfica e histórica é o Cone Sul, integrado por Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai, Perú e Uruguai. O sistema da Bacia do Prata parcializa os esforços nacionais; acentua as contradições regionais de seus membros e pode estimular uma divisão

internacional do trabalho à escala regional prejudicial para os países de menor desenvolvimento relativo e benéfica, em particular, para interesses estrangeiros à área."¹⁶

Além dos aspectos considerados, a política brasileira com relação ao Paraguai, bem como a própria posição paraguaia na questão de Itaipu foram largamente criticadas pelos geopolíticos argentinos. Entendem eles Itaipu como uma expressão e consolidação da hegemonia brasileira sobre o Paraguai, cuja política, considerada pendular,

"joga com habilidade as cartas de suas conveniências imediatas, mas compromete o equilíbrio do chamado Cone Sul do continente, o que, uma vez destruído, arrastará atrás de si sua própria liberdade de ação à maior profundidade que as do Uruguai e Argentina, menos sujeitas, geopoliticamente, à evolução da Bacia do Prata."¹⁷

2.2. O ATLÂNTICO SUL

Conforme Juan E. Guglielmelli, a área do Atlântico Sul, tendo em vista sua relevância geopolítica para a Argentina, compreende a região que se estende, ao Norte, desde o "Corredor" do Atlântico (Cabo São Roque-Brasil e Cabo Palmas Libéria), entre três massas continentais (América do Sul, África e Antártida). Ao sul, seus limites são os seguintes: com o Oceano Índico, pelo meridiano do Cabo Agulhas; com o Pacífico, pelo meridiano de Cabo Hornos¹⁸, e com o Antártico, pela Linha de Convergência Antártica que rodeia o continente gelado entre os paralelos 50° e 60° Sul.

Segundo o autor, os acessos ao Atlântico Sul são: para o Atlântico Norte, através do "Corredor do Atlântico"; com o Pacífico, através de duas rotas principais - Estreito de Magalhães e Passagem de Drake-, e uma secundária - Canal de Beagle; com o Índico por meio de um acesso principal - entre o Cabo da Boa Esperança e a dorsal das ilhas Crozet/Príncipe Eduardo/Bouvet-, e de outro secundário - entre a dorsal das referidas ilhas e o Continente Antártico. Assinala, ainda, Juan E. Guglielmelli que, de um ponto de vista geopolítico, vêm adotar o meridiano 20°W de Greenwich enquanto limite do setor ocidental do Atlântico Norte, uma vez que constitui, ao Sul do Equador sobre o Atlântico, o limite do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) (figura 7).

A importância estratégica que o Atlântico Sul vem adquirindo tem como contraponto o maior número de obras geopolíticas dedicadas a essa temática. De forma geral, as questões vinculadas ao Atlântico Sul tratam de relevar aspectos como sua importância econômica, viária e militar, que, por sua vez, mantêm relação entre si. Além destes aspectos, três problemas de limite territorial são amplamente aludidos, envolvendo o Canal de Beagle, as Ilhas Malvinas e a Antártida.

Quanto ao significado econômico, o Atlântico Sul destaca-se por seus recursos de pesca e pela presença de minerais, como nódulos de manganês. Sobre a atividade pesqueira, os dados disponíveis apontam que a exploração da região dava à Argentina o 38º lugar na produção mundial no ano de 1970, contra a colocação de 31º no ano de 1950. Isto indica a pro-

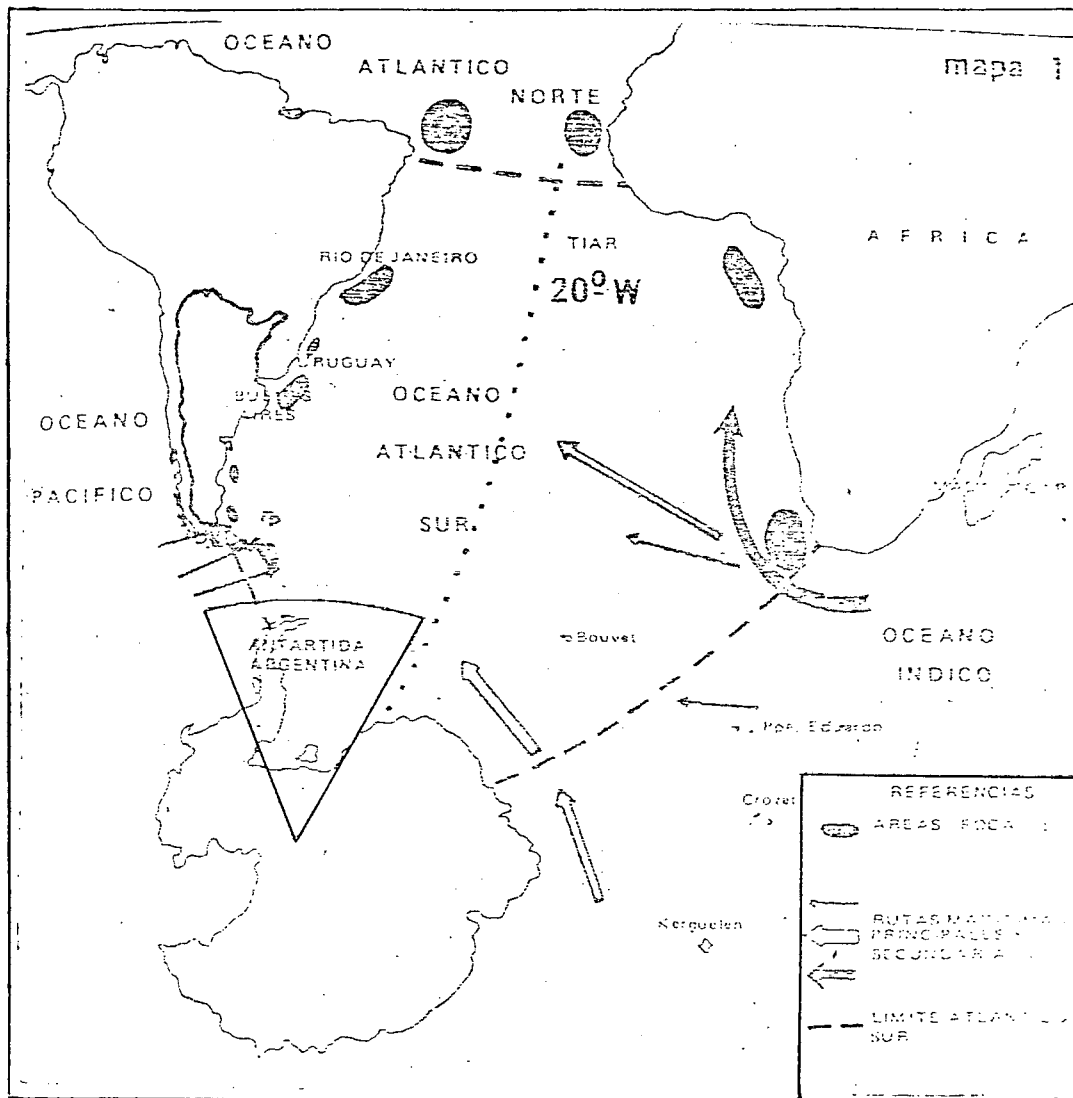


Figura 7. (GUGLIAMELLI, Juan Enrique. Geopolítica del Cono Sur., op. cit., p. 237)

gressiva desatenção a este setor que, segundo Alberto O. Casellas,

"não foi felizmente encarado. A riqueza íctica da República foi ignorada como tantas outras, sem levar em conta que os recursos biológicos do mar são mais ou menos fáceis de extrair sem necessidade da inversão de somas consideráveis, como pode ocorrer no caso de exploração de recursos minerais."¹⁹

Alberto O. Casellas lembra que as potencialidades alimentícias marítimas tornam-se mais importantes à medida em que vão se esgotando outras fontes, o que, acompanhado do progresso técnico, torna economicamente viáveis algumas atividades até então não compensatórias. O mesmo ocorre com a exploração de recursos minerais, conforme Carlos Juan Moneta, dentre os quais destaca as reservas de nódulos de manganês presentes no Oceano Atlântico. Estes nódulos são rochas de tamanho pequeno, encontradas a grandes profundidades marítimas (entre 4.000 e 6.000 metros), contendo, além do ferro e manganês, níquel, cobre e cobalto, ou seja, quatro minerais essenciais para a indústria.

Para Juan Carlos Moneta a dependência dos países centrais da importação de recursos minerais essenciais e a nova política de agregação de poder que começou a ser seguida pelos países do Terceiro Mundo, a exemplo da OPEP, acentuaram a busca, por parte das grandes potências e das multinacionais, de vantagens de ordem tecnológica, logística e financeira para realizar a exploração comercial dos nódulos do manganês que,

até a década de 60, só atraíram o interesse científico, e não o comercial. Tendo em vista a possibilidade de confrontação internacional que o uso do nódulo de manganês provocaria,

"smente a soma da capacidade de inovação tecnológica e científica das potências médias e pequenas, mediante a inversão de muitos recursos e uma política comum de investigação poderiam talvez compensar essas desigualdades."²⁰

A importância viária do Atlântico Sul encontra-se diretamente associada à importância militar da área, uma vez que nela há rotas vitais para o Ocidente. O Atlântico Sul possui rotas alternativas ao Canal de Suez e ao Canal do Panamá, considerados muito vulneráveis no caso de um conflito local ou generalizado. De um ponto de vista estritamente militar a região adquirirá um valor maior pelo controle que possibilita sobre os acessos ao Oceano Pacífico e ao Oceano Índico.

Relevados alguns aspectos que caracterizam o Atlântico Sul como uma área geopoliticamente fundamental para a Argentina, há que se observar como são vistas as pretensões brasileiras com relação a esta região. Vicente A. Palermo entende que é necessário fazer uma distinção entre o estilo argentino de conceber os problemas geopolíticos e o das grandes potências. Neste contexto, a Argentina não poderá estar só. Deverá, sim, buscar a integração latino-americana a fim de possibilitar formas alternativas de utilização dos recursos naturais cobiçados pelo império norte-americano, bem como preencher os espaços vazios, impedindo o avanço soviético. Isto sig

nifica a busca de uma política alternativa em que o Brasil e a Argentina jogariam como países decisivos:

A esse respeito, continua, Vicente A. Palermo, afirmando que o

"Brasil [...] até o momento tem estabelecido uma estratégia isolada na área. O conceito de 'mare nostrum' com que ele maneja é suficientemente ilustrativo a respeito."

E continua:

"é necessário conciliar os interesses contrapostos, superar as diferenças, mas demonstrando que é possível fazê-lo propondo-nos continentalmente uma série de grandes e decisivos objetivos que possam ser executados através do esforço comum."²¹

Por último, as palavras de Juan E. Guglielmelli que critica as teses geopolíticas de Golberry do Couto e Silva, segundo as quais o Brasil teria responsabilidades monopólicas sobre o Atlântico Sul. Para tal, Couto e Silva

"vale-se não só de uma análise incompleta da configuração do Atlântico Sul, senão ademais, desde uma perspectiva militar, atribuindo a alguns países diretamente vinculados a este setor atitudes hostis ou projeções políticas arbitrárias e excêntricas ao tema de seu interesse. Assim, trata de destacar ao estreitamento Natal - Dakar, como área de maior seguridade e, ao Nordeste brasileiro como um fator chave de largura marítima. Ao contrário ao setor Sul, apresenta-o como um amplo espaço

sem adequadas bases geográficas para sua vigilância e proteção[...]."²²

Esta interpretação, segundo Guglielmelli, revela-se arbitrária e dirige-se a fundamentar os objetivos da política externa do Brasil. Superestima a importância estratégica do Brasil para a defesa dos interesses dos Estados Unidos, em contrapartida a uma subestimação dos papéis a serem exercidos por países como a Argentina, que têm uma presença firmada geograficamente para exercer a defesa do Atlântico Sul.

2.3. A ANTÁRTIDA ²³

O continente antártico possui aproximadamente 14 milhões de quilômetros quadrados, e, diversamente do Ártico, que se compõe de massa oceânica congelada, constitui-se praticamente de uma massa terrestre coberta de gelo.

Conforme Miryam Colcacrai de Trevisan, a década de 1970 está marcada pela acentuação do interesse mundial por este continente, embora já se conhecesse de longa data suas potencialidades. Para a autora, a crise energética e a escassez alimentária crescente, foram os elementos responsáveis pela tomada de atenções da humanidade sobre esta região como reservatório de recursos. ²⁴

Os recursos antárticos podem ser divididos em renováveis e não renováveis. Entre os recursos renováveis, o "krill" (Euphasia Superba) é considerado o mais importante. Trata-se de pequenos crustáceos, parecidos com camarões, com alto

valor protéico, e cuja captura é relativamente fácil. As maiores concentrações de "krill" estão, principalmente, dentro do limite costeiro de 200 milhas da península antártica e nas águas do mar de Weddel ao redor das Ilhas Órcadas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, setores antárticos disputados pela Argentina e Grã-Bretanha.

Por outro lado, os recursos antárticos não renováveis dividem-se em: minerais; hidrocarbonetos e energia térmica. Entre eles os que têm despertado maior interesse são os hidrocarbonetos, pelo maior grau de factibilidade econômica de sua exploração a curto prazo, como assinala Néstor H. Fourcade. Segundo este autor, através dos conhecimentos que se tem até o momento, estabeleceu-se três grandes áreas para verificar as possibilidades de busca de hidrocarbonetos nas plataformas continentais: a bacia do mar de Weddel, a de Bellingshausen e a do mar de Ross.²⁵

O Tratado do Antártida²⁶, firmado em Washington, a 1º de dezembro de 1959, no final do Ano Geofísico Internacional, é o estatuto jurídico de Direito Internacional Público válido para a região que rodeia o ponto de convergência do Polo Sul e se estende até o paralelo 60º de latitude Sul (Artigo VI). Dele são membros originários: África do Sul, Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, Estados Unidos, França, Japão, Inglaterra, Nova Zelândia, Noruega e União Soviética. O tratado entrou em vigor a 23 de junho de 1961, quando o último dos doze países contratantes realizou o depósito dos respectivos instrumentos de ratificação perante o governo dos Es

tados Unidos, designado como país depositário (Artigo XIII, Parágrafo 3).

Do Tratado Antártico pode fazer parte por "adeção" qualquer país membro das Nações Unidas ou convidado, com o consentimento de todos os signatários, cujos representantes estejam aptos a participar das Reuniões Consultivas (Membros Consultivos - Artigo XIII, Parágrafo 1). Desta categoria de signatários fazem parte: Brasil, Bulgária, Cuba, China Popular, Dinamarca, Espanha, Finlândia, Hungria, Índia, Itália, Países Baixos, Papua Nova Guiné, Perú, Polônia, República Democrática Alemã, República Federal da Alemanha, Romênia, Suécia, Tchecoslováquia e Uruguai.

A qualificação de Membro Consultivo corresponde aos países que originariamente firmaram o Tratado Antártico, sendo também concedida às partes contratantes mediante demonstração do respectivo interesse pela Antártida, através da promoção substancial de atividade científica, como instalação de estação científica ou envio de expedição científica (Artigo IX, Parágrafo 2). Esta categoria de país tem voz e voto nas Reuniões Consultivas do Tratado e nas Reuniões Especiais. A Polônia (1977), a Alemanha Federal (1981), o Brasil e a Índia (1983), além dos doze países originários, são Membros Consultivos do Tratado. A República Popular da China e o Uruguai são candidatos a essa qualidade.

Conforme previstas no próprio Tratado (Artigo IX, Parágrafo 1), já foram realizadas treze Reuniões de Consulta do Tratado da Antártida: Camberra (1961), Buenos Aires (1962),

Bruxelas (1972), Santiago (1966), Paris (1968), Tóquio (1970), Wellington (1972), Oslo (1974), Londres (1977), Washington (1979), Buenos Aires (1980), Camberra (1983) e Bélgica (1985).

O Tratado da Antártida estabeleceu basicamente: o uso exclusivo do continente para fins pacíficos, a liberdade de pesquisa científica, a proibição de explosões nucleares e o fortalecimento dos fins e princípios da Carta das Nações Unidas. Poderá ser revisto a qualquer tempo, mediante o acordo unânime dos Membros Consultivos, sendo que as eventuais modificações serão impostas às demais Partes Contratantes (às Partes que aderiram ao Tratado e que não têm o status de Membro Consultivo) (Artigo XII, Subparágrafo 1(a) e 1(b)).

Quanto às reivindicações territoriais, o Tratado estabelece o congelamento durante o período de sua vigência, determinando que nenhum ato ou atividade realizada neste lapso de tempo constituirá base para proclamar, apoiar ou contestar reclamações de ordem territorial sobre o continente antártico (Artigo IV).

Ainda com relação ao Tratado da Antártida, é interessante notar dois pontos fundamentais que dizem respeito à sua vigência e à extensão de poderes de seus Membros Consultivos, consubstanciados em seu Artigo XII, Parágrafo 2. Sobre estes pontos explica Christian G. Caubet que, ao contrário do que comumente se interpreta, o Artigo XII, Parágrafo 2 não define o prazo de vigência do Tratado, que extinguir-se-ia trinta anos depois de ratificado.

'Na realidade o art. XII-2 faculta às partes consultivas requerer, trinta anos após a entrada em vigor do tratado, a reunião de uma conferência para rever seu funcionamento. Nessa eventualidade as possíveis modificações deveriam ser aprovadas pela maioria dos membros [consultivos e aderentes], nela incluída a maioria das partes consultivas. Entretanto, essas reservam-se também um direito de veto, pois as modificações aprovadas devem ser igualmente ratificadas (e portanto aceitas) por todas as partes consultivas, para entrarem em vigor. [Têm, as últimas, como se vê, direito à voz, voto e VETO.] Os insatisfeitos só poderiam permanecer membros submetendo-se à decisão das partes consultivas (de não alterarem o tratado), ou retirar-se. Isso significa que o tratado é caça reservada das partes consultivas e que a opção dos terceiros reduz-se à alternativa: love it or leave it."²⁷

Pode-se dizer que, politicamente, há duas posições tomadas por países diretamente interessados na Antártida: a "territorialista" e a "internacionalista". Os que defendem a tese "territorialista" consideram o continente austral res nullius, isto é, que não pertence a ninguém, sendo portanto, passível de apropriação e aplicação de soberanias nacionais. Por outro lado, os "internacionalistas" entendem a Antártida como res comunis, ou seja, de todos e não passível de apropriação e soberania nacional.

A Argentina é um dos países defensores da tese "territorialista". Sua Comissão Nacional do Antártico, por atribuições conferidas pelo Poder Executivo Nacional, definiu o setor antártico argentino "como o que se encontra situado entre os meridianos 25° e 74° de latitude Oeste de Greenwich, ao sul dos

60° de latitude Sul" (Comunicado nº 4, de 12 de março de 1947), com uma superfície de 1.230.000 km².²⁸

O regime legal disposto pelo Tratado Antártico significa a internacionalização do continente, afirma Delia Beatriz Carubini.²⁹ Neste sentido, Vicente A. Palermo aduz que as ameaças da situação jurídica de território de caráter internacional da Antártida estão sendo sentidas pela Argentina nos últimos anos:

"a ambição das grandes potências, as diferenças com o Chile, com a Inglaterra, com o Brasil, etc, a presença em nosso território de grande quantidade de bases estrangeiras, o fato de que nada pode impedir - nem sequer protestar por - o estabelecimento de outras, etc.,"³⁰

Segundo o autor, a condição de países não reclamantes de soberania territorial em que se encontram Rússia e Estados Unidos³¹ não significa, em absoluto, uma atividade generosa destas potências. Deve, isto sim, ser entendida como uma estratégia que, atribuindo igualdade de condições formais entre os países interessados na Antártida, permite a imposição do peso daqueles países que detêm melhores condições políticas, econômicas, militares, científico-tecnológicas, ou seja, melhores condições reais de atuação na Antártida.

Nestes termos, o Tratado Antártico congelaria apenas formalmente as relações de força entre os países interessados na Antártida, representando tão somente uma falsa concessão das grandes potências, que não fizeram reclamações ter

ritoriais sobre a área. Para Vicente A. Palermo, a resposta viável para fazer frente a esta situação partiria de uma visão continental, onde a Antártida seria o eixo da integração latino-americana. Propõe ele a estruturação dos interesses nacionais latino-americanos dentro de uma política continental, tendo em vista fatores como segurança e desenvolvimento.

Ainda com relação aos problemas territoriais, embora o Brasil não tenha formulado nenhuma reclamação desta ordem sobre a Antártida, sua estratégia de ocupar posições nesse continente é vista por Bernardo N. Rodríguez como "parte de um clima de expansão 'imperial' de nossos vizinhos."³² Assim, o envio de expedições científicas e o estabelecimento de estações de observação meteorológica pelo Brasil deveriam ser encaradas com maior malícia: "não duvidamos que possam servir a estes objetivos louváveis, mas tampouco duvidamos que por detrás deles existem outros menos desinteressados."³³ Entre os objetivos brasileiros escusos, o mais importante seria de caráter estratégico. O estabelecimento de bases brasileiras na Antártida seria desaconselhável para a Argentina, considerando-se a hipótese de um conflito limitado, onde existiria a possibilidade de Argentina e Brasil se enfrentarem. "De todo modo, em princípio, o mais conveniente para nós é que o Brasil não tenha bases na Antártida."³⁴

Não obstante o Brasil não se enquadrar dentro da categoria de país territorialista, o que já foi frisado, a possibilidade de que possa futuramente vir a reclamar soberania sobre algum setor na Antártida assusta aos geopolíticos ar

gentinos, que já têm problemas desta natureza com o Chile e com a Inglaterra. O setor argentino é pretendido totalmente pela Inglaterra, cujo setor está situado entre os meridianos 20° e 80° W Sul, e se superpõe parcialmente ao setor chileno, localizado entre os meridianos 53° e 90° W Sul (o Chile aceita como setor argentino somente o setor 25° e 53° W Sul) (Figura 8).

Analisando a posição brasileira com relação à Antártida e como o Brasil tem encaminhado sua política antártica para alcançar seus objetivos no futuro, Miryam Colacrai de Trevisan assinala algumas coincidências que reputa como importantes entre as atitudes governamentais brasileiras e posturas dos teóricos defensores de um setor para o Brasil na Antártida. Ou seja, intenta demonstrar que, embora a teoria da defrontação não seja sustentada oficialmente pelo governo brasileiro, subjaz seus fundamentos e pretensões nas considerações expressadas pelo Brasil ao aderir o Tratado Antártico.

A Teoria da Defrontação foi enunciada por Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro em 1956.³⁵ Sustenta que, desde um ponto de vista geopolítico, o Brasil está em condições de reivindicar direitos territoriais entre os meridianos 45° W e 25° W de latitude Sul, que corresponde a projeção dos limites do país até o vértice do Pólo. (Figura 9).

Miryam Colacrai de Trevisan observa que esta concepção joga com dois elementos geopolíticos: dá prioridade à localização geográfica do Brasil como país que defronta a maior costa atlântica com a Antártida, e privilegia o fator estratégico-defensivo quando imputa ao Brasil responsabilidade

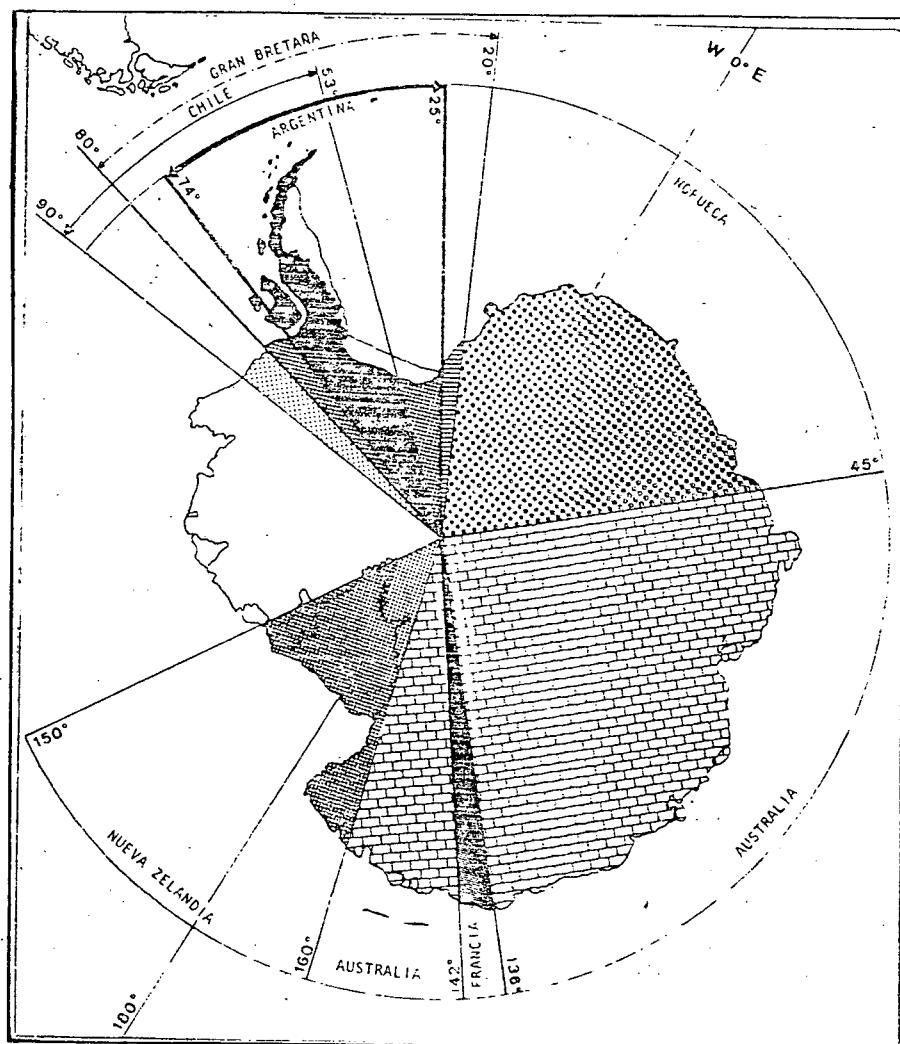


Figura 8. (La Atlantártica, op. cit.,
p. 227)

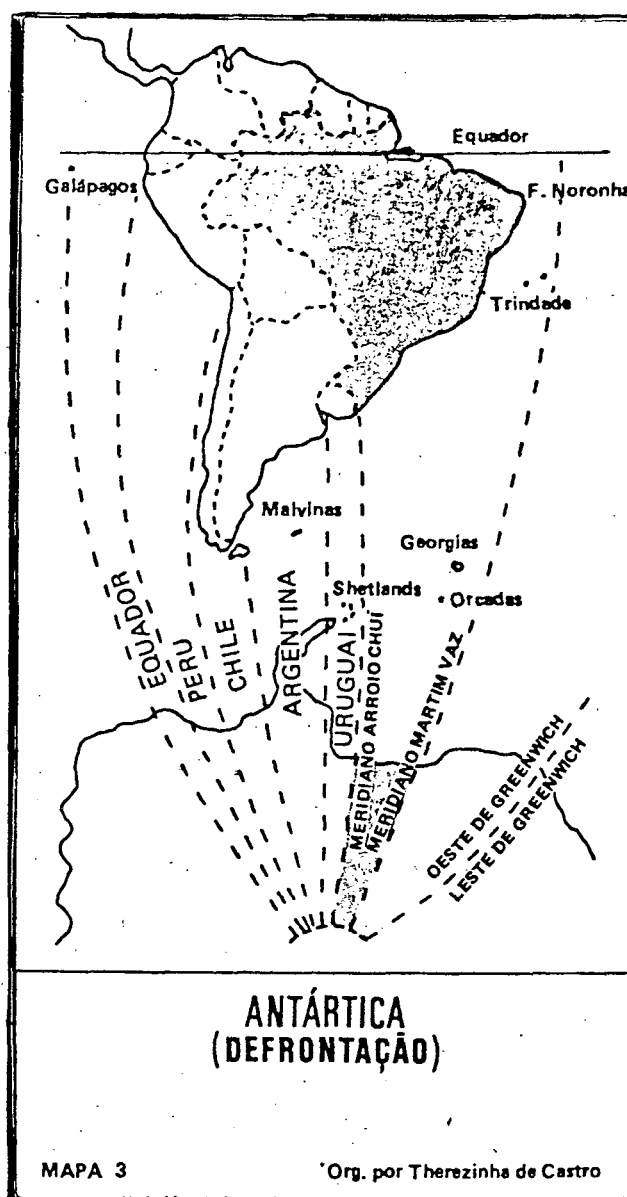


Figura 9. Henriques, Elder de Mello. Uma visão da Antártica. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1984. p. 37.)

sobre a zona de seguridade americana, por ser país firmante do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). O que para a autora deve ser lembrado é que os dois elementos acima guardam similitude com dois dos cinco princípios enunciados pelo Brasil para fundamentar seu depósito de adesão ao Tratado Antártico, que são os seguintes:

"Brasil, em virtude de possuir a mais extensa costa marítima do Atlântico Sul, costa esta em sua parte exposta (devassada) ao continente austral, tem interesses diretos e substanciais na Antártida", e "A propósito da significação particular da Antártida, caberia acentuar que seu reconhecimento determinou a inclusão de parte do território antártico na zona descrita pelo art. 4º do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, sendo o Brasil, portanto, corresponsável pela defesa da região."³⁶

Tendo em mente esta coincidência de pontos entre a teoria geopolítica brasileira e os atos governamentais brasileiros, infere Miryam Colacrai de Trevisan que tudo aponta para avanço das pretensões territorialistas do Brasil sobre a Antártida, que possivelmente as oficializará no futuro, a partir, por exemplo, das fundamentações da Teoria da Defrontação.

Em conclusão, diz a autora que a

"Argentina como membro do Tratado Antártico e como país latino-americano deve [colaborar com o Brasil], mas na justa medida, para não ver lesados ou diminuídos seus

próprios interesses nacionais. Deve levar-se em conta, ademais, que a atividade que tem desenvolvido ininterruptamente na região [antártica] desde 1904 se traduz em experiência; por isso deverá planificar cuidadosamente os termos em que dita colaboração haverá de concretizar-se."³⁷

2.4. A HEGEMONIA BRASILEIRA

Tendo-se em conta a perspectiva dada por teóricos importantes da Geopolítica argentina sobre questões como a Bacia do Prata, o Atlântico Sul e a Antártida, assim como o modo que os mesmos têm encarado o comportamento do Brasil na condução dos temas mencionados, foi possível verificar a tendência a uma postura que varia da crítica a uma visível hostilidade.

De fato, existe uma atenção privilegiada por parte dos geopolíticos argentinos com relação à hegemonia e à política territorial que o Brasil teria exercido ao longo de sua história, não só com respeito à Argentina, mas também a todo o continente. Essa tradição brasileira teria continuidade na atualidade, fundamentada, por exemplo, nos laços de convivência do Brasil com a política norte-americana, a fim de tornar-se um sócio-menor da relação imperialista da grande potência com os países latino-americanos.

Os termos da rivalidade entre o Brasil e a Argentina foram caracterizadas por Juan E. Guglielmelli³⁸ que, seguindo um panorama mais geral de análise, entendeu que as

constantes da política brasileira no Cone Sul seriam:

1. Até o período do Barão do Rio Branco, com o apoio britânico, os objetivos do Brasil eram os de ampliação de seu território até as "fronteiras naturais" ou para além das mesmas; abertura do rio Paraná à livre navegação, tendo em vista seu caráter de articulação viária com o interior do país; atuação hegemônica junto ao Paraguai e debilitamento da poderosa vizinha argentina.

2. Durante o período do Barão do Rio Branco o Brasil abandona a aliança com a Inglaterra e, em substituição, estabelece uma associação com os Estados Unidos, potência então emergente. Esta "associação íntima" do Brasil com os Estados Unidos estaria baseada em "sólidos argumentos geográficos" e na complementariedade de interesses econômicos e políticos entre os dois países. Neste período existe uma continuidade da política de expansão territorial brasileira e um assentamento da importância do fator espaço como elemento de poder do Estado.

3. A partir daí a política brasileira se caracteriza através de sua atuação no processo de formação do Sistema Interamericano, seus posicionamentos na O.E.A. e nas duas Grandes Guerras. Neste período o Brasil enfrenta diplomaticamente a Argentina, que tem o apoio britânico; planifica e desenvolve indústrias pesadas e setores básicos da economia, e assume o papel de "país chave", designado pelo governo norte-americano.

4. Atualmente [1975] a pedra de toque da política brasileira no Cone Sul estaria colocada dentro do marco de um desenvolvimento acelerado de seu potencial econômico e sua integração territorial. Alguns direcionamentos: Itaipu, como forma de controle de recursos hidroelétricos no Alto Paraná e hegemonia sobre o Paraguai; construção acelerada de um sistema viário que sirva ao porto de Rio Grande; o predomínio sobre o Uruguai, neutralizando os esforços de cooperação por parte da Argentina; a consolidação de sua hegemonia sobre a Bolívia, particularmente no que diz respeito ao controle sobre os minérios e hidrocarbonetos bolivianos; o estabelecimento de firmes vínculos econômicos e de seguridade com o Chile, com vistas a aproveitar alguns recursos minerais desse país, bem como afastá-lo da Argentina; a neutralização das relações entre a Argentina e o Perú; através de uma "ofensiva de entendimento", e o avanço, a médio prazo, junto à Antártida e ao Atlântico Sul.

Consoante o que entende como tradicional na atuação externa do Brasil e, sobretudo, o momento presente das relações entre a Argentina e o Brasil [1975], Juan E. Guglielmelli opta por uma atitude de negociação, já que ambos os países são importantes dentro de suas respectivas políticas externas. Aduz, no entanto, que,

"sem renunciar à negociação, a Argentina deverá preparar-se para uma alternativa de rechasso, que seguramente pode ser dissimulada com expressões de boas intenções cooperativas, mas de dilatada e inacabável concreção. Contra esta possibilidade, nada melhor que negociar a partir de adequadas condições de força e com a firme convicção de

enfrentar, em caso necessário, as piores alternativas, incluindo o conflito armado."³⁹

Ainda no que diz respeito à conduta do Brasil com relação a seus vizinhos, observa Alfredo Rizzo Romano que há uma

"velha prática intervencionista na América Espanhola, [demonstrada pelas] reiteradas invasões [brasileiras] ao território da Banda Oriental do Uruguai, a chamada Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1865-1870), a derrota do General Rosas em Caseros (3/2/52) com intervenção de tropas brasileiras, o assenhoreamento de 180.000 km² de território do Acre (Tratados de 1867-1902) com os hábeis manejos de Rio Branco, o pagamento de libras esterlinas à Bolívia e a promessa de construir um ramal ferroviário Mamoré-Madeira, a exitosa disputa com o Peru, na questão de território dos rios Madeira e Javari, e com a Colômbia na questão do Amazonas, ademais do êxito logrado no laudo arbitral do presidente norte-americano Grover Cleveland (1895), pelo qual [a Argentina perdeu] uns 20.000 km² do território de Misiones, entre os rios Papiri em San Antonio Mini, assim denominados atualmente, e os rios Chapin e Jangada, segundo nomenclatura portuguesa."⁴⁰

Continua A. Rizzo Romano dizendo que o Brasil também obteve vantajosas fronteiras da Venezuela e que seus impulsos expansionistas só foram contidos nos extremos Norte e Sul por causa de seus problemas com a França, a Inglaterra e a Holanda nas Guianas e porque a Argentina lhe impediu a conquista da Banda Oriental do Uruguai e o livre acesso ao rio da Prata.

No entanto, o que há de mais interessante nas anotações de Alfredo Rizzo Romano é que, apesar do seu tom crítico ao abordar a história da relação do Brasil com seus vizinhos, conclui suas observações dizendo que enquanto "o Brasil se manteve em uma concepção de certa grandeza e superioridade", na Argentina "nos destruimos em estéreis disputas internas e com as irmãs Repúblicas Hispano-americanas."⁴¹

Esta aparente contradição encontra-se mais evidente no pensamento de Isaac F. Rojas que, reiteradamente, tece críticas contundentes ao Brasil, ao mesmo tempo em que faz comentários elogiosos. Neste sentido o seguinte trecho é bastante elucidativo:

"O Brasil herdou uma vocação imperialista que sublima sem desfalecimento, com tenacidade e com determinação atávicas, para projetar-se ao futuro grandioso que fixou para si. Preparou uma classe dirigente lúcida, previsora e culta que cumpre sua missão e que dará todos os passos e realizará todos os esforços, sem contemplação para os custos, a fim de alcançar os objetivos nacionais. Agora acelerou a marcha e crava os pilares que sustentarão seu poderio, com não menor habilidade e resolução da que vanglorizavam-se seus mestres e antepassados, os antigos lusitanos."⁴²

Assim, necessário é que se tente avançar um pouco na reflexão sobre a crítica da Geopolítica argentina à política externa brasileira. Faz-se mister avaliar os limites dessa crítica e o que há de subjacente nela. Ou seja, é preciso perceber que a crítica não transmite a mera idéia da não aprovação,

mas, principalmente, a idéia da não aprovação pela inexistência da possibilidade de agir da forma "criticável". É evidente que a política externa do Brasil, neste contexto, torna-se criticável não propriamente pelas opções que tem feito, mas meramente por não vir ao encontro dos desígnios "nacionais" argentinos.

3. DO PRINCÍPIO DA CONTENÇÃO AO ENTENDIMENTO

No decorrer deste capítulo procurou-se evidenciar que, de uma forma ou de outra a Geopolítica argentina está presa nas malhas do previlêgiamento do conflito, que é a tônica da Geopolítica tradicional. A belicosidade das relações internacionais torna-se, assim, a chave para a compreensão dos acontecimentos passados, a justificativa dos fatos presentes e a avalista das atitudes futuras. A violência afigura-se como a constante através da qual a história há que ser entendida, e como um fator delimitador ou eliminador das possibilidades da constituição de formas alternativas do relacionamento internacional.

Viu-se que o aproveitamento hidroelétrico da Bacia do Prata constitui um dos temas mais apreciados pelos geopolíticos argentinos, sobremaneira a partir da assinatura do Tratado do Itaipu, firmado entre o Brasil e o Paraguai, em 1973. Nesta época acentua-se a produção de estudos sobre a Bacia do Prata enfocando diversos aspectos. Estes estudos têm como denominador comum a visão de Itaipu como um projeto político bra-

sileiro voltado a estender e a consolidar a hegemonia brasileira sobre o Paraguai e a Argentina. A assinatura do tratado tripartite entre Argentina, Brasil e Paraguai, em 1979, objetivando a compatibilização das represas de Itaipu e Corpus, não modificou a tendência à referida visão.

No entanto, outra realidade merece registro. Ao contrário do que os geopolíticos argentinos reiteradamente tentam vislumbrar nas relações entre o Brasil e a Argentina, especialmente no que toca à construção de Itaipu, há uma evidência de fatos que demonstram que, não obstante marchas e contra-marchas, os governos de ambos os países seguiram sempre gerindo diplomaticamente suas divergências.⁴³ Além disso, o ano de 1979 pode ser visto como um referencial no crescimento da confiança mútua e no estabelecimento de formas institucionais visando a maior cooperação entre Brasil e Argentina.

Neste sentido, afirma Wayne A. Selcher que a partir de 1979 o relacionamento brasileiro-argentino passa a ser realizado

"mais em termos de oportunidades do que de controvérsias. Excelentes relações diplomáticas estão sendo estendidas a vários setores de atividade. Ambos os governos estão agora dispostos a discordar em alguns pontos de política externa e a buscar objetivos diferentes sem imputar motivos inconfessos ao outro lado, quando este recusa-se a aceitar alguma proposta."⁴⁴

A direção dos argumentos da geopolítica argente

tina quando do tratamento dos problemas concernentes ao Atlântico Sul e à Antártida não foge à regra geral. Com relação a estes temas, os raciocínios geopolíticos levaram, da mesma forma, a considerar o Brasil como um país com uma preocupação expansionista. Principalmente, e podemos dizer que sintomaticamente, a leitura dos teóricos geopolíticos brasileiros, como Golbery do Couto e Silva e Therezinha de Castro, não foram colocados nas devidas proporções em termos de seu significado para a interpretação da política externa brasileira. Não se pesou devidamente a procedência e representatividade do pensamento de tais autores no governo brasileiro.

Finalmente, parece não haver dúvida de que a Geopolítica argentina reflete uma característica geral da Geopolítica tradicional. A visão que capta das relações bilaterais entre o Brasil e a Argentina, por exemplo, não deixa de fazer eco aos princípios da restrição ao entendimento e da preservação do ressentimento.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Com a morte de seu fundador, Juan Enrique Guglielmelli (9 de junho de 1983), o Instituto Argentino de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais (INSAR) passou a chamar-se Centro Argentino de Estudos Estratégicos.
2. RIZZO ROMANO, Alfredo H. Manual de Derecho Internacional Público. Buenos Aires, Plus Ultra, 1981, p.637.
3. Referências bibliográficas que constam na obra de RIZZO ROMANO, Alfredo H. Manual de Derecho Internacional Público., op. cit., por ordem de citação: STORNI, Segundo R. Trabajos hidrográficos y límites argentinos en el Canal de Beagle. Buenos Aires, Ministério da Marinha, 1905; RIZZO ROMANO, Alfredo H. Bases para uma geopolítica argentina. Buenos Aires, Las XII Tablas, 1973; QUINTANA, Lúcio Moreno. Tratado de Derecho Internacional Público. Buenos Aires, 1963; PARDO, Luís María Pablo. Posición geopolítica argentina. Revista de la Facultad de Derecho. Buenos Aires, 1948-50; SANZ, Pablo. El espacio argentino. Buenos Aires, Pleamar, 1976; ASSEF, Alberto. Proyección continental de la Argentina. Buenos Aires, Pleamar, 1980.
4. CAUBET, Christian Grey. A geopolítica como Teoria das Relações Internacionais. Sequência. Florianópolis, (8):71 dez. 1983. p.41.
5. *Ibid.* p.71.
6. RIZZO ROMANO, Alfredo H. Manual de Derecho Internacional Público., op. cit., p.625.
7. "Com a capacidade de 12,6 milhões de KW e a custo calculado em 2.500 a 3.500 de milhões de dólares, a hidrelétrica será a maior do mundo, superando as de Grand Coulee, nos EUA

(9,7 milhões de KW), Krasnoyarsk, na URSS (6,9 milhões de KW). Será seis vezes maior que a de Assuan, no Egito." SCHILLING, Paulo R. O expansionismo brasileiro; a geopolítica do general Golbery e a diplomacia do Itamarati., op. cit., p.121.

8. FUSCHINI MEJÍA, Mario. La singularidad geográfica guayrense. Buenos Aires, Oikos, 1978. p.56-8., apud., LLAVER, Maria del Carmen. El problema del aprovechamiento hidroelétrico del Alto Paraná. Revista Argentina de Relaciones Internacionales. Buenos Aires, (15):26.
9. ROJAS, Isaac Francisco. Intereses argentinos en la Cuenca del Plata. 3.ed. Buenos Aires, Edições Líbera, 1975. p. 256-7.
10. GUGLIALMELLI, Juan Enrique. Geopolítica del Cono Sur. Buenos Aires, El Cid Editor, 1979. p.164-5.
11. LLAVER, Maria del Carmen. El problema del aprovechamiento hidroelétrico del Alto Paraná. Revista Argentina de Relaciones Internacionales. Buenos Aires, (15):31.
12. ROJAS, Isaac Francisco. Intereses argentinos en la Cuenca del Plata., op. cit., p.191-2.
13. Ibid. p.237.
14. GUGLIALMELLI, Juan Enrique. Tres batallas perdidas por la Argentina y ahora peligrosas perspectivas: el papel de "socio menor" del Brasil. Estratēgia. Buenos Aires. (61-62): 18-9, 28. nov. 1980/fev. 1981., apud., CAUBET, Christian Guy. Diplomacia, Geopolítica e Direito na Bacia do Prata. Política e Estratēgia. p.341-2.
15. LLAVER, Maria del Carmen. El problema del aprovechamiento hidroelétrico del Alto Paraná. Revista Argentina de Relaciones Internacionales., op. cit., p.36.

16. GUGLIALMELLI, Juan Enrique. Geopolítica del Cono Sur., op. cit., p.198.
17. ROJAS, Isaac Francisco. Intereses argentinos en la Cuenca del Plata., op. cit., p.180. A construção de Itaipu causou polêmica também no Brasil e no Paraguai. Em abril de 1985, o professor paraguaio e estudioso dos temas energéticos, Ricardo Canese, assinalou que o aspecto mais crítico dos termos do Tratado de Itaipu para o Paraguai é a irrisória compensação que este país receberá por ceder ao Brasil toda a energia que não possa consumir. Nestes termos, admite que "o Brasil pode, sem dúvida, conseguir que perdurem os atuais injustos termos do Tratado de Itaipu. Tem força econômica e militar para isto." No entanto, continua, "é o novo governo democrático brasileiro que deve decidir continuar o penoso caminho da injustiça e da confrontação ou, mudando o rumo seguido por regimes militares do passado, eleger a via larga da cooperação e da justiça." CANESE, Ricardo. Itaipu: cooperação ou conflito. Folha de São Paulo. São Paulo, 21 abr. 1985. Opinião. p.3.
18. Sobre esta delimitação, o autor chama a atenção para a existência de um critério oceanográfico distinto, sustentado pelo Chile. Esta diferença constitui uma das questões mais delicadas na região do Atlântico Sul, cuja solução foi obtida com o Tratado de Paz e Amizade, celebrado entre o Chile e a Argentina, em outubro de 1984 (ver nota do capítulo anterior).
19. CASELLAS, Alberto O. El problema pesquero. La Atlantártida. Buenos Aires, Pleamar, 1978. p.153.
20. MONETA, Carlos Juan. Intereses argentinos en el Atlântico Sur: el caso de las riquezas mineras en alta mar. La Atlantártida., op. cit., p.123.

21. PALERMO, Vicente A. *Latinoamerica puede mas: geopolítica del Atlântico Sur. La Atlantártida.*, op. cit., 176-7.
22. GUGLIALMELLI, Juan Enrique. *Geopolítica del Cono Sur.*, op. cit., p. 209-10.
23. "A palavra Antártica é originária do grego 'Antarktikōs', pela inclusão do prefixo 'anti' (oposto, contrário, contra) ao termo 'Arktikōs', usado desde a antiguidade grega para designar as constelações da Ursa, termo este que passou para o latim como o adjetivo 'Arcticus', para significar 'setentrional, do norte'. A inclusão do prefixo 'anti', ao termo 'Arktikōs', compoendo o adjetivo 'Antarktikōs' (no latim Antarcticus) passou a significar, evidentemente, 'austral, meridional, do sul'. No português a palavra Antártida, ou, pela nova ortografia, Antártida, é usada para designar o substantivo, com o sufixo 'ida' [...]. Alguns filólogos, entretanto, consideram o termo Antártida como um espanholismo, argumentando que, em português, a palavra correta seria Antártica. (Utilizar-se-á aqui] a palavra Antártida, por ter sido esta a usada pelo governo [brasileiro] em seus decretos sobre o assunto." BAKKER, Múcio Piragibe Ribeiro de. *Antártida, um desafio e uma esperança. Revista brasileira de tecnologia*. 13(3):21, jun./jul. 1982. O almirante Múcio Piragibe Ribeiro de Bakker, ligado ao ex-Ministro da Marinha Maximiano da Fonseca, foi o criador do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) e secretário da Comissão Interministerial de Recursos do Mar (CIRM) até 1983.
24. COLACRAI DE TREVISAN, Miryam. *Brasil y la Antártida: intereses y perspectivas. Estratêgia*. Buenos Aires, (73-74): 135, out./nov./dez. 1982 e jan./fev./mar. 1983.
25. FOURCADE, Néstor H. *Algunas consideraciones sobre los recursos no renovables del Antártico. La Atlantártida.*, op. cit., 222-3.

26. As informações sobre o Tratado da Antártida que constam no presente item foram colhidas no Doc. A/39/583 (Parte 1. 31.10.84) p. 23ss. O.N.U. Assembléia Geral.
27. CAUBET, Christian Guy. Dimensões americanas da Antártica. Estudo apresentado no IX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - (ANPOCS) (Águas de São Pedro, S.P.). Grupo de Trabalho Relações Internacionais e Política Externa. 23 out. 1985, p.6.
28. Apud., RIZZO ROMANO, Alfredo H. Manual de Derecho Internacional Público., op. cit., p. 776 e 176.
29. CARUBINI, Delia Beatriz. Argentina y los fines del tratado antártico. Argentina ante el mundo. Buenos Aires, (13): 57, mar./abr. 1982.
30. PALERMO, Vicente A. Latinoamerica puede mas: geopolítica del Atlántico Sur. La Atlantártida., op. cit., p.177.
31. Além dos Estados Unidos e da União Soviética, são países não reclamantes de soberania os seguintes: Japão, Bélgica, África do Sul e Brasil. Os países territorialistas, reclamantes de soberania territorial sobre algum setor da Antártida, são: Austrália, França, Nová Zelândia, Noruega, Argentina, Grã-Bretanha e Chile.
32. RODRÍGUEZ, Bernardo N. Soberania argentina en la Antártida. La Atlantártida., op. cit., p. 195. O artigo tem data anterior a adesão do Brasil ao Tratado da Antártida, ocorrida em 16 de maio de 1975, e promulgada pelo Decreto nº 75.963, de 11 de julho de 1975. É também anterior, portanto, às expedições brasileiras à Antártida, realizadas a partir de 1982 (primeira, de dezembro de 1982 até fevereiro de 1983; segunda, de ; terceira, de janeiro até março de 1985) pelos navios da U.S.P., "Pro

fessor Wladimir Besnard", e da Marinha, "Barão de Teffê", e à instalação da base Comandante Ferraz, na Ilha Rei Georg, arquipélago das Shetlands do Sul (fevereiro de 1984).

33. *Ibid.* p.210.

34. *Ibid.* p.212.

35. CARVALHO, Carlos Delgado de & CASTRO, Therezinha de. A questão da Antártida. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, (142), abr./jun. 1956.

36. Itens "D" e "E" dos princípios enunciados no instrumento de adesão do Brasil ao Tratado da Antártida, depositado pelo Ministro das Relações Exteriores brasileiro, Azeredo da Silveira, perante o governo dos Estados Unidos (16 de maio de 1975)., apud., COLACRAIDE TREVISAN, Miryam. Brasil y la Antártida: intereses y perspectivas. Estratēgia, op. cit., p.147-8.

37. COLACRAI DE TREVISAN, Miryam. Brasil y la Antártida: intereses y perspectivas. Estratēgia, op. cit., p.148-9.

38. GUGLIALMELLI, Juan Enrique. Geopolítica del Cono Sul, op. cit., p.177 e ss.

39. *Ibid.* p.196.

40. RIZZO ROMANO, Alfredo H. Manual de Derecho Internacional Público, op. cit., p.697.

41. *Ibid.* p. 697.

42. ROJAS, Isaac Francisco. Intereses argentinos en la Cuenca del Plata, op. cit., p.264.

43. É neste sentido que CAUBET, Christian Guy. *Diplomacia, Geopolítica e Direito na Bacia do Prata. Política e Estratégia*. São Paulo, 2(2):335. abr./jun. 1984. afirma o seguinte: "enquanto diplomatas e juristas procuravam resguardar ou identificar os interesses em jogo, muitas análises geopolíticas ressaltavam a importância dos antagonismos existentes e insistiam sobre os riscos de conflito entre a Argentina e o Brasil, por causa da construção de Itaipu." Sobre este assunto ver outros trabalhos do mencionado autor como: Le barrage d'Itaipu et le Droit International Fluvial. Toulouse, Université des Sciences Sociales de Toulouse, 1983. /Thèse pour le Doctorat d'Etat/2V.; *A geopolítica como teoria das relações internacionais; uma avaliação crítica. Sequência*. Florianópolis, 8:55-74, dez. 1983.
44. SELCHER, Wayne A. *As relações Brasil - Argentina na década de 80: da rivalidade precavida à competição amistosa. Política e Estratégia*. São Paulo, 1(3):96, jan./mar. 1985.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa intenção principal, nas páginas anteriores, foi a de rever a Geopolítica tradicional. Para tanto, seguimos um caminho que se resume em três etapas que aqui apresentamos na forma de três capítulos. A primeira etapa teve como fim trazer à discussão as questões relativas à Geopolítica enquanto saber, ou seja, discutir as condições de produção da Geopolítica como um discurso que se pretende científico. Quanto a este aspecto, vimos que era imprescindível nos dedicarmos a uma reflexão sobre o próprio saber geográfico, uma vez que é graças ao seu "indiscutível caráter científico" que a Geopolítica vê assegurado seu poder instrumental. Os geopolíticos buscam legitimar suas conclusões e projetos políticos tendo por base noções da Geografia, as quais vêm como um saber neutro.

Vimos, no entanto, que a Geografia, como qualquer outro campo de conhecimento, está longe da neutralidade. Ao contrário, a Geografia tem como função principal dissimular aos olhos do cidadão o poder que a apreensão da organização espacial representa. O cidadão comum é parte de uma engrenagem espacial maior que sua percepção parcelar. Escapa-lhe por completo o domínio do conjunto espacial, assumindo, assim, uma função no espaço sem percebê-lo. Pensar sobre o espaço e sobre as formas que os homens nele se organizam significa a possibilidade de visualizar as estruturas de poder no espaço e de poder nele agir. Por outro lado, a Geopolítica, ainda que explicitando seu caráter político e seu objetivo de promover a integridade e coesão nacionais, tem na Geografia o cabedal de cientificidade que lhe proporciona a garantia para suas conclusões.

A partir do que refletimos no primeiro capítulo, podemos dizer que se existe uma diferença entre a Geografia e a Geopolítica, esta diz respeito apenas ao papel que cumprem socialmente, com uma só finalidade: assegurar o mecanismo de controle das relações sociais. A Geografia funciona ideologicamente no sentido de eludir a função político-militar-econômica do conhe-

cimento sobre o espaço, função esta que é consubstancial ao seu próprio aparecimento. A Geopolítica, evidenciando seu caráter político, encobre o fato de que a Geografia é sempre uma Geopolítica, ou seja, que a Geografia tem no elemento político seu principal engendrador e sua finalidade máxima.

Na segunda etapa de nosso trabalho, procuramos evidenciar como se manifestam concretamente as elucubrações geopolíticas, preocupando-nos, em primeiro plano, com a realidade política latino-americana, as relações de vizinhança entre os países latino-americanos e as relações que estes mantêm com os Estados Unidos.

Vimos que, na América Latina, cada país reproduz, em maior ou menor grau, os interesses ditados pela potência norte-americana, que postula para si o papel de líder continental contra o comunismo internacional. A aliança que daí advém entre os países menores e a grande potência se consubstancia na Doutrina de Segurança Nacional. Esta doutrina, que teve seu período de máxima vigência nas décadas de 1960 e 1970, tem inspiração na bipolaridade Leste-Oeste e como objetivo formular mecanismos que assegurem a homogeneização das nações latino-americanas em torno dos valores ocidentais, "democratas e cristãos".

Também no segundo capítulo, estudamos a relação entre os militares e a Geopolítica, tendo em vista a presença marcante daqueles na implementação dos desígnios da Doutrina da Segurança Nacional, assim como o fato de que grande parte dos teóricos geopolíticos pertencerem aos quadros castrenses. Observamos que militares e geopolíticos guardam em comum uma visão autoritária e organicista da sociedade, a qual devem guiar e controlar. Atribuem a si a competência e o dever de zelar pela "vontade nacional", desenvolvendo projetos de combate ao inimigo da "causa nacional". Neste sentido, tanto os militares quanto os geopolíticos, vêem no território um fator determinante da existência de um "ser nacional", e, conseqüentemente, sua missão de resguardá-lo.

Tivemos oportunidade de rever a Geopolítica produzida

no Brasil, bem como a política externa e interna brasileira, dentro das metas da segurança nacional. Vimos que o Brasil tem uma larga tradição na produção teórica geopolítica, que começa a se esboçar na década de 1920, e que terá na criação da Escola Superior de Guerra, em 1949, um elemento aglutinador do pensamento nacional sobre a matéria. Os geopolíticos viram na grandeza do território brasileiro a razão para o Brasil desempenhar uma função relevante na América Latina.

Numa reação contra este pensamento, no final dos anos de 1960, começam a surgir numerosos trabalhos sobre Geopolítica na Argentina. Sobre ela tratamos no terceiro capítulo, trazendo à reflexão temas importantes por ela estudados. Caracterizamos a Geopolítica argentina como uma Geopolítica que se faz em oposição à do Brasil. Ela tem como objeto de análise privilegiado a atuação do Brasil no continente latino-americano, e, mais especificamente, no Cone Sul. Entre outros assuntos, tem apreciado demoradamente quatro temas: a política brasileira com relação à Bacia do Prata, ao continente antártico e ao Atlântico Sul, assim como, de modo geral, a hegemonia histórica do Brasil sobre seus vizinhos latino-americanos. Pudemos constatar que o eixo em torno do qual giram as argumentações é, como de regra na Geopolítica clássica, o enaltecimento do conflito e a subestimação dos instrumentos pacíficos para dirimí-los. Foi nos possível observar que a Geopolítica argentina, em consonância com a Geopolítica como um todo, é, como bem assinala Shigue noli Miyamoto, o discurso da guerra. Ou seja, a avaliação de temas importantes tratados pela Geopolítica argentina nos mostra, de forma evidente, como os geopolíticos manipulam dados e informações com vistas a fundamentar uma visão das relações internacionais, na qual a tensão e a agressividade são os pressupostos principais.

Enfim, o que tentamos neste trabalho foi mostrar que a Geopolítica, assim como se apresenta, possui muitas limitações de ordem epistemológica e, o que é essencial, de ordem política. Vimos que as categorias geográficas, e, sobretudo, o território, serve de motivação para a existência da cobiça es-

trangeira e para o estabelecimento do "consenso nacional" para combatê-la. Em outras palavras, tivemos a oportunidade de ver, como aponta Christian Guy Caubet, que "pode haver uma certa incompatibilidade entre as exigências da Geopolítica e as da democracia ...".

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- ADEUS às armas. Cadernos do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro, 74:49-50, jan. 1985.
- ALERTA na fronteira do Peru, Equador. O Estado de São Paulo. São Paulo, 18 jan. 1984.
- BAKKER, Múcio Piragibe Ribeiro de. Antártida, um desafio e uma esperança. Revista brasileira de tecnologia. 13(3): jun./jul. 1982.
- BARROS, Alexandre de Souza Costa. Política externa brasilenã y el mito del Barón. Foro Internacional. México, 24(1):1-20. jun./set. 1983.
- BUHRER, Jean-Claude. Le fiasco des Malouines. Le Monde Diplomatique. Paris, jun. 1982. p.1.
- CANESE, Ricardo. Itaipu: cooperação ou conflito. Folha de São Paulo. São Paulo, 21 abr. 1985. Opinião. p.3.
- CARLOS, Newton. A Argentina quer solução para Beagle. Folha de São Paulo. São Paulo, 15 jan. 1984. p.17.
- CARLSON, Lucile. Geography and world politics. New Jersey, Prentice-Hall, 1958. 250p.
- CARUBINI, Delia Beatriz. Argentina y los fines del tratado antártico. Argentina ante el mundo. Buenos Aires, (13): mar./abr. 1982.
- CARVALHO, Carlos Delgado de & CASTRO, Therezinha de. A questão da Antártida. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, (142), abr./jul. 1956.

- CASELLAS, Alberto O. El problema pesquero. La Atlantártida. Buenos Aires, Pleamar, 1978.
- CASTRO, Therezinha de. A influência da geografia na formação da política internacional e da estratégia das grandes potências. Política e Estratégia, São Paulo, 1(1):104-09, out./dez. 1983.
- CAUBET, Christian Guy. Argentina, Brasil e Paraguai 1980: tudo azul na Bacia do Prata? s.l.p., s.c.p., 1981. 21p. Documento datilografado.
- CAUBET, Christian Guy. Dimensões americanas da Antártica. 1985. Estudo apresentado no IX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) (Águas de São Pedro, S.P.). Grupo de Trabalho Relações Internacionais e Política Externa. 23 out. 1985. 19p.
- CAUBET, Christian Guy. Diplomacia, Geopolítica e Direito na Bacia do Prata. Política e Estratégia. São Paulo, 2(2):337-46, abr./jun. 1984.
- CAUBET, Christian Guy. A geopolítica como teoria das relações internacionais; uma avaliação crítica. Seqüência. Florianópolis, 8:55-74.
- CAUBET, Christian Guy. Le barrage d'Itaipu et le Droit International Fluvial. Toulouse. Université des Sciences Sociales de Toulouse, 1983./These pour le Doctorat d'Etat/2 V.
- CHIAVENATO, Júlio J. Geopolítica, arma do fascismo. São Paulo, Global, 1981. 94p.
- COLACRAI DE TREVISAN, Miryam. Brasil y la Antártida: intereses y perspectivas. Estrategia. Buenos Aires, (73-74): , out./nov./ dez. 1982 e jan./fev./mar. 1983.

COMBLIN, Joseph. A ideologia da segurança nacional. 3.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980. 251p.

Doc. A/39/583 (Parte 1. 31.10.84) p. 23 ss. O.N.U. Assembléia Geral.

JARRÍN, Edgardo Mercado. A doutrina da segurança coletiva; Cadernos do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro, (64):90-5, Mar. 1984.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 2.ed. Rio de Janeiro, Graal, 1981. 296p.

FRIAS, Pedro J. Dos enfoques sobre el acuerdo con Chile. El pleito que concluye. CLARIN. Buenos Aires, 28 out. 1984. Opinião. p.16.

GALVÃO, Flávio de A.P. O litígio entre Peru e Equador. Um tratado inexecuível - o Protocolo do Rio de Janeiro. O Estado. São Paulo, 4 maio 1958.

GIL, Federico G. Latin American - United States relations. New York, Jonavich, 1971.

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. Política externa do Brasil. Segurança e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, (190):40-9, 1982.

GUGLIAMELLI, Juan Enrique. Geopolítica del cono sur. Buenos Aires, El Cid Editor, 1979. 269p.

LACOSTE, Yves. La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre. Paris, Maspéro, 1982. 239p.

LLAVER, Maria del Carmen. El problema del aprovechamiento hidroeléctrico del Alto Paraná. Revista Argentina de Relaciones Internacionales. Buenos Aires, (15):

- MACKINDER, Halford. Democratic ideals and reality. New York , H. Holt, c 1942. 219p.
- MEDEIROS, Jarbas. Avaliação do poder mundial. Política e Estratégia, São Paulo, 1(1):20-5, out./dez. 1983.
- MATTOS, Carlos de Meira. A geopolítica e as projeções do poder. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1977. 147p.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia; pequena história crítica. 2.ed. São Paulo, HUCITEC, 1983. 138p.
- MOREIRA, Rui. O que é geografia. São Paulo, Brasiliense, 1981. 114p.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. Geopolítica do Brasil: uma leitura introdutória. Revista Marco, São Paulo, (4):7-46, 2 sem. 1984.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. O pensamento geopolítico brasileiro (1920 - 1980). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da U.S.P., 1981. / Dissertação de Mestrado da Área de Ciência Política. / 287f.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. Os estudos geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação. Perspectivas: revista de ciências sociais. Araraquara, 4:75-92. 1981.
- NOVO endereço. Veja. São Paulo, 3 out. 1984. p.38.
- O'DONNELL, Guillermo. As Forças Armadas e o Estado autoritário no Cone Sul da América Latina. Dados - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 24(3):277-304, 1981.
- QUAINI, Massimo. Marxismo e geografia. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. 155p.

- RIZZO ROMANO, Alfredo H. Manual de Derecho Internacional Público. Buenos Aires, Plus Ultra, 1981.
- SANTOS, Milton. Por uma geografia nova. 2.ed. São Paulo, HUCITEC, 1980. 236p.
- SCHILLING, Paulo. O expansionismo brasileiro; a geopolítica do general Golbery e a diplomacia do Itamarati. São Paulo, Global, 1981. 288p.
- SELCHER, Wayne A. As relações Brasil-Argentina na década de 80: da rivalidade precavida à competição amistosa. Política e Estratégia. São Paulo, 1(3): 96-123, jan./mar. 1985.
- SILVA, Golbery do Couto e. Conjuntura política nacional: o poder executivo / Geopolítica do Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1981. 273p.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Introdução à geografia; geografia e ideologia. 3.ed. Petrópolis, Vozes, 1982. 135p.
- TAMBS, Lewis A. A influência da geopolítica na formação da política internacional e da estratégia das grandes potências. Política e Estratégia, São Paulo, 1(1):73-104. out./dez. 1983.
- TAVARES, Flávio. Os militares argentinos e o acordo sobre Beagle. Folha de São Paulo. São Paulo, 7 out. 1984. p.19.
- TRAVASSOS, Mário. Projeção continental do Brasil. 3.ed. São Paulo, Companhia Ed. Nacional, 1938. 215p.
- WEIGERT, Hans. Geopolítica; generales y geógrafos. México, Fondo de Cultura Económica, 1943. 275p.
- ROJAS, Isaac Francisco. Intereses argentinos en la Cuenca del Plata. 3. ed. Buenos Aires, Edições Líbera, 1975.